



**Adriana Batista Cecim Da Silva**

**“Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe”:** considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança – Pará.

**Dissertação de Mestrado**

**Belém - Pará.**

**2022**



Adriana Batista Cecim da Silva

“Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe”:  
considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança –  
Pará.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S586a Silva, Adriana Batista Cecim da.  
"Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe": considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança - Pará. / Adriana Batista Cecim da Silva. — 2022.  
134 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Ferreira Alencar  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia, Belém, 2022.

1. Comunidades Pesqueiras. 2. Pesca Artesanal. 3.  
Mudança Social. 4. Comunidades Tradicionais. 5. Amazônia  
Brasileira. I. Título.

CDD 301

---



**Adriana Batista Cecim da Silva**

**“Antes tinha peixe e não tinha essas coisas, agora tem essas coisas e não tem peixe”:** considerações sobre a atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores, Bragança – Pará.

**Dissertação de Mestrado**

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. – Francisca de Souza Miller - Examinadora Externa – PPGA/UFRN

---

Profa. Dra. Voyner Ravena Canete – Examinadora Externa – PPGSA/UFPA

---

Prof. Dr. – Flávio Bezerra Barros – Examinador Titular – PPGA.

---

Profa. Dra. – Katiane Silva - Examinadora Interna Suplente – PPGA

---

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar – Presidente da Banca – PPGA

Dedico este trabalho aos pescadores e  
pescadoras da Vila dos Pescadores, que  
me ensinaram a olhar o mundo com mais  
empatia.

E à minha mãe e ao meu pai, a quem  
sempre dedicarei todas as conquistas da  
minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Aos pescadores e pescadores da Vila dos Pescadores sem os quais esse estudo não seria possível. Grata pelos ensinamentos, paciência e confiança ao me receberem em suas casas. E por me apresentarem o mundo incrível da pesca artesanal.

À minha mãe Valéria Cecim e ao meu pai Antônio Marcos, por me amarem acima de tudo, acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditava e por serem meus principais motivos para não desistir.

Ao meu irmão Anthony e irmã Daniela, por vibrarem comigo nas minhas conquistas.

À minha madrinha/tia Rosalba Cecim e meu primo/irmão Renato Cecim, pelo cuidado e por serem pilares sem os quais essa jornada seria ainda mais difícil.

Ao meu tio Miguel Cecim (*in memoriam*) por suas palavras de força e incentivo.

À Juliane Pereira, amiga de tantos anos, por todo o companheirismo e incentivo. E por fazer panquecas tão gostosas.

Ao Ivo, pela amizade e correções gramaticais desse texto.

Aos amigos que o mestrado me deu, Ozian Saraiva, José Ataíde e Guilherme Bemerguy, pelos momentos de partilha sobre antropologia e palavras de apoio e incentivo.

Às minhas meninas do grupo “Mestradas Sofridas”: Arantxa Santos, Ana Carolina e Diana Trujillo (parceiras dessa jornada) pelas conversas, incentivos, escutas, conselhos, risadas e compartilhamento de informações (vulgo fofocas). Nem sei o que seria disso tudo e de mim sem a presença delas.

Aos meus colegas da turma de 2020 do PPGA que, por diversos momentos, foram o apoio em um período tão difícil de pandemia. Não escolheria outra turma para fazer parte.

À professora e orientadora Edna Ferreira Alencar, pela paciência e compreensão com todas as minhas dificuldades, pelas orientações e ensinamentos para a construção desse estudo.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos que custeou os gastos com essa pesquisa.

À Gleice Ferreira, moradora da Vila do Bonifácio, bióloga e pesquisadora, por me ajudar e guiar com as idas a campo, por me acolher em sua casa, pela parceria nas pesquisas e informações indispensáveis a esse estudo. Seria muito mais difícil seguir pesquisando se não fosse por ela.

Ao Renan Rarz por me ajudar durante todo o processo seletivo do mestrado.

E ao meu querido mentor, eterno professor e amigo, Augusto César, por me ensinar durante tantos anos, pelos conselhos, puxões de orelha e por ter sido base na minha formação profissional e acadêmica.

*“Tudo aquilo que é, está continuamente mudando:  
continuamente surgindo, sendo sustentado, sendo  
dissolvido [...]”!*

*(Fredrik Barth)*

## RESUMO

O presente estudo trata sobre a atividade pesqueira artesanal realizada na costa norte brasileira, por moradores da Vila dos Pescadores, situada na Reserva Extrativista Marinha (RESEX Mar) de Caeté-Taperaçú, no município de Bragança - Pará. A pesquisa tem como objetivo caracterizar esta atividade, identificando os tipos de pesca, as espécies alvo e os impactos que ameaçam a capacidade produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais. Para isso, busquei identificar os principais fatores de mudança e as estratégias de continuidade da atividade, utilizando como metodologia a revisão da literatura e a pesquisa de campo com técnicas da etnografia a partir de entrevistas semiestruturadas com pescadores e pescadoras e agentes do setor público; coleta de dados secundários por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, e o uso de registros fotográficos das atividades cotidianas da comunidade, do trabalho na pesca e rituais. Lúcia Helena Cunha (2013) menciona que conhecimento tradicional e modernidade estão em uma relação de complementaridade, onde ambos sofrem modificações e são ressignificados. Tal ressignificação também é apontada por Marshall Sahlins (1997). Assim, os resultados apontam que a modernização das tecnologias de pesca e a construção da Rodovia PA 458 se apresentam como os principais fatores de mudanças, estimulando a sobrepesca, que interfere, sobretudo nas pescarias realizadas no estuário e próximos a praia. Esse conjunto de fatores influencia na diminuição das safras, prejudica o uso de tecnologias tradicionais da pesca e afeta aspectos socioculturais do grupo, como a prática de partilhar o pescado no porto, denominada *kial*, realizada por pescadores ao retornarem da pesca – esse peixe, antes destinado somente à alimentação, agora é comercializado como alternativa de renda. As análises apontam que os impactos à pesca artesanal podem influenciar na circularidade de conhecimentos ecológicos essenciais à sustentabilidade dessa atividade quando os jovens se afastam da pesca e outras pessoas se voltam para práticas extrativas como estratégias de subsistência a fim de garantir a segurança alimentar das famílias. Algumas dessas ações permitem a continuidade e a ressignificação de conhecimentos tradicionais locais que orientam os modos de interação com o ambiente, mas outras podem afetar negativamente o ecossistema de manguezal e práticas socioculturais locais. Além disso, a criação da RESEX Marinha não impediu a sobrepesca, devido a fraca atuação do Estado na implementação de um sistema de gestão pesqueira eficiente que delimite as áreas de atuação da pesca artesanal/comercial e semi-industrial (por vezes operando de forma insustentável em áreas distantes da costa com rede apoitada e/ou de arrasto) e esteja em consonância com os interesses dos pescadores e pescadoras artesanais da comunidade, a partir de uma relação dialógica.

Palavras-chaves: Pesca artesanal na Amazônia; Comunidades Tradicionais; *Kial*; Vila dos Pescadores; RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú.

## ABSTRACT

The present study deals with the artisanal fishing activity carried out on the north Brazilian coast, by residents of Vila dos Pescadores, located in the Marine Extractive Reserve (RESEX Mar) of Caeté-Taperaçú, in the municipality of Bragança - Pará. The research aims to characterize this activity, identifying the types of fisheries, the target species and the impacts that threaten the productive capacity of fishermen and artisanal fisherwomen. For that, I tried to identify the main factors of change and the strategies of continuity of the activity, using as methodology the literature review and the field research with ethnographic techniques from semi-structured interviews with fishermen and public sector agents; collection of secondary data through literature review and documental research, and the use of photographic records of the community's daily activities, fishing work and rituals. Lúcia Helena Cunha (2013) mentions that traditional knowledge and modernity are in a complementary relationship, where both undergo changes and are re-signified. Such resignification is also pointed out by Marshall Sahlins (1997). Thus, the results indicate that the modernization of fishing technologies and the construction of Highway PA 458 are presented as the main factors of change, stimulating overfishing and overfishing that interfere, especially in fisheries carried out in the estuary and close to the beach. This set of factors influences the decrease in harvests, harms the use of traditional fishing technologies and affects sociocultural aspects of the group, such as the practice of sharing fish in the port, called *kial*, carried out by fishermen when they return from fishing - this fish, before intended only for food, it is now marketed as an alternative source of income. The analyzes indicate that the impacts on artisanal fishing can influence the circularity of ecological knowledge essential to the sustainability of this activity when young people move away from fishing and other people turn to extractive practices as subsistence strategies in order to guarantee food security for families. Some of these actions allow the continuity and resignification of local traditional knowledge that guide the ways of interacting with the environment, but others can negatively affect the mangrove ecosystem and local sociocultural practices. Furthermore, the creation of the Marine RESEX did not prevent predatory fishing and overfishing, due to the weak performance of the State in the implementation of an efficient fisheries management system that delimits the areas of activity of artisanal/commercial and semi-industrial fishing (sometimes operating in an unsustainable way in areas far from the coast using fishing net "apoitada" and/or trawl nets) and are in line with the interests of fishermen and artisanal fisherwomen in the community, based on a dialogic relationship.

Keywords: Artisanal Fishing in the Amazon; Traditional Communities; *Kial*; Vila dos Pescadores; Marine Extractive Reserve of Caeté-Taperaçú.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Moradores, pescadores e pescadoras da comunidade que participaram desta pesquisa.
- Figura 2 – Festividade de São Pedro em 29 de junho de 2022 (momento da chegada da imagem no andor após a procissão fluvial).
- Figura 3 – Mapa da localização do município de Bragança em relação ao estado do Pará – destacando o estado no contexto brasileiro (Região Norte do Brasil).
- Figura 4 – Mapa da localização da Vila dos Pescadores – interligada ao município de Bragança pela Rodovia PA 458.
- Figura 5 – Residência de morador I.
- Figura 6 – Residência de morador – II.
- Figura 7 – Residência de morador – III
- Figura 7 – Residência de morador – IV
- Figura 9 – Rede de pesca pendurada no poste de energia.
- Figura 10 – Redes de pesca penduradas no poste e nas casas – ao fundo.
- Figura 11 – Pescador fazendo reparos em sua rede de pesca.
- Figura 12 – Outro pescador, na beira do porto de dentro da comunidade fazendo reparos.
- Figura 13 – Pescadores fazendo reparos em uma embarcação.
- Figura 14 – Residências pertencentes aos turistas/veranistas.
- Figura 15 – Outra residência pertencente ao turista/veranista.
- Figura 16 – Ponte sobre o Furo do Maguarí.
- Figura 17 – Porto da Vila dos Pescadores (sobre a ponte do Furo do Maguarí) em dia de desembarque.
- Figura 18 – Porto de dentro da Vila dos Pescadores.
- Figura 19 – Porto de dentro da comunidade (por um outro ângulo).
- Figura 20 – Pescadores desembarcando na caixa que vai para o atravessador.
- Figura 21 – Pescadores retirando a rede do barco.
- Figura 22 – Pescador exibindo um dos produtos de sua pescaria: Corvina (*Argyrosomus regius*).
- Figura 23 - Localização da península bragantina e estuário do rio Caeté.
- Figura 24 – A caminho da “pesca na beira”.
- Figura 25 – Tipos de pesca com redes malhadeiras utilizadas pelos pescadores artesanais da Vila dos Pescadores.
- Figura 26 – Esquema de um Curral de Pesca do tipo Enfia-Coração.

- Figura 27 – Madeiras para a construção do curral (na beira do porto).
- Figura 28 – Construção de um curral de pesca na Vila dos Pescadores.
- Figura 29 – Sr. Lázaro (abaixado) ajudando no desembarque do peixe de seu genro, enquanto o carro do atravessador aguarda ao lado.
- Figura 30 – Área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú.
- Figura 31 – Atravessadores (marreteiros) em carros pequenos e caminhões esperando o desembarque.
- Figura 32 – “Atravessador do atravessador” (homem à direita, de blusa azul, esperando o desembarque do peixe para levar aos atravessadores/marreteiros).
- Figura 33 – Pescador Manoel.
- Figura 34 – Meninos dentro do barco ajudando no desembarque.
- Figura 35 – Aumento do nível da maré, por volta das 17h, no mês de dezembro, 2021.
- Figura 36 – Gleice mostrando e explicando sobre o *cascalho*.
- Figura 37 – Sr. Manoel tecendo uma rede de pesca do tipo malhadeira.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 14  |
| O processo de mudança na atividade pesqueira artesanal: breve revisão da literatura. .  | 20  |
| JUSTIFICATIVA.....  | 29  |
| METODOLOGIA.....  | 33  |
| PERCURSO DO TEMA: “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar” (Evans-Pritchard 2005:244). .....          | 40  |
| LOCUS DA PESQUISA: A comunidade Vila dos Pescadores. ....   | 44  |
| “Aqui, que é a Vila dos Pescadores que eles butaram, que é Ajuruteua”: Um breve contexto histórico.....                                   | 44  |
| Cenário atual. ....   | 48  |
| CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES. ....  | 59  |
| 1.1 O cenário da pesca artesanal bragantina: Uma breve contextualização. ....   | 59  |
| 1.2 A pesca na Vila dos Pescadores. ....  | 63  |
| 1.3 Tipos de Pescarias e espécies predominantes.....  | 66  |
| 1.3.1 A Pesca de Curral.....  | 70  |
| 1.3.2 Acordo de gestão da pesca da sardinha <i>versus</i> a “pegação”. .....  | 76  |
| CAPÍTULO II – <i>KIAL</i> : UMA CATEGORIA ÊMICA.....  | 82  |
| CAPÍTULO III: “[...] AGORA TEM ESSAS COISAS E NÃO TEM PEIXE” – IMPACTOS SOBRE A ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES..... | 88  |
| 3.1 A sobrepesca.....   | 90  |
| 3.2 A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú e o seu papel para a pesca artesanal local.....                                      | 95  |
| CAPÍTULO IV: TRADIÇÃO, MODERNIDADE, MUDANÇA: UM OLHAR DE COMPLEMENTARIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO.....   | 102 |
| 4.1. A diminuição das safras e suas implicações para o <i>kial</i> . ....   | 113 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.2 Estratégias de continuidade e ressignificação. ....   | 115 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....  | 120 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 125 |
| ANEXO I: HORÁRIOS DE SAÍDA DOS ÔNIBUS QUE FAZEM LINHA PARA A VILA DOS PESCADORES. ....                        | 131 |
| ANEXO II: QUESTÕES ELABORADAS PARA OS PESCADORES E PESCADORAS. ....   | 132 |
| ANEXO III: ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE PESCA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, DANILO GARDUNHO. .... | 133 |
| ANEXO IV: ENTREVISTA COM A COLÔNIA DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (Z-17). ....                       | 134 |

## INTRODUÇÃO

Os impactos sobre o ambiente costeiro e marinho, como a destruição de manguezais, a ocupação de praias, a pesca predatória, a especulação imobiliária, dentre outros fatores afetam diversos territórios pesqueiros do litoral brasileiro e promovem conflitos socioambientais envolvendo os pescadores artesanais locais, agentes da pesca industrial e da indústria do turismo. E configura um processo perverso de exclusão social das comunidades pesqueiras de seus territórios (Alencar 2018; CPP 2016; 2021), ocasionando além dos impactos sobre a pesca artesanal, mudanças significativas na organização e reprodução social de pescadores e pescadoras artesanais.

Em vista disso, o presente estudo trata sobre as mudanças e dificuldades que vem ocorrendo na atividade pesqueira artesanal de grupos pesqueiros da costa norte brasileira, com ênfase para a comunidade Vila dos Pescadores, localizada na Reserva Extrativista Marinha (RESEX Mar) de Caeté-Taperaçú, no município de Bragança, estado do Pará. A pesquisa tem como objetivo caracterizar esta atividade, identificando os tipos de pescas, as espécies alvo e os impactos que ameaçam a capacidade produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais.

Focalizo, portanto, como tema desta pesquisa as mudanças sociais relacionadas à atividade pesqueira artesanal. Utilizo como marco analítico a revisão da literatura que trata sobre esse tema a partir de estudos etnográficos realizados em comunidades pesqueiras situadas nas regiões costeiras do Brasil.

Dentre os estudos com base nesta temática estão aqueles realizados por Maria Cristina Maneschy (1993) na região costeira do Pará; estudos de Kottak (1966, 2005), Forman (1970), Simone Maldonado (1994) Cristiano Ramalho e Andréia dos Santos (2018) e Francisca Miller (2018) realizados na região nordeste do Brasil que abordam questões relacionadas à caracterização, organização social, mudança e continuidade na atividade pesqueira praticada por moradores de comunidades costeiras dos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Há também os estudos realizados por Antonio Carlos Diegues (1983, 1999, 2008), por Rosyan Britto (1999) e Lucia Helena Cunha (2013) na região sudeste – litoral do Rio de Janeiro e São Paulo –, que analisam a relação entre modernidade e tradição na pesca artesanal como uma relação de complementaridade, onde o conhecimento tradicional utiliza aspectos da modernidade para exercer a sua continuidade, ao passo que a modernidade está fundada em elementos advindos do saber e da tradição desses grupos;

e as pesquisas realizadas por Gianpaolo Adomilli (2009) na região costeira do Rio Grande do Sul, onde analisa a relação entre modernidade e mudança na pesca artesanal, apontando para descontinuidades e adequações das técnicas de pesca por pescadores que atuam na pesca embarcada.

Diversos desses estudos têm apontado fatores políticos e econômicos como responsáveis por promover mudanças nas sociedades pesqueiras litorâneas ligados ao processo de industrialização do setor pesqueiro, estimulado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1970, tal como a urbanização das regiões costeiras brasileiras, associada à intensificação da especulação imobiliária que afeta os territórios pesqueiros; os projetos desenvolvimentistas visando a modernização da infraestrutura portuária como estratégia de viabilização do setor pesqueiro industrial; a expansão da indústria pesqueira transnacional, que realiza uma pesca com uso de tecnologias e técnicas que provocam o desperdício da fauna acompanhante e a superexploração de espécies específicas.

Essa superexploração dos estoques pesqueiros atrelada a falta de (e/ou a mínima) regulação do Estado, contribuiu para a redução de várias espécies e para a escassez de recursos pesqueiros essenciais para a sobrevivência das populações locais (Alencar 2018; Segata *et al* 2018). Outro problema diz respeito à modernização das tecnologias de pesca associada ao início do processo de industrialização da atividade pesqueira.

Adomilli (2007) atribui às inovações tecnológicas que ocorrem nas práticas de pesca consideradas tradicionais e o envolvimento mais intenso com o mercado como principais fatores de impacto a essa atividade. Esse envolvimento pode ser identificado pelo aumento das vendas da produção de forma direta (para compradores/comerciantes das áreas urbanas), ou indireta (uma vez que depende de atravessadores para acessar os mercados regionais). O crescimento da comercialização também é incentivado pela construção de rodovias que facilitam o acesso das comunidades às áreas urbanas, e vice versa, pela inserção do turismo e/ou da especulação imobiliária nas regiões litorâneas.

Mesmo em face da lógica do mercado capitalista e das novas tecnologias de pesca, as comunidades pesqueiras artesanais continuam a exercer os seus conhecimentos tradicionais. Adomilli (2009) considera que é preciso evitar o dualismo sobre o tema da relação entre tradição e mudança que opõe o modo de vida tradicional *versus* a lógica do mercado.

O autor critica pesquisas que elaboram uma caracterização desse processo de mudança a partir de uma oposição entre essas duas categorias e analisa os modos como pescadores artesanais, alguns reconhecidos como mestres de pesca, ou seja, detentores de

conhecimentos ecológicos tradicionais sobre o ambiente marinho, ao serem envolvidos na pesca embarcada, tendem a associar tais saberes com as modernas tecnologias de identificação de cardumes. Portanto, ele propõe:

[...] Pensar essa questão no âmbito da articulação entre tradição e modernidade, que é tensional, mas que apresenta uma perspectiva ressemantizada, relativa à condição ecológica dos pescadores de se situarem diante de injunções de mudança” (ibid:99).

As análises de Maria Cristina Maneschy (1993) – que realizou pesquisa de observação participante com moradores da comunidade lócus desse estudo no final dos anos 1980, para identificar as mudanças ocorridas na atividade pesqueira do município de Bragança ao longo dos anos e que afetavam ou ameaçavam a pesca praticada na Vila dos Pescadores – apontaram para um cenário de incertezas quanto à continuidade da pesca artesanal e da comunidade como um todo para os anos vindouros, considerando as injunções do desenvolvimento do mercado urbano industrial sobre essa localidade.

A pesca é a principal atividade que rege a vida social e econômica da Vila dos Pescadores. Praticada com tecnologias que unem elementos tanto da tradição como da modernidade, essa atividade vivencia um contínuo cenário de mudanças relacionadas a fatores políticos, socioculturais, econômicos e ambientais tal como apontado por Maneschy 1993, pelo Plano de Manejo da RESEX Mar de Caeté-Taperaçú 2012 e por Nascimento *et al* 2016. Dentre elas, destaco a introdução de novas tecnologias de pesca, a partir das redes tecidas com fios de náilon, o uso de embarcações com motor de propulsão a diesel – aumentando a capacidade de deslocamento das frotas pesqueiras em busca dos cardumes –, a utilização do gelo na conservação do pescado que permitiu elevar a capacidade de produção, etc.

Essas mudanças foram estimuladas por políticas governamentais de incentivo à produção com o objetivo de fortalecer uma nascente indústria pesqueira no Brasil, financiando projetos para aquisição de frota pesqueira moderna, a construção de polos de recepção e beneficiamento do pescado visando a exportação (Diegues 1983; Dias Neto 2010).

Esse processo de mudança do setor pesqueiro foi promovido pelo Governo Federal através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca<sup>1</sup> (SUDEPE), a partir de políticas públicas com o intuito de desenvolver uma indústria pesqueira nacional

---

<sup>1</sup> Atualmente, Ministério da Pesca e Aquicultura.

(Furtado 1981; Diegues 1983; Maneschy 1993; Diegues, 1999). Segundo Diegues (1999:5)

[...] o governo iniciou um processo de modernização das atividades pesqueiras, com altos investimentos em indústrias de pesca, sobretudo no sul e sudeste brasileiro. Essas empresas tiveram um forte impacto nas vilas de pescadores espalhadas ao longo do litoral brasileiro, causando uma série de mudanças sociais importantes (ibid.).

Dentre as políticas destaco os incentivos fiscais para subsidiar empresários do setor pesqueiro comercial a fazer uma modernização da estrutura desse setor aspirando a exportação. Os subsídios intencionavam, entre outros aspectos, a construção de portos de recepção, estruturas de beneficiamento do pescado e a modernização da frota pesqueira industrial (Alencar 2018).

Em contrapartida, como essas políticas não foram elaboradas prevendo a construção de mecanismos de gestão da pesca, logo foi possível perceber os efeitos negativos da captura praticada em grande escala, resultando em uma forte pressão sobre os estoques de espécies mais valorizadas comercialmente, o que levou a redução e/ou escassez dos recursos pesqueiros, sobretudo para a pesca artesanal com menor capacidade de produção em decorrência da tecnologia utilizada e espaço de atuação (Furtado 1981; Diegues 1983; Adomilli 2009).

O foco desses investimentos foi, principalmente, para as regiões Sul e Sudeste do Brasil como apontam os autores. Todavia, refletiu em diversas regiões do país, ameaçando a continuidade de várias comunidades pesqueiras do litoral brasileiro e, dentre elas, a Vila dos Pescadores, localizada em uma região de abundante fauna ictiológica.

Com relação à modernização das tecnologias de pesca, Adomilli (2009) explica que sua utilização tanto por embarcações industriais como por pescadores artesanais eleva a concorrência da atividade. Este problema é, paradoxalmente, ocasionado pelo aumento das dificuldades geradas na atividade advindas, em parte, por estas mesmas tecnologias, que já não exigem tanto do conhecimento do pescador artesanal. Juntamente a isso, a construção de estradas visando facilitar o acesso às regiões litorâneas como parte da política de desenvolvimento do país também é fator propulsor para essa concorrência, além de atrair outras ameaças aos territórios de pesca artesanal.

Nos últimos anos, o cenário da pesca artesanal na Vila dos Pescadores vem passando por modificações fomentadas, em parte, pela construção da Rodovia PA 458 – entre o município de Bragança e a praia de Ajuruteua, que gerou um maior fluxo de pescadores para a localidade, uma vez que a comunidade se tornou um dos principais

pontos de desembarque pesqueiro do município de Bragança (Lutz *et al* 2016, Sakaguchi e Ribeiro 2020).

Nesse sentido, destaco que embora a construção de rodovias facilite o acesso dos moradores das comunidades litorâneas aos centros urbanos e/ou a outros polos de pesca, elas são parte de projetos desenvolvimentistas que visam muito mais facilitar o acesso do turista aos locais próximos aos mares, rios e estuários com grande potencial para o lazer por suas belezas cênicas, do que favorecer os interesses dos moradores e moradoras dessas comunidades. Com a facilidade de acesso e imóveis a preços acessíveis esses territórios tornam-se alvos da indústria turística e da especulação imobiliária.

Todos esses fatores supracitados impulsionam a sobrepesca<sup>2</sup>, apontada pelos pescadores e pescadoras locais como responsável pela diminuição das safras de espécies importantes para a comercialização, como a Pescada-Gó (*Macrondon ancylondon*), interferindo na subsistência desses sujeitos. O aumento do número de pescadores e atravessadores atuando na região e a falta de condições logísticas dos órgãos ambientais para realizarem fiscalizações<sup>3</sup> contribuem para aumentar a pesca predatória ou de forma insustentável, ameaçando os recursos pesqueiros.

Em decorrência da sobrepesca, um outro fator vem à luz na narrativa dos interlocutores: a pesca intensiva da Sardinha (*Cetengraulis edentulus*). Essa espécie serve como alimento para algumas espécies de peixes que tem mais valor de mercado, sendo capturada em grande quantidade e de forma indiscriminada por pescadores que são financiados por empresas ligadas à pesca industrial e que a utilizam como isca.

Na narrativa dos entrevistados, a extração da sardinha está entre os principais responsáveis por intensificar a diminuição das safras no estuário, principalmente àquele pescador ou pescadora que realiza a atividade próximo a praia, pois, segundo eles, se as espécies que se alimentam da sardinha não a encontram, migram para outros locais, dificultando a pesca e compelindo os pescadores a buscarem outras estratégias de subsistência e geração de renda, a fim de suprir suas necessidades de consumo e acesso a alimentação.

Dentre as estratégias de subsistência é citado a extração de outros recursos encontrados no estuário e no manguezal, como o caranguejo, o siri, o sururu (ou

---

<sup>2</sup> A sobrepesca é entendida aqui como o aumento na quantidade de pescadores na região, sejam da categoria artesanal, artesanal/comercial ou mesmo da pesca industrial e está atrelada a pesca insustentável.

<sup>3</sup> O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) é o órgão responsável pela gestão e conservação da RESEX Mar de Caeté-Taperaçu.

mexilhão), o turu e a coleta de ajirú/ajurú (fruta típica da região que dá nome à praia de Ajuruteua). Contudo, essa mudança de atividade gera maior insegurança quanto a obtenção de renda, influenciando na dinâmica organizacional da pesca e, por conseguinte, da comunidade quanto a manutenção da economia local.

Diante disso, a fim de compreender o atual cenário da atividade pesqueira artesanal a partir das mudanças ocorridas nessa atividade e local, procurei responder às seguintes questões que norteiam essa pesquisa: quais as principais problemáticas apontadas pelos pescadores e pescadores para a diminuição das safras? Quais estratégias estão sendo adotadas para contornar as dificuldades na pesca? E quais as principais mudanças e ressignificações decorrentes desse cenário no âmbito sociocultural da comunidade?

Para tanto, se fez necessário uma breve revisão da literatura socioantropológica com ênfase no tema da pesca artesanal no intuito de expor os desafios e dificuldades pelo qual essa atividade vem (e continua) passando ao longo dos anos, e, como os projetos de desenvolvimento do governo brasileiro em parceria com as grandes empresas de pesca interferem na vida das comunidades pesqueiras sem que estas estejam adequadamente inseridas em tais ações. Utilizei como categorias analíticas a questão da complementaridade entre aspectos tradicionais e modernidade/modernização da pesca artesanal em face das interferências inseridas nessa atividade e em comunidades pesqueiras, explicada por Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2013) e a ressignificação (sócio) cultural defendida por Marshall Sahlins (1997).

Os resultados apontam que a modernização das tecnologias de pesca e a construção da Rodovia PA 458 se apresentam como os principais fatores de mudanças, estimulando a sobrepesca, que interfere, sobretudo nas pescarias realizadas no estuário e próximos a praia. Esse conjunto de fatores influencia na diminuição das safras, prejudica o uso de tecnologias tradicionais da pesca e afeta aspectos socioculturais do grupo, como a prática de partilhar o pescado no porto, denominada *kial*, realizada por pescadores ao retornarem da pesca – esse peixe, antes destinado somente à alimentação, agora é comercializado como alternativa de renda.

As análises apontam que os impactos à pesca artesanal podem influenciar na circularidade de conhecimentos ecológicos essenciais à sustentabilidade dessa atividade quando os jovens se afastam da pesca e outras pessoas se voltam para práticas extrativas como estratégias de subsistência a fim de garantir a segurança alimentar das famílias. Algumas dessas ações permitem a continuidade e a ressignificação de conhecimentos

tradicionais locais que orientam os modos de interação com o ambiente, mas outras podem afetar negativamente o ecossistema de manguezal e práticas socioculturais locais.

Além disso, a criação da RESEX Marinha não impediu a sobrepesca, devido a fraca atuação do Estado na implementação de um sistema de gestão pesqueira eficiente que delimite as áreas de atuação da pesca artesanal/comercial e semi-industrial (por vezes operando de forma insustentável em áreas distantes da costa com rede apoiada e/ou de arrasto) e esteja em consonância com os interesses dos pescadores e pescadoras artesanais da comunidade, a partir de uma relação dialógica.

### **O processo de mudança na atividade pesqueira artesanal: breve revisão da literatura.**

O trabalho de campo jamais avança sem teoria. As teorias de seu tempo direcionam a busca do antropólogo [...] (Wolf 2003:358).

Quando Roberto Cardoso de Oliveira (1996) publicou em seu livro “o Trabalho do Antropólogo” sobre a necessidade de ser “disciplinado” [sic] quando formos a campo, ele se referia à necessidade do/a pesquisador/a ser orientado pelas teorias, conceitos e categorias analíticas pertencentes a disciplina à qual escolheu usar as lentes para enxergar a realidade com o qual pretende pesquisar. Esta questão foi abordada por Malinowski (2018) ao destacar ser indispensável realizar estudos teóricos para o direcionamento da pesquisa de campo:

Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de ideias preconcebidas. [...] O pesquisador de campo depende inteiramente da inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos (Malinowski 2018:64-65).

A revisão da literatura sobre pesquisas realizadas em comunidades pesqueiras situadas em outras áreas costeiras do estado do Pará e demais regiões do litoral brasileiro, tendo como tema a caracterização da atividade pesqueira artesanal e fatores de mudanças, disciplinou o meu olhar e me possibilitou compreender que as dificuldades, desafios e tensões vivenciadas pela Vila dos Pescadores não é uma particularidade local, mas ocorre em muitas outras comunidades que realizam a pesca artesanal, levando a mudanças em seus aspectos organizativos.

Na década de 1980, Maria Cristina Maneschy realizou um estudo aprofundado com pescadores da Vila dos Pescadores – na época denominada como Ilha de Ajuruteua – cujos resultados podem ser vistos no livro “Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada” (1993). A autora descreve o contexto histórico, econômico, social e ambiental

da pesca artesanal praticada na região bragantina, com ênfase para a comunidade e identifica diversas mudanças que estavam ocorrendo nessa localidade que alteraram “[...] o rol de aspirações dos pescadores e de seus filhos, não só em termos de moradia, vestuário e lazer, mas também, e principalmente, em termos de escolarização, condições de saúde e emprego” (ibid:6).

Ao longo do livro a autora aponta alguns fatores que contribuíram para aquele cenário de modificações, mas destaca o crescimento da frota pesqueira, a especulação imobiliária e o turismo como principais ameaças à continuidade da comunidade considerando seus conhecimentos tradicionais.

Maneschy expôs que tais mudanças eram consequência da inserção da pesca artesanal em um sistema mercantil que se baseava no modelo capitalista à partir da introdução de novas tecnologias de pesca – surgimento do náilon para a fabricação de redes, a motorização das embarcações de pesca, uso do gelo, etc., aliada à crescente demanda do mercado capitalista industrial por pescado que levou à intensificação da pesca e passou a ser caracterizada como sobrepesca por seu caráter excessivo e pelo desperdício de espécies de baixo valor comercial.

A partir desse argumento, a autora questionou se os modos de reprodução social dos moradores da comunidade e seu conhecimento tradicional sobre o ambiente e técnicas de pesca resistiriam “sem alterar-se profundamente” dada as modificações impostas a eles (Meneschy 1993:10). Ela apontou em seu trabalho a forma de organização social da pesca na Vila dos Pescadores considerando que tal atividade era desenvolvida utilizando tecnologias simples, como as redes de pesca tecidas com fios de algodão, cujo processo de fabricação era realizado inteiramente pelos moradores, que extraíam produtos do mangue para tingir as redes e a madeira usada para fixa-las nos pontos de pesca.

Outra característica da pesca local era o processo de conservação do pescado desembarcado no porto com a técnica de *salga*, uma atividade outrora realizada pelos pescadores juntamente com seus familiares – mulheres e crianças – e outros membros da comunidade com quem mantinham maior aproximação. Ou seja, tratava-se de um sistema de produção onde o pescador desenvolvia várias atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca, e envolvia membros do grupo doméstico e de sua rede de parentesco para realizar algumas tarefas. Contudo, a autora destaca que houve uma diminuição no uso dessa técnica com a introdução do gelo na conservação dos peixes e, conseqüentemente, modificações nas interações sociais dos moradores com a atividade

pesqueira. Assim, a alteração na técnica de conservação implicou em mudanças nas atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca.

Antes da construção da Rodovia PA 458, ainda segundo Maneschy, essa forma de organização e reprodução social baseava-se nos interesses surgidos em comunidade, pela intensa interação com o ambiente que implicava em domínio de conhecimentos especializados sobre determinados elementos presentes nesse meio, conhecimentos esses partilhados e repassados pelas gerações anteriores, no qual orientam suas formas de percepção do espaço terrestre e marinho. O contato e a interação dos moradores com o centro urbano de Bragança eram mínimos.

A construção da rodovia, contudo, facilitou o acesso ao mercado, às novas tecnologias de pesca e de conservação do pescado fazendo com que a modernização dos instrumentos de pesca favorecesse a pressão e competição por recursos pesqueiros. Para Maneschy, a modernização dos meios de produção pesqueiros está relacionada ao surgimento de novas formas de trabalho e de consumo. Ademais, a Rodovia PA 458 e a inserção do turismo, introduziam mudanças que ameaçavam as formas de organização social que eram características desse grupo social.

Pesquisas desenvolvidas por Denise Adrião (2003; 2006) com pescadores do município de Salinas no estado do Pará; por Daniela Ferreira (2012), com pescadores da comunidade Praia de Barra Grande, litoral do Piauí; Léa Rodrigues e Antônia Araújo (2016) com pescadores da comunidade de Bitupitá, no litoral do Ceará; de Guilherme Aglio da Silva (2017) com pescadores de Itaipu, litoral do Rio de Janeiro, demonstram que a atividade turística, em conjunto com a especulação imobiliária e os projetos de desenvolvimento de infraestrutura portuária, por exemplo, são fatores que contribuem para os impactos e mudanças na atividade pesqueira artesanal, resultando em transformações no contexto da organização social dos moradores dessas comunidades.

Tais estudos apontam que os moradores das respectivas comunidades precisaram buscar alternativas de subsistência ou a criação de novas estratégias de produção para ter acesso à renda. Em situações extremas nas quais alguns pescadores não conseguem manter o seu sustento ou de seus familiares com a renda da pesca, alguns se veem obrigados a migrarem para outras localidades, geralmente situadas próximas ao litoral para continuarem a trabalhar na atividade pesqueira, ou buscam outras formas de trabalho.

O estudo de Ferreira (2012), por exemplo, destaca essa situação de migração enfrentada por pescadores da praia de Barra Grande, situada no litoral do Piauí frente ao

avanço do turismo, da especulação imobiliária e da prática do esporte *kitesurf* que, por ser praticado sobre a água, espanta os cardumes e dificulta a pesca local.

No texto de Rodrigues e Araújo (2016) sobre Bitupitá, no estado do Ceará, as autoras apontam os projetos de desenvolvimento – a implantação de um parque de produção de energia eólica, o turismo, a piscicultura e carcinicultura – como fatores de mudança e de impactos nas atividades de subsistência de moradores desse município, dentre os quais estão os pescadores, as marisqueiras e os agricultores.

Políticas de incentivo ao turismo, de incentivo à implantação de formas de energia renováveis (usinas eólicas) e de expansão da piscicultura e carcinicultura (criadouros de espécies em cativeiro) [...] atingem diretamente os pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores locais já que as áreas de interesse empresarial são as que essas populações habitam e sobre a qual não detêm a propriedade da terra (ibid:23).

Diegues (1983) explica que a perda de territórios pesqueiros ocorre no Brasil principalmente a partir da década de 1970, quando vários grupos de pescadores artesanais perderam partes de seus territórios e espaços de uso devido à pressão da pesca industrial. O acúmulo de lixo nos oceanos, mares e estuários; os projetos de desenvolvimento; a concorrência da atividade pesqueira (sobrepesca) e a atividade turística também são apontados pelo autor como condições que contribuem para a pressão sobre os territórios das comunidades pesqueiras. Outros autores (a exemplo dos supracitados na introdução deste trabalho) corroboram que tais situações são recorrentes no cenário da pesca artesanal da zona costeira brasileira e em comunidades pesqueiras do litoral do país<sup>4</sup>.

Partindo da compreensão de que a pesca artesanal é também uma prática social (Aglío 2017:4), a estratégia utilizada nesse estudo foi identificar nos relatos de pescadores e pescadoras da Vila dos Pescadores os fatores que eles e elas apontam como responsáveis por mudanças que ocorreram nessa atividade e como isso impacta na vida em comunidade. Trata-se de analisar as alternativas que estão sendo adotadas pelos moradores para suprir as dificuldades de acesso a recursos pesqueiros e renda, e dar continuidade ao seu conhecimento tradicional e modo de vida.

Como destacam as autoras Lúcia Helena Cunha (2013) e Manoela Carneiro da Cunha (2017), a tradição, o conhecimento tradicional dessas comunidades e grupos pesqueiros não estão fora da lógica de modernidade/modernização, não são conhecimentos e saberes cristalizados. Ao contrário, tanto conhecimento tradicional

---

<sup>4</sup> No capítulo I pretendo apresentar algumas referências que versam sobre comunidades pesqueiras, os fatores que impactam na mudança da pesca artesanal e as injunções sobre essas comunidades – artigos e dissertações no qual utilizei como método de comparação e análise para compreender, em partes, o próprio lócus desta pesquisa

como científico, tanto tradição como modernidade, devem existir em uma relação dialógica no âmbito desses grupos.

Cunha (2013) considera que conhecimento tradicional e modernidade estão em uma “relação de complementaridade”, onde ambos sofrem modificações e são ressignificados em sua temporalidade de acordo com as “desordens” que se impõem sobre eles. Para a autora, “coloca-se, assim, a necessidade de construir o novo fundado, porém, em elementos da tradição, que em combinação com os processos modernos, transforma o passado em elemento ativo” (Cunha 2013:09).

Trata-se de compreender esta comunidade, este grupo de pescadores e pescadoras como uma realidade social que está em constante movimento, pois “toda realidade social é dinâmica pura, um fluxo variado de mudanças com velocidade, intensidade, ritmo e andamento variados” (Sztompka 2005:34). Utilizando as palavras de Eric Wolf (2003:296), grupos sociais estão em constante “construção, desconstrução e reconstrução” devido a diversos fatores e impactos que operam sobre eles, levando-os a uma transformação e/ou ressignificação de sua organização social. Antonio Carlos Diegues corrobora com esta reflexão ao afirmar que:

Se, no interior de sistemas aquáticos, as relações entre seus elementos naturais são dinâmicas e mutáveis, as estabelecidas entre esses processos e as diversas formas de organização social, criadas historicamente, também o são (Diegues 1983:109).

A perspectiva de Marshall Sahlins (1997) se assemelha a relação de complementaridade quando menciona a lógica de ressignificação do conhecimento tradicional em face da modernização. A ressignificação cultural – ou poderia considerar uma ressignificação sociocultural – defendida pelo autor ao analisar etnografias de alguns antropólogos, destaca que os grupos pesquisados por esses estudiosos não perdiam a sua cultural quando em interação com grupos de culturas distintas ou “sob o assédio da ordem capitalista mundial” (Sahlins 1997:42), mas a ressignificavam, davam um novo significado para aspectos que vinham de grupos exógenos, para atender a lógica de sua própria organização social, de acordo com seus modos de vida e seu conhecimento tradicional.

A crítica do autor é que havia um “pessimismo sentimental” de estudiosos ao acharem que sociedades distantes e de organização social distintas das urbano-capitalistas, em algum momento, se tornariam aculturadas devido a essas interações. Que a força do capitalismo seria tão grande a ponto de fazerem-nas perder suas particularidades, os conhecimentos tradicionais e aspectos culturais próprios. “[...]”

Acreditava-se que a modernização levaria o processo de deculturação a uma solução final, visto que os costumes tradicionais eram considerados como um obstáculo ao desenvolvimento (ibid:51).

O autor expõe que muitas dessas sociedades, contudo, deram um novo significado, um novo sentido para elementos de grupos externos, baseando-se na lógica de sua própria organização social, com suas crenças, simbolismos, mitos, modos de produção (e etc.) próprios. Sahlins cita William Watson para explicar essa situação:

Os efeitos do industrialismo e do trabalho assalariado [...] sugerem que, no processo de mudança social, uma sociedade tende sempre a se ajustar às novas condições através das instituições sociais já existentes. Essas instituições sobreviverão, mas com novos valores, dentro de um novo sistema social” (Watson 1958:228 *apud* Sahlins 1997:54).

O saber tradicional das comunidades pesqueiras brasileiras passado entre as gerações sofreu mudanças tão logo a chegada dos povos europeus, que passaram a inserir os seus modos e saberes na vida sociocultural dos grupos que aqui viviam. José Veríssimo destaca que com a chegada dos portugueses, as tecnologias utilizadas para a atividade pesqueira foram aos poucos sendo substituídas por produtos trazidos pelos europeus; no que os indígenas utilizavam dentes de animais, por exemplo, para as pontas das flexas, com a chegada do “homem branco”, passaram a utilizar “pontas de ferro ao modo das usadas nas pescarias europeias” (Veríssimo 1970:101 *apud* Furtado 1981:06).

Percebe-se que os “efeitos do industrialismo” citado por Watson (*apud* Sahlins 1997) refletiram na atividade pesqueira brasileira desde a chegada dos povos de além mar. Contudo, estudos no campo da socioantropologia apontam que as décadas de 60 e 70 foram determinantes no que se refere a essa atividade, quando as políticas do governo federal implementadas por meio da SUDEPE passaram a impactar as comunidades pesqueiras e a pesca artesanal.

Com isso, algumas mudanças significativas foram emergindo com maior latência, principalmente porque esses investimentos beneficiaram, em maior parte, a nascente pesca industrial e/ou indústrias voltadas para esse ramo, em detrimento do pequeno pescador – que utilizava a atividade para a sua subsistência – e de seus interesses.

Para essas comunidades e/ou grupos sociais, a atividade pesqueira não é apenas uma atividade econômica. Ela é, além de fonte de alimento, um meio de existir no mundo, uma identidade, um saber herdado, um modo de conhecimento do território aquático e da vida que nele vive. Para alguns desses grupos, é ela quem determina o tempo, a rotina, o modo de vida. Portanto, qualquer interferência em seu meio altera não apenas a economia,

como é capaz de afetar o seu contexto sociocultural como um todo, as relações entre os indivíduos do mesmo grupo, a relação com o meio natural e com o território, a relação com os agentes externos e etc.

Antonio Carlos Diegues realizou importantes pesquisas (1983; 1999; 2004; 2008) sobre o tema da pesca artesanal em comunidades e grupos tradicionais no contexto brasileiro e as mudanças nesse cenário. Seu trabalho intitulado “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do mar” dividido em duas partes, faz uma considerável análise histórica sobre a pesca artesanal e as mudanças que ocorreram nesse setor em diversas regiões e países do mundo na primeira parte; e na segunda, focaliza o desenvolvimento da pesca no Brasil e os fatores de mudanças e suas injunções nos grupos pesqueiros.<sup>5</sup>

Nesse livro o autor destaca a importância da pesca artesanal no Brasil na produção de alimento para muitos grupos e como um importante produto para a economia nacional e também destaca o tema da mudança social como recorrente entre grupos de pescadores a partir da década de 60. Até então esta atividade se limitava a categoria artesanal e à produção dos armadores, proprietários de algumas poucas embarcações – traineiras, linheiros etc. –, mesmo na região Sudeste onde houvera um maior desenvolvimento das forças produtivas (Diegues 1983:131).

O autor se refere as relações de produção na atividade pesqueira a partir de uma abordagem analítica marxista quando menciona as mudanças ocorridas nas relações de produção dos pescadores artesanais e os instrumentos utilizados para essa produção. Ele destaca que “na produção capitalista a expropriação do sobretrabalho se faz com a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e com a perda do controle do processo de trabalho” (ibid:207). Ao contrário, nas relações que não seguem essa forma de produção, as relações são baseadas na parceria entre os pescadores e donos de barcos. O pescador possui um certo controle dos instrumentos da pesca e paga ao dono do barco somente se o resultado da pescaria for o suficiente para tal.

Quando os instrumentos da produção pesqueira são modernizados, o valor desses produtos sobe e as chances do pequeno pescador de obtê-los pela renda de sua própria produção diminuem. Assim, para continuarem a exercer a pesca e obter renda para a sua subsistência, se veem obrigados a depender de outros agentes “detentores da riqueza” (Wolf 2003:276) – como os atravessadores, marreteiros, donos de empresas e indústrias pesqueiras, donos de embarcações industriais e etc. – os quais passam a possuir o controle

---

<sup>5</sup> Outros trabalhos também tratam sobre mudanças na atividade pesqueira, a exemplo de Raymond Firth (1971); Furtado (1981); Maneschy (1993).

dos meios de produção, utilizando o pescador artesanal e sua força de trabalho apenas como mão de obra e não em uma relação de parceria, comum entre grupos de pescadores artesanais.

Eric Wolf esclarece

[...] para que a força de trabalho seja oferecida à venda, os laços entre produtores e os meios de produção precisam ser cortados para sempre. Isso significa que os detentores da riqueza precisam ser capazes de adquirir os meios de produção e negar acesso a todos os que queiram operá-los, exceto em seus próprios termos. Por outro lado, as pessoas que têm o acesso negado aos meios de produção precisam negociar com os detentores da riqueza que controlam esses meios para obter permissão de operá-los, em troca de salários que lhes permitirão pagar pelo que precisam para se sustentar (ibid.).

Assim, a partir da perspectiva de Diegues (1983) observa-se que o incentivo do governo, a partir da década de 1960, à produção pesqueira do país, com vias a financiar empresas de pesca para a produção dessa atividade seguiu pela lógica marxista utilizada pelo autor, onde há o afastamento do pescador artesanal dos seus meios de produção a partir da modernização dos instrumentos de pesca.

É possível perceber, inclusive, que as principais mudanças sobre as relações de produção das comunidades pesqueiras artesanais e na pesca dessa categoria decorreram dessa modernização e dos incentivos fiscais, pois os benefícios direcionaram-se às indústrias de pesca em detrimento das comunidades pesqueiras:

A década de 70 foi crucial para a pesca brasileira, pois o governo iniciou um processo de modernização das atividades pesqueiras, com altos investimentos em indústrias de pesca, sobretudo no sul e sudeste brasileiro. Essas empresas tiveram um forte impacto nas vilas de pescadores espalhadas ao longo do litoral brasileiro, causando uma série de mudanças sociais importantes (id, 1998:05).<sup>6</sup>

Os grupos de pescadores artesanais – e a importância da atividade pesqueira para estes – por sua vez, foram negligenciados, transformando muitos desses sujeitos em mão de obra desse novo processo que começava a se estabelecer nessas regiões. Era mão de obra barata e que possuía muitas horas de trabalho sem um retorno financeiro adequado e/ou equivalente. Além disso, a reprodução e organização social desses sujeitos começava a ficar ameaçada, obrigando-os a lidar com as transformações e reformular a sua subsistência.

O que fica claro nesse contexto é que os incentivos fiscais para as empresas de pesca e à produção pesqueira tiveram como foco o mercado consumidor externo e/ou os

---

<sup>6</sup> Em menos de 30 anos, por exemplo, o porto de Santos, no estado de São Paulo, teve um crescimento disparado de embarcações “acima de 20 toneladas brutas [...] [no qual] passou de 18 unidades em 1950 para 324 em 1976. Fenômeno idêntico ocorreu no Rio de Janeiro [...]” (Diegues 1983:132).

grandes centros urbanos. Não foi para a melhoria do pequeno pescador, de sua subsistência ou da sua reprodução social; não foi para facilitar o processo de produção e de trabalho da pesca artesanal, foi para diminuir o preço do pescado, para facilitar a exportação, a fim de tornar o mercado da pesca um gerador de lucro para o país e para as grandes empresas de pesca, mas considerando de forma mínima e limitada o pescador artesanal que subsiste dessa atividade.

Aparentemente, as tecnologias e inovações dos meios de produção facilitaram, até certa medida, o processo de trabalho e produção do pescador com relação a pesca artesanal. O surgimento das redes de náilon e do motor para as pequenas embarcações são exemplos dessa facilidade, pois contribuíram para a diminuição do tempo no processo de produção da atividade pesqueira artesanal, reduzindo também o tempo de permanência no mar, devido a rapidez das embarcações motorizadas e proporcionando uma permanência maior na comunidade.

Um exemplo dessa situação no contexto da Vila dos Pescadores, foi o relato do sr. Domingos (73 anos) – que considera estar “muito mais fácil” esse processo de captura e produção da pesca, pois antes passava muito tempo para ir e voltar do mar, o trabalho era muito maior para conservar o peixe (a partir do processo de *salga*) e tecer as redes (feitas, aquela época, de algodão, possuíam uma durabilidade menor e eram mais frágeis que as atuais).

Em contrapartida, como se pode ver neste trecho do texto de Diegues: “[...] após os incentivos fiscais, acentuou-se ainda mais a predação de algumas espécies de alto valor de mercado **e que não se destinam ao mercado interno**” (Diegues 1983:135, grifo meu); uma outra citação do mesmo autor em trabalho posterior destaca que “a modernização, como a inovação tecnológica da pesca artesanal, como afirma Mello (1985), não foi uma estratégia neutra, **mas respondeu a uma estratégia da grande empresa que teve assim seus custos diminuídos**” (id 1999:10, grifo meu).

É possível observar que, mesmo diante das facilidades e diminuição do tempo no processo de produção para o pescador artesanal, as comunidades e grupos de pescadores que realizam esse tipo de pesca não estão no centro de interesses do governo e/ou das políticas públicas. Quando surgem tais políticas, geralmente objetivam atender a demanda do mercado consumidor seja ele local, estadual, nacional ou internacional. Os pescadores artesanais só começaram a receber o foco das indústrias de pesca, por exemplo, devido ao seu elevado conhecimento e experiência sobre o mar e a atividade pesqueira, para ser utilizada como mão de obra barata.

Lourdes Furtado (2004) é enfática ao tecer considerações sobre essa situação quando afirma que o pescador que realiza a pesca artesanal é o “menos privilegiado em toda a história da construção das políticas públicas direcionadas à exploração pesqueira do Brasil” (Furtado 2004:s/p).

Todo esse contexto de mudanças relacionado aos incentivos fiscais do governo federal e às transformações das tecnologias que beneficiaram em grande escala a pesca industrial acarretou consequências devastadoras para a produção da pesca artesanal e, por conseguinte às comunidades que subsistiam dessa atividade. “Enquanto alguns pescadores artesanais se convertiam em pescadores embarcados, outros abandonaram simplesmente a profissão por não poderem retirar dela os meios de subsistência” (Diegues 1983:145). Outro fator decorrente dessas injunções ao cenário pesqueiro artesanal foi a venda por parte dos pescadores de seus territórios, em busca de migrar para os centros urbanos.

Voltando às transformações que estavam surgindo no cenário pesqueiro brasileiro, com a superexploração dos estoques pesqueiros, algumas empresas encontrando escassez de determinadas espécies foram levadas a mudar de ramo ou faliram (ibid.). Mas outras, começaram a migrar para outras regiões onde esses estoques eram ainda muito abundantes, a exemplo da região norte.<sup>7</sup>

Na região Norte a migração das atividades de pesca para um modo de produção em escala comercial e industrial ocorreu de forma tardia em comparação a outras regiões, porém isso não impediu que ocorressem mudanças expressivas em seu cenário. No texto de Maneschy (1993) e de Furtado (1991) nota-se que o litoral do estado do Pará foi alvo de muitas transformações que refletiam as dificuldades surgidas na pesca do Sul e Sudeste, o que viria a modificar significativamente o cenário atual dessa atividade de uma comunidade pesqueira estuarina do nordeste do estado: a Vila dos Pescadores.

## **JUSTIFICATIVA**

Na Amazônia brasileira, com ênfase para o estado do Pará, autoras como Lourdes Furtado, Maria Cristina Maneschy, Edna Ferreira Alencar, Vitória J. Isaac e o autor Alex

---

<sup>7</sup> Foi em decorrência dos fatores de impacto sobre a atividade pesqueira artesanal e aos grupos de pescadores dessa categoria face aos incentivos fiscais concedidos pelo Governo brasileiro às indústrias de pesca e a superexploração dos estoques de algumas espécies, que as pesquisas antropológicas começaram a se voltar para o âmbito da atividade pesqueira, principalmente, a artesanal. “A partir da década de 70 começou a se desenvolver uma área específica do conhecimento nas ciências humanas intitulada antropologia marítima, socioantropologia marítima, ou ainda antropologia da pesca” (ibid:14).

Fiúza de Mello se destacam por realizarem pesquisas com ênfase para o contexto socioantropológico de comunidades pesqueiras litorâneas e ribeirinhas da região e do estado. Contudo, no nordeste do estado do Pará, mais especificamente na microrregião bragantina, as informações sobre essa atividade pelo viés da socioantropologia da pesca carecem de atualizações, principalmente pelo município de Bragança ser reconhecido por sua elevada produtividade em pescados.

Na pesquisa bibliográfica realizada em plataformas online de pesquisas (Google Acadêmico, Periódico Capes, SciELO e Nupaub – esta última voltada especificamente para a socioantropologia da pesca), poucos foram os trabalhos encontrados sobre as comunidades pesqueiras artesanais do município de Bragança (Pará) sob a óptica da antropologia social, especialmente literaturas que abordassem os aspectos socioculturais e as mudanças na atividade pesqueira artesanal dos grupos situados na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú.

Dentre os trabalhos encontrados, destaco o de Sakaguchi e Ribeiro (2020) que versa sobre a importância geográfica da região bragantina no contexto da atividade pesqueira artesanal, apontando a Vila dos Pescadores como um dos principais portos de desembarque do município. O trabalho de Josinaldo Reis do Nascimento e colaboradores (2016) que trata sobre uma técnica de pesca considerada tradicional nesta região, a pesca de curral, descrevendo, inclusive, o processo de construção dessa armadilha. O de Ítalo Antonio de Freitas Lutz e colaboradores (2016) que versa sobre o processo de captura extrativa marinha, o desembarque pesqueiro e as principais técnicas de pesca e embarcações utilizadas na Vila dos Pescadores e comunidades próximas. Todavia, os estudos são orientados por referenciais analíticos de campos disciplinares ligados à engenharia de pesca, à geografia, à oceanografia, dentre outros.

Embora em algum momento esses estudos mencionem a questão da mudança na atividade pesqueira nessa região, suas análises se voltam para aspectos ligados à pressão da pesca sobre algumas espécies e estatísticas de produção; mudança na capacidade de captura e produção, técnicas de pesca e etc. Ou englobam a região bragantina como um todo, sem especificar a comunidade alvo desse estudo.

O trabalho de Maneschy (1993) foi o único que encontrei até o presente momento, que versa sobre as mudanças ocorridas na atividade pesqueira da comunidade e na região

bragantina.<sup>8</sup> A revisão dessa literatura me permitiu uma visão mais ampla da atividade pesqueira artesanal dessa região e compreender alguns fatores que podem ser de potencial influência para explicar a atual dificuldade encontrada pelos moradores para realizar a pesca. Entretanto, outras mudanças significativas ocorreram nesse território ao longo desses quase 30 anos da data de publicação (a exemplo da implementação da RESEX Mar de Caeté-Taperaçú), tornando o trabalho um importante marco histórico e analítico, mas dificultando utilizá-lo como referencial atual da Vila dos Pescadores.

Durante as pesquisas de campo e na realização de alguns trabalhos voluntários para o projeto socioambiental Mangues da Amazônia<sup>9</sup> observei a mínima atuação de antropólogos na construção de estudos e na execução de projetos tanto por órgãos ambientais do município como pela prefeitura e secretarias de Bragança, exceto por apenas uma antropóloga que se destaca como atuante nas comunidades da RESEX.

A inserção de estudos antropológicos e projetos com ênfase nessa área realizados com e para as comunidades contribui não apenas para compreender a cosmovisão desses grupos pesqueiros (importante na elaboração de projetos e políticas públicas), como também para analisar o contexto atual da atividade pesqueira artesanal e a lógica organizacional dos pescadores e pescadoras dessa região.

Em vista disso, este trabalho pretende ser o início de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema da pesca artesanal pela óptica da antropologia social no intuito de enfatizar e tornar central a cosmovisão e a cosmogonia da comunidade Vila dos Pescadores e quiçá, demais comunidades pesqueiras circundantes da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú. Isso possibilitaria uma outra compreensão de tais comunidades contribuindo para políticas públicas que considerem, especialmente, os interesses dos pescadores e pescadoras artesanais locais, visto que, a falta dessas políticas articuladas com esses sujeitos, resulta em certa marginalização desses grupos perante o Estado, tornando-se minorias sociais.

Esta pesquisa também se coloca como uma contribuição para a literatura dos estudos no âmbito da atividade pesqueira artesanal em comunidades costeiras voltada para o município de Bragança, tendo como lócus a Vila dos Pescadores, pela importância

---

<sup>8</sup> Um exemplo de mudança que considerado significativo ocorreu no nome da comunidade, antes conhecida como Ilha de Ajuruteua e hoje Vila dos Pescadores, como será citado no tópico de apresentação do lócus da pesquisa.

<sup>9</sup>

e destaque dessa atividade e dessa comunidade para compreender aspectos de mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais que ocorrem na região.

A escolha da comunidade se destaca, por exemplo, a partir de diversos fatores: 1) estar localizada às margens de uma praia e da maior faixa contínua de manguezal do mundo<sup>10</sup>; 2) situar-se em uma RESEX Marinha; 3) situar um dos 20 principais portos de desembarque de pescado da região bragantina (Sakaguchi e Ribeiro 2020); e 4) pertencer a um contexto histórico importante pois, devido a construção da Rodovia PA 458 – resultado de projetos de desenvolvimento que visavam o avanço do turismo no município de Bragança – esse local deixou de ser ilha para transformar-se em comunidade.

De acordo com o Plano de Manejo da referida RESEX apenas três comunidades destacadas se encontram dentro dos limites dessa UC onde a pesca é uma atividade importante para a subsistência dos moradores. Uma delas é a Vila dos Pescadores onde “[...] a pesca artesanal tem grande importância [...] pois além de assegurar a sua alimentação é uma importante fonte de renda” (Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú 2012:31).

No decorrer do texto são apresentadas diversas informações que buscam apresentar o contexto social, econômico, ambiental e histórico das comunidades e do território como um todo. Entretanto, no item 7 deste documento salienta-se que existem “[...] diversas lacunas de conhecimento por parte de comunitários, técnicos, pesquisadores e instituições [...]” e que uma delas é a falta de “estudos etnográficos e antropológicos sobre as comunidades e a população beneficiária da RESEX”<sup>11</sup>.

Partindo deste contexto, o presente estudo poderá contribuir com informações para: I) ampliar o conhecimento sobre a atividade pesqueira realizada nesta região e que contribua para a compreensão dos processos que levaram às mudanças e a situação atual desta comunidade, com ênfase para a diminuição das safras; II) contribuir com informações que possam preencher algumas lacunas face a carência de estudos antropológicos realizados nesse território no que concerne a pesca artesanal e seus

---

<sup>10</sup> Com 379 mil hectares, “[...] se estende por 140 mil km<sup>2</sup> do Amapá até a baía de São Marcos no Maranhão, abrange todo o litoral paraense – onde 12 reservas extrativistas marinhas abrigam 19% da população costeira do estado”. Fonte: [https://rare.org/program/pesca-para-sempre-no-brasil/#por\\_que\\_par%C3%A1?](https://rare.org/program/pesca-para-sempre-no-brasil/#por_que_par%C3%A1?); <http://projetoouca.org.br/2015/01/brasil-passa-a-ter-a-maior-faixa-protetida-de-manguezais-do-mundo/> e [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas\\_dos\\_manguezais\\_do\\_brasil.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf)

<sup>11</sup> Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú – Vol. I – Diagnóstico, p. 132-133. Link para acesso: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex\\_caete\\_taperacu\\_pm\\_diag.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/resex_caete_taperacu_pm_diag.pdf)

principais agentes, ressaltando não apenas os impactos sobre a atividade, mas uma outra percepção do processo de (re)organização social e cultural dos moradores locais; III) contribuir para ampliar as referências bibliográficas sobre o tema da pesca artesanal no Pará no que concerne às comunidades pesqueiras situadas no litoral nordeste do estado, com ênfase para a região bragantina e Vila dos Pescadores.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesse estudo, segue por uma perspectiva **qualitativa** na busca pela interpretação e compreensão sobre os impactos à pesca e suas injunções na comunidade a partir dos relatos dos principais sujeitos que vivem da atividade pesqueira.

Mirian Goldemberg (2020) afirma: “os pesquisadores que adotam uma abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências [...]” (Goldemberg 2020:16). A autora explica que tal modelo se preocupa, principalmente, “[...] com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (ibid:14).

Alinhado a essa abordagem, busquei no método descritivo uma forma de familiarizar o/a leitor/a sobre a comunidade estudada e dar subsídios para que possam fazer suas próprias análises e interpretações. Bronislaw Malinowski (2018)<sup>12</sup> e outros antropólogos posteriores a esse autor, dentre eles, Edward Evans-Pritchard em seu estudo entre os Azande (2005) e com os Nuer (2013)<sup>13</sup> utilizam do método descritivo em seus trabalhos para que as análises que ambos fazem dos respectivos grupos possam ser melhor compreendidas por quem o lê.

A descrição dos autores foi necessária para o conhecimento de como era a lógica organizacional das supracitadas sociedades; de que forma o *Kula* (com os Trobriandeses, por Malinowski) e o Gado (com os Nuer, por Evans-Pritchard) interferiam e moldavam aspectos como a política, a economia, a cultura, as crenças do grupo e sobre os próprios indivíduos.

Assim, as análises e modo de compreensão que elaboramos de determinado grupo/comunidade, processo ou relações sociais, baseadas em nossas experiências anteriores e orientadas pelas teorias antropológicas só é possível a partir de uma descrição

---

<sup>12</sup> A obra referente a este estudo de Malinowski foi publicada, originalmente, em 1922.

<sup>13</sup> Os estudos citados foram publicados por Evans-Pritchard originalmente em 1976 e 1940, respectivamente.

do contexto no qual se insere os sujeitos pertencentes a esses grupos/comunidades, processo, relações sociais; dos acontecimentos que o envolvem, e, em muitos casos, da sua história.

A metodologia preestabelecida para a realização da pesquisa de campo pautava-se na observação participante objetivando um convívio com a comunidade na busca por compreender a sua lógica organizacional e seus meios de reprodução social. Contudo, no decorrer do percurso, frente a algumas dificuldades, a metodologia foi modificada. Dois fatores corroboraram para esta mudança: o contexto pandêmico da Covid-19, iniciado em 2020, que resultou no distanciamento social e no fechamento das Unidades de Conservação; e o agravamento, não apenas da saúde física, mas psicológica de cada indivíduo. De acordo com um estudo de Carla Herrera Freire *et al* (2020)

“Juntamente com a pandemia do novo coronavírus está ocorrendo um estado de pânico social, com mudanças comportamentais exacerbadas por angústia, insegurança, incerteza e medo do futuro, que podem perdurar mesmo após o controle do vírus” (Hossain, Sultana, Purohit 2020 *apud* Freire *et al* 2020:5).

Esses fatores resultantes do contexto pandêmico juntamente com as dificuldades pessoais agravadas pelo isolamento social influenciaram diretamente na pesquisa de campo, corroborando para a mudança de metodologia desse estudo. Tal mudança foi necessária para dar continuidade a pesquisa.

Como não realizei a observação participante orientada pela permanência contínua no campo, busquei estabelecer dias pré-determinados para ir à comunidade e utilizei como instrumento de pesquisa e entrevista semiestruturada, no qual consiste em perguntas abertas, sem tanta objetividade, onde os interlocutores/as puderam responder as questões livremente e de forma oral.

Perguntas tais como: “como você enxerga a pesca atualmente?” ou “qual a maior dificuldade enfrentada pelos pescadores e pescadoras aqui na comunidade?”; ou até: “o que tem influenciado para diminuição das safras?” – seriam melhor compreendidas partindo do pressuposto da subjetividade de cada entrevistado/da, de como eles e elas percebem a sua realidade. Considerando que não houve uma convivência com o grupo, essa foi a estratégia mais adequada para adquirir o máximo de informações possíveis. Além disso, algumas questões surgiram no decorrer de cada conversa em cada entrevista e o questionário com perguntas e respostas objetivas não proporcionaria essa flexibilidade e aprofundamento. Portanto, a melhor opção foi a entrevista semiestruturada.

É nesse ponto que esse método de pesquisa se alinha a abordagem qualitativa. Goldemberg (2020) destaca que essa abordagem possibilita “estudar questões difíceis de

quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais” (Goldemberg 2020:69). No caso dos interlocutores/as dessa pesquisa, algumas questões só foram compreendidas pela percepção dos sentimentos que eles expressavam em cada resposta, pelas motivações que levaram a optar por tais escolhas em detrimento de outras. Não seria possível perceber esses pontos com a utilização de entrevistas fechadas.

Sobre as perguntas elaboradas para esse estudo (Anexos II), segui o tema da mudança na pesca artesanal e dos impactos que essa atividade vem sofrendo ao longo dos anos. A exemplo, os questioneei sobre as dificuldades que eles percebiam na pesca; o que mudou ao longo dos anos; quais mudanças foram mais significativas para eles e elas e para a continuidade da comunidade e da atividade pesqueira; o que eles e elas estão fazendo para sobreviver diante da diminuição das safras e etc.

Por vezes, eu apenas começava perguntando a opinião deles sobre o cenário da atividade pesqueira atualmente e as demais questões eram respondidas sem que eu precisasse fazê-las. Tornava-se, de certa forma, uma conversa, por vezes uma troca de informações (uma troca injusta, visto que fui eu quem mais aprendi). Roberto Cardoso de Oliveira (1996) expõe que na realização da pesquisa qualitativa, o ato cognitivo do “ouvir” exige que o pesquisador e o sujeito pesquisado criem uma relação dialógica, onde são “ambos guindados a interlocutores”, como uma forma de trocar experiências, o que o autor chama de “encontro etnográfico” (Oliveira 1996).

Com algumas pessoas essa relação dialógica foi estabelecida mesmo sem uma convivência com o grupo, como no caso do Sr. Lázaro, da Dayana, da Gleice, do Sadrak (Figura I). Com outros, mesmo conversando por mais de uma vez, o distanciamento entre pesquisadora e sujeito pesquisado, inerente ao início das pesquisas de campo, permaneceu. O tempo e o convívio contribuem para a obtenção da confiança do sujeito local para com o pesquisador e/ou pesquisadora e se esse tempo é curto e o convívio mínimo, será difícil estabelecer uma maior proximidade para, então, alcançar o nível de confiabilidade (Malinowski 2018).

| INTERLOCUTORES/<br>INTERLOCUTORAS | IDADE   | ATIVIDADE   | IDADE EM QUE<br>COMEÇOU A<br>PESCAR | TEMPO EM<br>QUE MORA NA<br>COMUNIDADE                           |
|-----------------------------------|---------|---|-------------------------------------|---|
| LÁZARO                            | 64 anos | Pescador/aposentado/mestre de carimbó/ conselheiro do ICMBIO - Polo Ajuruteua.                                      | 12 anos.                            | Desde que nasceu.   |
| DOMINGOS                          | 73 anos | Pescador/aposentado.  | 12 anos.                            | Desde que nasceu.   |
| MARIA                             | 65 anos | Pescadora Aposentada.   | Entre 8 e 10 anos (ia com o pai).   | Há 51 anos (chegou na comunidade com 14 anos).                  |
| ANTONIO                           | 66 anos | Pescador/aposentado.  | 12 anos.                            | Há 16 anos.   |
| ZECA                              | 54 anos | Pescador.   | Não informado.                      | Não informado.  |
| MANOEL                            | 62 anos | Pescador/aposentado.  | 12 anos.                            | Desde que nasceu  |
| DAYANA                            | 30 anos | Pescadora.  | 13 anos.                            | Desde que nasceu.   |
| ELDER                             | 37 anos | Engenheiro de Pesca/Atua como técnico na secretaria de pesca e aquicultura de Bragança/Pescador de Pescada Amarela. | 12 anos.                            | Desde que nasceu. (Mas, atualmente, mora na Vila do Bonifácio). |
| SADRAK                            | 29 anos | Trabalha em uma escola (função não informada). Não exerce mais a pesca.   | 18 anos.                            | Desde que nasceu (filho de seu Lázaro).                         |
| GLEICE                            | 30 anos | Bióloga/Moradora da comunidade do Bonifácio.  | Não pesca.                          | Mora no Bonifácio há 15 anos.                                   |

Figura 1 – Moradores, pescadores e pescadoras da comunidade que participaram desta pesquisa.

Alguns dados e informações mencionadas neste trabalho – principalmente no que tange o contexto histórico da Vila dos Pescadores – foram obtidas a partir das falas dos pescadores mais antigos, moradores da comunidade desde o seu nascimento. Além disso, para corroborar com esses relatos, utilizei o estudo de Maneschy (1993) de forma metodológica, como um marco temporal para realizar um estudo comparativo sobre a situação econômica, social e cultural da Vila há cerca de 30 anos atrás e as transformações que ocorreram e vem ocorrendo nessa comunidade até os dias atuais.

Minha primeira ida a campo ocorreu em agosto de 2021. Desde o início da pesquisa até o mês de junho de 2022 fui sete (07) vezes à Vila dos Pescadores e duas (02) à Secretaria de Aquicultura e Pesca do município de Bragança (uma para conversar com um dos técnicos em pesca que é morador da comunidade e também pescador e a outra para entrevistar o secretário).

O meu primeiro acesso ao grupo foi intermediado via WhatsApp pela Ana Patrícia Silva para que eu pudesse estabelecer contato, de forma inicial, com o Sr. Lázaro. Ana Patrícia já atua no território da RESEX Mar de Caeté-Taperaçú como pesquisadora/antropóloga e conhece algumas pessoas. Seu intermédio foi fundamental para que pudesse conversar com os primeiros interlocutores.

No primeiro contato com Sr. Lázaro, via WhatsApp, me apresentei e identifiquei como discente de mestrado interessada em realizar pesquisa na comunidade. Ele se colocou à disposição para me ajudar nesse processo e deixou claro que preferia conversar comigo sobre os rumos da pesquisa pessoalmente. Contudo, esse contato pessoal foi apenas para que ele pudesse me conhecer e saber por qual instituição eu fazia pesquisa. Não fez perguntas sobre o que eu pretendia pesquisar, mas percebi que quis saber se podia ou não confiar em mim.

Assim, em nosso primeiro encontro ele apresentou o contexto geral da comunidade e as dificuldades e desafios que os moradores e moradoras enfrentam, e explicou as suas funções e atividades como conselheiro do ICMBIO do polo Ajuruteua. Neste dia, eu fui em companhia de um colega de doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) que também realiza pesquisa nesta comunidade e na Vila do Bonifácio (adjacente a Vila dos Pescadores). Foi uma das estratégias adotadas para que eu não estivesse sozinha em campo no primeiro contato, um local desconhecido, com homens desconhecidos. A companhia de uma figura masculina contribuiu nessa primeira aproximação e para o reconhecimento do local.

Na segunda ida a campo, em setembro de 2021, meu contato com os demais pescadores foi intermediado pelo Sr. Lázaro, no qual me acompanhou nesse percurso fazendo intermediação entre mim e o pescador Antonio Maria. Neste dia percebi que, mesmo o sr. Lázaro sendo um morador da comunidade, algumas pessoas poderiam se sentir desconfortáveis em relatar determinadas situações (insatisfações, críticas) devido a função que ele desempenha no ICMBIO (conselheiro da RESEX Mar do Polo Ajuruteua). Assim, decidi que seria mais produtivo para a obtenção de informações ter a intermediação de outra pessoa que não interferisse, ou interferisse o mínimo possível, nas respostas dos interlocutores/as.

Nesse percurso de busca e em conversa com outros pesquisadores de áreas da Biologia e da Engenharia de Pesca da UFPA e do IFPA que realizam pesquisas na RESEX Mar, fui orientada a falar com a Gleice Ferreira<sup>14</sup>, moradora da Vila do Bonifácio, bióloga e que também realiza pesquisa e alguns projetos sociais sem fins lucrativos com moradoras das duas comunidades.

A intermediação da Gleice foi imprescindível para estabelecer contatos e uma maior aproximação e confiança com alguns pescadores e pescadoras e construir uma rede

---

<sup>14</sup> Seu nome de batismo é Luciane Ferreira da Silva Assis, mas desde pequena é chamada de Gleice. Na comunidade, ela é conhecida por este nome, então resolvi mantê-lo neste trabalho.

de relações. Um dos interlocutores, um pescador, relatou a sua insatisfação com a presença da Pousada Kiall na comunidade e levantou outras questões que o incomodavam. Tais declarações provavelmente não seriam ditas na presença do sr. Lázaro.

A companhia da Gleice nas visitas aos pescadores foi também um meio para contornar o sentimento de insegurança de ir a campo sozinha. Por ser mulher e uma figura conhecida na comunidade, contribuiu para diminuir o desconforto de estar sozinha com pescadores/homens. Mesmo não exercendo a pesca, Gleice mora na comunidade há mais de 15 anos e também pôde contribuir com informações sobre a atividade pesqueira artesanal, os dias de desembarque, questões biológicas do território da RESEX (como a importância do *cascalho* do manguezal para a conservação e proteção do território da comunidade) e sobre as instituições sociais do grupo, a exemplo do *kial* (como será relatado no Capítulo II).

Com exceção da última ida a campo, todas as anteriores eu ia e voltava no mesmo dia, saindo no ônibus de 6h e retornando às 18h, visto que a comunidade se localiza a uma distância temporal de 50 minutos a 1 hora do centro urbano de Bragança, local onde moro. Eu compartilhava o momento do café e almoço na residência da Gleice ou do Sr. Lázaro (ambos também na companhia de seus familiares) e presenciava algumas atividades diárias desses interlocutores e de outros moradores da comunidade no decorrer do dia, o que me proporcionou, por exemplo, observar o tecer de redes, o reparo de algumas embarcações, a relação de proximidade/amizade/parentesco entre moradores e etc. Somente na última visita à comunidade, no período da Festividade de São Pedro, hospedei-me na Pousada Kiall, onde permaneci por três (03) dias.

Destaco que a escolha por não permanecer na Vila, hospedada na pousada desde o início (o que proporcionaria uma interação maior com o grupo) teve como influência a percepção de que, alguns moradores, ao perceberem a minha relação com a pousada, poderiam ficar receosos em relatar as insatisfações e/ou problemáticas da implantação desse empreendimento na comunidade. E, por não possuir relação aproximada com nenhum dos interlocutores/as a fim de facilitar a minha hospedagem (atrelado às inseguranças já relatadas nos parágrafos iniciais deste tópico), a melhor estratégia de continuidade desse estudo foi ir e voltar da Vila no mesmo dia.

Outros meios encontrados para dar continuidade à pesquisa frente as limitações do distanciamento social da pandemia do Covid-19, consistiram no uso de tecnologias de comunicação virtual, como o envio de perguntas pelo aplicativo WhatsApp para aqueles

que possuem aparelho celular e fazem uso frequente da internet. Dentre eles, o Sr. Lázaro, seu filho Sadrak e a Gleice.

Cabe ressaltar que a pesquisa centralizou as entrevistas e as análises feitas nas narrativas dos pescadores e pescadoras “de dentro” (chamados também de pescadores “da beira” ou “do canal”), profissionais que pescam próximos a praia ou dentro do estuário, que vão e voltam no mesmo dia. Inseridos nesse contexto há os profissionais já aposentados, mas que ainda realizam a pesca.

Além das entrevistas com os pescadores e pescadoras supracitados, também entrevistei o secretário de pesca e aquicultura do município de Bragança, Danilo Gardunho, no intuito de obter informações sobre o cenário da pesca no município e alguns dados estatísticos que julguei serem necessários para corroborar com os relatos dos interlocutores e aprofundar a compreensão do contexto da atividade pesqueira na região bragantina e, por conseguinte, na Vila dos Pescadores.

Além do secretário, realizei duas entrevistas na Colônia de Pescadores de Bragança, uma com a presidente da Colônia, Sra. Antônia Ramos e outra (no mesmo dia) com seu marido, Sr. Cariolano Ramos, representante juntamente com sua esposa. O Sr. Cariolano me concedeu informações indispensáveis sobre a situação da pesca na região bragantina e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais de algumas comunidades, dentre elas a Vila dos Pescadores. Ele também expôs a atuação da RESEX e relatou as dificuldades de alguns pescadores. Por já ter atuado na pesca, sua perspectiva foi fundamental.<sup>15</sup>

Nesse percurso, percebi que a imagética da comunidade necessitava ser explorada neste estudo a partir de fotografias que mostrassem não apenas momentos vivenciados pela comunidade, mas que serviram como fonte de análise sobre o grupo após retornar do campo. As imagens que registrei da comunidade como de alguns pescadores em seus afazeres, de parte da cultura material do grupo no contexto da pesca artesanal (como as redes de pesca, as embarcações, o porto) e o momento do desembarque, foram significativos meios de análise sobre o que, por vezes, eu não conseguia observar no momento em que estava presente na Vila.

No campo da Antropologia Visual, Fernando Custódio Soares e Júlio Cesar Suzuki (2009) consideram que a utilização de variadas ferramentas para compreender o

---

<sup>15</sup> As perguntas feitas ao secretário de pesca e a Colônia de Pescadores de Bragança podem ser vistas nos Anexos III e IV, respectivamente, desta dissertação.

local de pesquisa, o grupo estudado, são essenciais para termos uma visão mais ampla sobre “a gama de relações sociais” dos sujeitos. Os autores compreendem que

[...] a fotografia vem a complementar esta análise, trazendo à luz da visão do pesquisador um detalhe que pode dizer um pouco mais sobre os costumes e práticas da comunidade, como também muito a revelar acerca da mesma” (Soares e Suzuki 2009: s/p).

Luiz Eduardo Robson Achutti (2004) diz que “se fotografar é dar a ver, fotografar é também, a priori, uma forma de pensar e olhar o real” (Achutti 2004:99). Assim, antes mesmo de iniciar a pesquisa com a comunidade, minha intenção era tornar essa forma de registro como parte indispensável do texto, algo que não viesse a ser apenas um complemento da escrita, mas uma outra forma de “tradução da realidade”, o que o autor considera como a “materialização de um olhar, o discurso de um olhar” sobre um tempo de outrora (ibid:111).

Para realizar a pesquisa de campo e as entrevistas é sempre necessário que o pesquisador ou a pesquisadora possuam por base um documento com a autorização prévia dos entrevistados/as para a divulgação das informações que serão coletadas e das imagens e gravações registradas. No que tange a pesquisa realizada com comunidades tradicionais inseridas em Unidades de Conservação, seguem-se as orientações estabelecidas pelo Sistemas de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) que estabelecem normas de pesquisa com populações desses territórios.

Assim, utilizei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento onde expus os objetivos e a justificativa para a realização da pesquisa, solicitando, ao final do documento, a assinatura de cada pessoa participante do estudo autorizando de forma legal a divulgação das informações obtidas nas entrevistas juntamente com os registros fotográficos e as gravações de áudio.

Destaco que para aqueles que não possuíam o domínio da escrita, foi solicitado o registro de sua digital como assinatura. E os que não desejavam ter seus nomes divulgados no corpo do texto (ou os que eu julguei necessário não divulgar), utilizei o termo “pescador” ou “pescadora” seguido de um número em algarismo romano, como forma de preservar suas identidades e/ou a fonte de determinadas informações que poderiam comprometer a imagem moral do sujeito.

**PERCURSO DO TEMA: “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar” (Evans-Pritchard 2005:244).**

A citação acima, de Evans-Pritchard (2005:244), descreve claramente a situação que vivenciei no decorrer desse estudo. O interesse pelo estudo sobre atividades pesqueiras artesanais surgiu por ocasião da problemática apresentada pelos moradores da comunidade Vila dos Pescadores após o início da pesquisa de campo. Considero que foram os interlocutores/as que me apresentaram à pesquisa e não eu a eles.

Antes de adentrar no contexto que me levou ao tema deste trabalho, penso ser relevante contar de forma breve o que me levou a estudar com comunidades tradicionais e, especificamente, a Vila dos Pescadores.

Durante os últimos anos da graduação em Turismo, além da disciplina de Antropologia do Turismo, também adentramos no universo da atividade turística em Unidades de Conservação e, por sua vez, em comunidades tradicionais e povos indígenas. No decorrer das disciplinas que tratavam sobre esses temas realizamos uma visita técnica ao município de Carolina – MA, onde visitamos o Parque Nacional (PARNA) Chapada das Mesas, conversamos com o coordenador do ICMBIO da região e com algumas famílias que ainda viviam no interior do PARNA.

Pela lei 9.985 de 2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação Integral (o caso do PARNA) não permite a moradia de pessoas em seu território, devendo o estado remanejar esses moradores para outros locais. Na época, este era o conflito de muitas famílias que ainda viviam e faziam uso do território do Parque há gerações.

Em momento posterior, participei de um evento realizado em Manaus-AM, que levantava questões semelhantes às enfrentadas pelos moradores do Parque Nacional Chapada das Mesas: a desterritorialização de comunidades tradicionais em decorrência da implementação de Unidades de Conservação que colocam em primeiro grau de importância a preservação do território e desconsideram os interesses e a lógica desses grupos sociais para a proteção desses mesmos territórios.

Nesse contexto, observei que não apenas a desapropriação do território era um fator de conflito entre grupos sociais e órgãos públicos e privados como também a inserção da atividade turística e a especulação imobiliária se faziam presentes como facilitadores dessas desapropriações.

Em 2019, tomei conhecimento da inauguração de uma pousada no interior de uma comunidade tradicional pesqueira no município de Bragança: o Kiall Restaurante e Pousada, situado na Vila dos Pescadores. Por estar localizada em uma UC de Uso Sustentável, questionei-me se este empreendimento hoteleiro poderia trazer conflitos

semelhantes aos que presenciei no PARNA Chapada das Mesas e os que observei no evento em Manaus.

Vim a me questionar, então, quais implicações poderiam ocorrer no contexto sociocultural dos moradores dessa localidade frente a todos os conflitos que permeiam a atividade turística quando inserida em uma comunidade tradicional e que subsiste de uma atividade artesanal, como a pesca. Fui para campo objetivando responder a estes questionamentos.

Em contrapartida, durante a conversa com o Sr. Domingos e o Sr. Lázaro, primeiros pescadores a serem entrevistados, percebi que eles pouco falavam do turismo ou de sua atuação na comunidade. Mesmo com os meus questionamentos sobre a atividade, as respostas eram muito vagas e, no geral, diziam que o turismo ajuda algumas pessoas da comunidade a obterem “alguma renda” diante das dificuldades. Contudo, na conversa com Domingos, ao ser questionado se ainda atuava na pesca, ele, além de responder que era aposentado, mas ainda pescava, começou a relatar que seu principal meio de captura de peixes era o curral, no qual nos últimos anos reduziu a frequência na pesca em decorrência da diminuição das safras sendo que no último ano essa situação piorou: “Agora esse ano foi ruim de peixe, muito ruim” (Domingos, 73 anos).

Quando tentei levantar questões sobre a Kiall Restaurante e Pousada, algumas narrativas foram favoráveis à presença da Pousada na Vila por observarem que esta contribuía com a renda dos moradores que não encontravam retorno econômico com a atividade pesqueira. No entanto, sempre voltávamos para o tema da pesca. Indaguei-me, então, o que tornava a atividade pesqueira tão difícil, as *safras* de algumas espécies tão escassas, ao ponto de alguns moradores recorrerem a outros meios de trabalho.

Mesmo na conversa com o Sr. Lázaro, que demonstra possuir uma proximidade maior com as atividades da pousada e do turismo na comunidade, os relatos sobre a atuação deste empreendimento na Vila sempre se referiam a contribuição da pousada frente às dificuldades na pesca e à falta de peixes na região.

Na mesma época da realização da primeira viagem a campo, iniciei a disciplina Antropologia da Pesca ministrada pela professora/doutora Edna Ferreira Alencar, ofertada pelo PPGSA da UFPA. A disciplina tratou de questões muito caras à temática da atividade pesqueira no que tange às comunidades e grupos de pescadores artesanais em seus diversos aspectos.

A partir dos conhecimentos adquiridos na disciplina e em consonância com os relatos dos interlocutores/as a partir da segunda ida a campo, foi no “*being-here*”<sup>16</sup> – no “estando aqui” –, transcrevendo as entrevistas, que percebi a necessidade de modificar a problemática da referida pesquisa e, com isso, o tema que embasa esse estudo.

Após a leitura do texto de Maneschy (1993) e fazendo comparações com a situação atual, notei mudanças que não poderiam deixar de serem analisadas e que, de certa forma, explicariam a dificuldade encontrada na pesca artesanal atual. Ademais, a comunidade resiste e persiste mesmo após tantas “ameaças” como intitula Maneschy, e resignificou alguns de seus aspectos e conhecimentos.

Por mais desafiador que essa situação possa parecer – em decorrência do pouco tempo que me restava desde a mudança do tema e do projeto de pesquisa (segundo semestre do segundo ano de ingresso ao mestrado) até o prazo final estabelecido pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) (agosto de 2022 em decorrência da pandemia do Covid 19) – a minha situação corroborou com as experiências vivenciadas e relatadas por Evans-Pritchard (2005) no estudo entre os Azande e entre os Nuer:

Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para o país zande, mas os Azande tinham; e assim tive de me deixar guiar por eles. Não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado (Evans-Pritchard 2005:244-245).

Eu não pretendia estudar sobre a pesca artesanal quando planejei realizar pesquisa na comunidade Vila dos Pescadores, mas os pescadores só falavam dela e das suas dificuldades com as *safras*, da falta de peixes, da dificuldade financeira que isso acarreta, e das mudanças que ocorreram. Então, me deixei guiar pelo assunto que eles falam com propriedade e que, de certa forma, retrata o contexto no qual estão vivendo. É preciso estar disposto a mudar o nosso olhar “ante a pressão da evidência” (Malinowski 2018:65).

Essa situação também me fez entender que mesmo diante de um cronograma pré-estabelecido no início do projeto e do tempo/período que nos é exigido para finalização da pesquisa e da dissertação, a comunidade com o qual escolhemos estudar é quem, até certa medida, determina os rumos da pesquisa; e no contexto da antropologia, área que está em constante modificação, a cristalização de determinadas situações pode nos fazer perder informações importantes e necessárias. Como destaca Tim Ingold: “Seja como for,

---

<sup>16</sup> Termo que de forma geral, traduz-se como o “estar aqui”, referindo-se ao momento em que o/a pesquisador/a volta da pesquisa de campo e inicia a escrita dos resultados. Foi mencionado por Clifford Geertz no seu livro “Obras e Vidas: o antropólogo como autor”, 1988.

a antropologia será sempre uma disciplina em aberto: ela não pode se constituir de maneira mais definitiva do que a vida social da qual ela se ocupa” (Ingold 2019:08).

### **LOCUS DA PESQUISA: A comunidade Vila dos Pescadores.**

#### **“Aqui, que é a Vila dos Pescadores que eles butaram, que é Ajuruteua”: Um breve contexto histórico.**

De acordo com informações apresentadas por Maneschy (1993) a formação do grupo social que deu origem à comunidade Vila dos Pescadores iniciou por volta de 1913 e 1915 “com a chegada de duas famílias ligadas por laços de parentesco” que “por ocasião de uma forte seca no Nordeste [...] dirigiram-se a Ajuruteua para tentar a vida na pesca” (Maneschy 1993:05). A Vila “cresceu com a chegada, posteriormente, de pescadores que residiam em outras praias da região litorânea e do interior de Bragança, principalmente” (ibid.) e famílias que moravam em outras regiões que viviam de atividades ligadas à agricultura, ao extrativismo e que se encontravam em dificuldades para garantir seu sustento.

É importante observar que essa situação de migração aparece como recorrente no que tange a formação de comunidades pesqueiras tradicionais e/ou grupos que vivem de atividades artesanais ligadas à pesca, frente a determinadas situações de crises (como desastres naturais, mudança no contexto econômico, o avanço do turismo, etc.) forçando-os a migrarem para outros locais em busca de novos meios de subsistência. Paulo Fernando de Araújo Lago destaca que “a migração é, pois, decorrência de situações dramáticas para a sobrevivência de inúmeras famílias tradicionalmente dependentes da ocupação pesqueira” (Lago 1961:76 *apud* Diegues 1983). Entretanto, essa situação pode ser observada em grupos de agricultores, como os que se mudaram para a Vila dos Pescadores na segunda década do século XX.

Inicialmente, a comunidade era conhecida como Ilha de Ajuruteua, pois não havia acesso por via terrestre, somente através de pequenas embarcações. Sua população chegava a cerca de 900 pessoas, agrupando-se em “cerca de 200 casas” e

Durante muitos anos a comunidade se reproduziu com base na sua própria produção, sem maior dependência do exterior. O leque de necessidades era reduzido e podia ser satisfeito com base nos recursos locais, de onde extraíam alimentação, materiais para a construção de suas casas e para a confecção da maior parte dos instrumentos de trabalho (Maneschy 1993:6).

Situada às margens da maior faixa contínua de manguezal do mundo<sup>17</sup>, os recursos pesqueiros explorados para sua subsistência variavam. Como citou Maneschy, esses recursos eram importantes para a alimentação e para a sua reprodução social, a exemplo da construção de suas residências, pois como o território se encontra em solo arenoso, as casas eram feitas de madeira extraída do manguezal e de palha no intuito de facilitar a sua locomoção frente a ameaças naturais, como as erosões que ocorrem nas praias e avança em direção às casas.<sup>18</sup>

Nesse contexto, percebe-se que desde o início de sua formação a pesca tem sido o principal meio de subsistência dos moradores da Vila, sendo responsável por sua organização social, a forma como estabelecem sua rotina, suas relações sociais, seus meios de produção, seu tempo de trabalho, de lazer, a rotina do dia a dia, seus simbolismos, crenças e etc. “A vida toda na comunidade gira em torno da pesca, que envolve um conjunto de atividades diversificadas, distribuídas entre os moradores” (ibid:07).

Em 1923 teve início na comunidade a Festividade de São Pedro, evento tradicional da Vila dos Pescadores realizado no dia 29 de junho (Figura 2), data em que também se comemora o Dia do Pescador Amador (estabelecido pela Lei nº 12.068 de 29 de outubro de 2009)<sup>19</sup>.

A gente leva a imagem de São Pedro lá pra Ponte Grande, no dia 28 a tarde, quando é dia 29 de manhã, vem de lá pra cá. Aí chega aí, é tudo filmado. Aí, já tem uns anos que a gente pede e os bombeiros vêm pra dar suporte. E aí quando chega da procissão fluvial, tem a missa e depois da missa é só carimbó, venda de comidas típicas e coisa boa aí no barracão (Lázaro, 64 anos).<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Ver: ICMBIO, Atlas dos Manguezais do Brasil, 2018. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas\\_dos\\_manguezais\\_do\\_brasil.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf)

<sup>18</sup> Atualmente, todas as casas são feitas de madeira.

<sup>19</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L12068.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12068.htm)

<sup>20</sup> A festividade não ocorria desde 2020, devido a pandemia do Covid-19, retornando com sua programação apenas neste ano de 2022.



Figura 2 – Festividade de São Pedro em 29 de junho de 2022 (momento da chegada da imagem no andor após a procissão fluvial). Fonte: a autora 2022.

As mudanças de maior impacto na vida dos moradores começaram a ocorrer quando o governo do estado do Pará, por meio de incentivos políticos e econômicos iniciou um projeto de promoção da atividade turística no município de Bragança no intuito de suprir as necessidades econômicas frente à crise que acometeu o município a partir de 1970,

[Com a] desativação da estrada de ferro [Belém-Bragança], autoridades políticas de Bragança começaram a defender a construção de uma rodovia ligando a sede do município e a praia de Ajuruteua, como forma de atrair turistas e criar alternativas para a economia local (Oliveira e Henrique 2018:498).

Um dos maiores impactos dessa rodovia é o fato dela atravessar uma extensa área de manguezais para chegar até a praia de Ajuruteua e, conseqüentemente, à Vila dos Pescadores. Ou seja, a estrada foi construída em cima do manguezal aterrando parte desse ambiente, o que afetou todo o ecossistema desse território como sua fauna, flora e as populações que subsistem dele, em nome de um “desenvolvimento para o município” (ibid.).

A construção da estrada durou cerca de 20 anos, iniciando em 1971 e sendo finalizada com asfaltamento somente em 1991, data de sua inauguração oficial, tornando-se a Rodovia PA 458. Entretanto, antes de ser inaugurada oficialmente, ela já estava ativa e começou a alterar a situação dos grupos sociais que habitavam às margens dessa rodovia, gerando transformações em vários aspectos da vida dessas comunidades, sendo

a Vila dos Pescadores uma delas. Segundo Oliveira e Henrique (2018) “a implantação da rodovia promoveu mudanças nas dinâmicas sociais das comunidades atravessadas por ela e no ecossistema do manguezal” (ibid:499).

Além do aumento do fluxo turístico e a crescente interação dos moradores da comunidade com os turistas, começou a haver maior trânsito desses sujeitos ao centro urbano de Bragança, modificando os seus interesses e perspectivas. Ainda nesse sentido, também a pesca artesanal começou a sofrer modificações pois com a estrada, o acesso de pescadores de outras regiões à Vila foi facilitado, fazendo crescer o número de atravessadores e empresas de pesca atuando nessa região e compelindo os pescadores a dependência do mercado, além de aumentar a concorrência por recursos pesqueiros.

Outro aspecto de mudança advindo da inauguração da rodovia em 1991, foi a alteração do nome da comunidade, deixando de se chamar Ilha de Ajuruteua (ou praia de Ajuruteua) para se transformar em Vila dos Pescadores. O nome Praia de Ajuruteua foi dado ao Campo do Meio, uma Vila situada próximo à Vila dos Pescadores, como forma de atrair turistas ao local, incentivar a implantação de empreendimentos turísticos e gerar marketing para Bragança no intuito de melhorar a economia do município (Maneschy 1993).

“Lá que é o Campo do Meio, o Ajuruteua é aqui. Aqui, que é a Vila dos Pescadores que ele butaram, que é Ajuruteua” (Domingos, 73 anos,).

“Ajuruteua é aqui! Quando o Jader Barbalho asfaltou a estrada, aí ele colocou aqui Vila dos Pescadores e botou Ajuruteua pra lá” (Lázaro, 64 anos).

“Eles chamam de Ajuruteua pro Campo do Meio e botaram pra cá Vila dos Pescador, né. Mas num é Vila dos Pescador, é Ajuruteua” (Manoel, 62 anos).

Percebe-se que a decisão da troca de nomes foi apenas uma questão política e de marketing, visto que o governo de Jader Barbalho incentivava projetos que gerassem “desenvolvimento” para os municípios, mas em prol das demandas dos centros urbanos e, principalmente, dos turistas da capital (Oliveira e Henrique 2018).

Durante as conversas com moradores, notei o quanto essa mudança de nomenclatura é incômoda, principalmente para os residentes mais antigos que reclamam que ali sempre foi Ajuruteua e só porque o turismo chegou, o nome foi modificado. Todos os interlocutores dessa pesquisa se referem à atual Praia de Ajuruteua como Campo do Meio e chamam Ajuruteua para a comunidade em que vivem – a Vila dos Pescadores.

O atual nome da comunidade será mantido neste trabalho para não confundir o/a leitor/a. No entanto, como uma forma de respeito aos/as interlocutores/as, e no intuito de fortalecer a historicidade da localidade, este texto tratará a atual Praia de Ajuruteua da

mesma forma como é chamada pelos moradores da comunidade: Campo do Meio. Ademais, como frisou o sr. Zeca

“Ajuruteua é um arquipélago, não é só lá no Campo do Meio, não” (Zeca, 54 anos).

### Cenário atual.

A Vila dos Pescadores está localizada a cerca de 36 km do centro urbano do município de Bragança, o qual, por sua vez, se mantém a uma distância de 210 km de Belém – capital do Pará, no sentido nordeste do estado (Figuras 3 e 4). A comunidade está inserida na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú, situada na região costeira do estado e à margem da “maior área contínua de manguezais do planeta, que se estende por 140 mil km<sup>2</sup> do Amapá até a baía de São Marcos no Maranhão” (Rare do Brasil s/d). A região de manguezal é considerada uma fonte rica em nutrientes, fator que influencia positivamente na atividade pesqueira dessa região (Braga *et al* 2006:107).

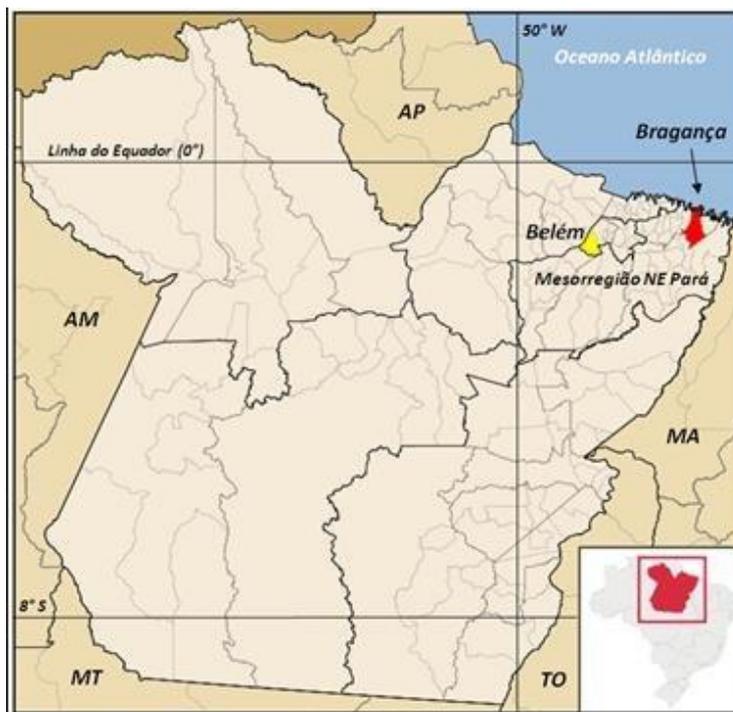


Figura 3 – Mapa da localização do município de Bragança em relação ao estado do Pará – destacando o estado no contexto brasileiro (região Norte do Brasil). Fonte: Costa e Wollmann 2016.

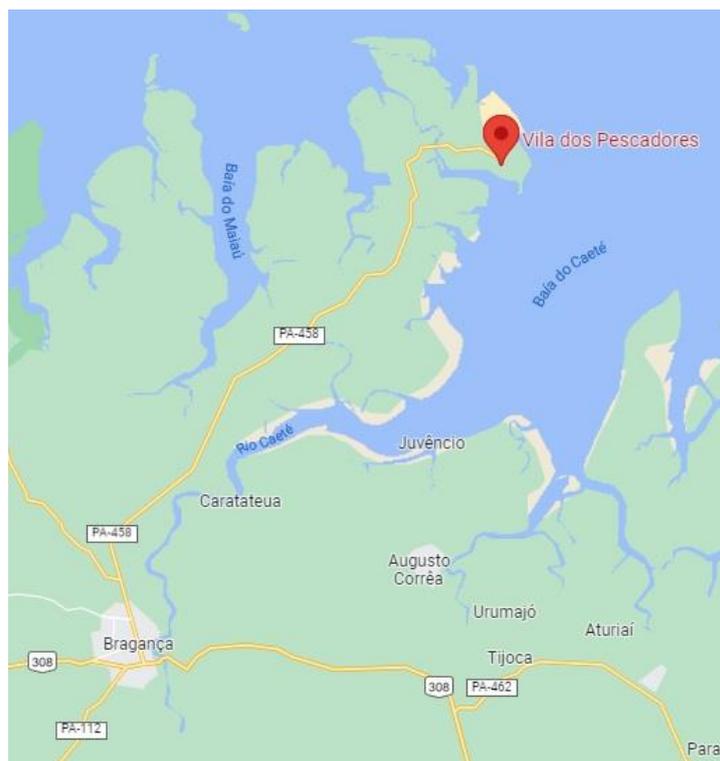


Figura 4 – Mapa da localização da Vila dos Pescadores – interligada ao município de Bragança pela Rodovia PA 458. Fonte: Google Maps 2022 – editado pela autora.

A Vila dos Pescadores está dentre as três inseridas dentro dos limites da RESEX Mar de Caeté-Taperaçu, juntamente com a Vila do Bonifácio e a comunidade Castelo. Como estabelecido pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Vila dos Pescadores integra a categoria de comunidade tradicional, definida pelo inciso I do Artigo 3º como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (Decreto 6.040 de 2007).

A economia local foca principalmente no extrativismo marinho, sendo sua principal atividade de subsistência a pesca artesanal (Nascimento *et al* 2016). Contudo, outras atividades de extrativismo estuarino são comuns na localidade, como a extração “[...] do caranguejo e do sururu (ou mexilhão)” (Maneschy 1993:5)<sup>21</sup>, do siri, do turu<sup>22</sup>, do ajirú, etc.

<sup>21</sup> Mesmo que estes dados sejam antigos, essas atividades de extrativismo ainda perduram na comunidade.

<sup>22</sup> O turu é uma espécie de molusco que integra a família dos teredinídeos. É encontrado, principalmente, dentro das cascas das árvores do manguezal e utilizado na culinária da região.

O acesso mais comum à comunidade se dá por via terrestre, através da Rodovia PA 458 que interliga o centro urbano de Bragança à Vila. Há linhas de ônibus que diariamente fazem o transporte dos moradores das comunidades situadas na área litorânea até a sede do município e que são utilizados por motivos diversos – estudo, trabalho, saúde, lazer, compras diversas, etc. Esse sistema de transporte também é utilizado por pescadores e pescadoras denominados “tiradores e/ou catadores de caranguejo” que realizam a extração diária desse crustáceo em pontos específicos da estrada e do manguezal. Além disso, é comum ver tais ônibus no decorrer do percurso, entregando mercadorias/encomendas em seus respectivos destinos. Os horários e locais de saída dessa linha podem ser observados no Anexo I.

Cerca de 100 famílias habitam a Vila dos Pescadores, com um total de 528 pessoas (entre adultos, idosos e crianças)<sup>23</sup>. Todas as casas são construídas com madeira devido a facilidade na construção e baseado em um padrão arquitetônico do tipo palafita (Figuras 5, 6, 7 e 8) – acima do nível alcançado pela maré alta, para que a água não invada o interior da residência. A madeira também facilita a locomoção caso ocorra uma erosão do solo, outrora comum nessa região.



Figura 5 – Residência de morador I. Fonte: a autora 2021.

---

<sup>23</sup> Informação concedida por seu Lázaro.



Figura 6 – Residências de morador - II. Fonte: a autora 2021.



Figura 7 – Residência de morador – III. Fonte: a autora 2021.



Figura 8 – Residência de morador – IV. Fonte: a autora 2021.

Alguns petrechos de pesca, como as redes, são encontrados em várias partes da comunidade, como na varanda, no quintal ou na frente de algumas casas, penduradas nos postes de energia ou na beira dos portos (Figuras 9 e 10). Também é com facilidade que

presenciamos algum pescador fazendo reparos nessas redes ou tecendo novas (Figuras 11 e 12). Em geral, eles aproveitam o tempo em terra para realizar esses reparos nos instrumentos que utilizam para a pesca artesanal, como a limpeza, a pintura e/ou o conserto da estrutura das embarcações (Figura 13).



Figura 9 – Rede de pesca pendurada no poste de energia. Fonte: a autora 2021.



Figura 10 – Redes de pesca penduradas no poste e nas casas – ao fundo. Fonte: a autora 2021.



Figura 11 – Pescador fazendo reparos em sua rede de pesca. Fonte: a autora 2021.



Figura 12 – Outro pescador, na beira do porto de dentro da comunidade, fazendo reparos. Fonte: a autora 2021.



Figura 13 – Pescadores fazendo reparos em uma embarcação. Fonte: a autora 2022.

Na comunidade também se vê casas pertencentes a turistas e/ou veranistas (Figuras 14 e 15), (em geral, moradores do centro urbano de Bragança, da região circundante e de Belém) no qual não são moradores e/ou usuárias desses territórios. Tal situação entra em conflito com o parágrafo 1º do artigo 18 que dispõe sobre as Reservas Extrativistas, da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, no qual estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas” (SNUC, 2000). Contudo, em algumas situações, a presença dessas casas acaba sendo uma alternativa de renda extra para alguns moradores que cuidam ou “tomam conta” (termo usado localmente) delas quando os proprietários estão ausentes.



Figura 14 – Residências pertencentes a turistas/veranistas. Fonte: a autora 2021.



Figura 15 – Outra residência pertencente a turista/veranista. Fonte: a autora 2022.

As comunidades Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio são limítrofes e, portanto, constantemente confundidas como apenas uma. Entretanto, a do Bonifácio surgiu a partir de uma erosão que acometeu parte da Vila dos Pescadores e resultou na mudança de vários moradores desta comunidade para a, na época, Ilha do Bonifácio:

“Aquele povo que mora ali na Vila do Bonifácio, 95% era daqui. Quando deu a erosão que foram embora pra lá” (Lázaro, 64 anos).<sup>24</sup>

Há uma ponte que divide as duas comunidades (Figura 16) construída sobre o Furo do Maguari<sup>25</sup>, também conhecido como o porto principal da Vila dos Pescadores (Figura 17) onde ocorre o maior fluxo de desembarque. Além deste, dentro da comunidade, há um outro porto onde os barcos de porte menor ancoram (Figura 18 e 19).



Figura 16 – Ponte sobre o Furo do Maguari. Fonte: a autora 2021.

<sup>24</sup> Lutz *et al* (2016) caracterizam as comunidades Vila dos Pescadores, Vila do Bonifácio e o Furo Grande (localizado próximo) como o “complexo da Vila dos Pescadores” (ibid:126), ao se referir a importância desses três locais para “a atividade pesqueira de forma tradicional no estuário Amazônico [...]”. O secretário de Pesca do município se refere às duas comunidades como apenas uma quando caracteriza essa localidade como um dos principais pontos de desembarque da produção pesqueira de Bragança.

<sup>25</sup> Furo, nesse contexto, pode ser explicado como: “travessa de um rio para o outro entre os estuários” (Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú 2012: 2).



Figura 17 – Porto da Vila dos Pescadores (sobre a ponte do Furo do Maguari) em dia de desembarque. Fonte: a autora 2021.



Figura 18 – Porto de dentro da Vila dos Pescadores. Fonte: a autora 2021.



Figura 19 – Porto de dentro da comunidade (por um outro ângulo). Fonte: a autora 2021.

De acordo com dados da Secretaria de Economia e Pesca de Bragança (SEMPEP) ambos os portos (considerados nesse dado como apenas um) estão entre os 20 principais

portos existentes no município de Bragança (2017 *apud* Sakaguchi e Ribeiro 2020), corroborado por Lutz *et al* (2016) sobre a caracterização do desembarque pesqueiro dessas localidades.

No porto situado na ponte do Furo do Maguarí, o fluxo do desembarque é maior e, geralmente, ocorre em média duas vezes ao mês de maneira mais intensa, por pescadores artesanais embarcados que passam em torno de seis a sete dias no mar (ficando durante o mesmo período na comunidade). Desde janeiro deste ano, conforme informações locais, a chegada dos barcos e o desembarque têm ocorrido a partir da quinta-feira, podendo ser sexta, sábado ou até domingo. No entanto, não é uma regra, sendo estabelecido de acordo com cada pescador, o qual depende do fluxo da maré, do clima, da fase lunar e do período de cada safra.

Quando as embarcações chegam é comum que os atravessadores (também chamados de marreteiros) já estejam à espera no intuito de transportar para o seu destino o mais rápido possível e não permitir que o peixe fique muito tempo sem conservação. Uma parte desse processo de desembarque pode ser visto nas figuras 20, 21 e 22.



Figura 20 – Pescadores desembarcando na caixa que vai para o atravessador. Fonte: a autora 2022.



Figura 21 – Pescadores retirando a rede do barco. Fonte: a autora 2022.



Figura 22 – Pescador exibindo um dos produtos de sua pescaria: espécie Corvina (*Argyrosomus regius*).  
Fonte: a autora 2022.

## CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES.

### 1.1 O cenário da pesca artesanal bragantina: Uma breve contextualização.

A região costeira da Amazônia brasileira situada no litoral do estado do Pará (Figura 23), é a maior produtora de pescado do norte do Brasil. De acordo com Lutz et al (2016) a produção pesqueira do estado do Pará no ano de 2011 foi de 87.509,3t (MPA, 2011 *apud* Lutz et al (2016), como resultado tanto da atividade pesqueira artesanal quanto da atividade pesqueira classificada como industrial ou pesca de larga escala (FAO 2015) que faz uso de tecnologias de captura e beneficiamento do pescado. Desse total, estima-se que em torno de 90% da produção é representada pela pesca artesanal (Lutz et al 2016).

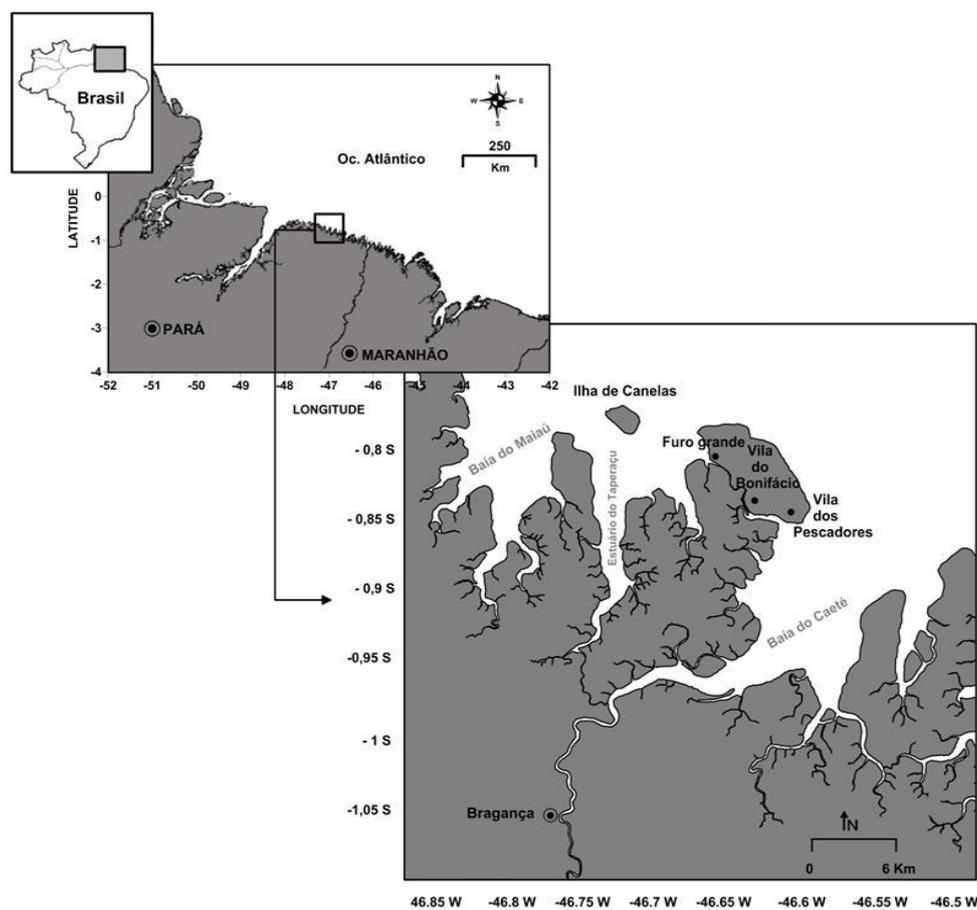


Figura 23 - Localização da península bragantina e estuário do rio Caeté. Fonte: Lutz et al 2016.

O litoral do estado do Pará possui uma das maiores áreas de vegetação de mangue do país e concentra a maior “quantidade de pescadores artesanais estimados no país, com cerca de 224 mil pescadores que corresponde a 25% dos pescadores no Brasil” “RARE

Brasil 2014)<sup>26</sup> além de possuir o “maior número de mulheres tendo como atividade principal a pesca” – 95 mil mulheres. Segundo Braga *et al* (2006),

Essa região costeira de Bragança é dominada por vegetação típica de manguezal com *Rizophora mangle*, *Avicennia germinans* e *Laguncularia racemosa* (...). O ecossistema de manguezal é uma importante fonte de nutrientes e de carbono para os sistemas costeiros, razão pela qual esta região é considerada muito produtiva, permitindo a estruturação de uma complexa cadeia alimentar e influenciando assim positivamente a atividade pesqueira local e das regiões adjacentes (ibid:107).

Nessa região o município de Bragança se destaca pela alta produção de pescado, estando entre os três principais polos pesqueiros do estado, juntamente com Belém e Vigia de Nazaré (Sakaguchi e Ribeiro 2020), que contribuem para que o Pará se destaque como um grande produtor de pescado da região Norte do Brasil.

Roberto do Espírito-Santo e Victoria Isaac (2018), enfatizam a grande variedade de espécies de peixes que desembarcam em Bragança e fazem parte da produção pesqueira do município, advindos tanto do estuário quanto de locais mais distantes da costa, com destaque para: Pescada-Gó (*Macrodon ancylodon*), Serra (*Scomberomorus brasiliensis*), Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*), Pargo (*Lutjanus purpureus Poey*), Mero (*Epinephelus itajara*), Cação, Corvina (*Argyrosomus regius*), Bandeirado (*Bagre bagre Linnaeus*) (Espírito Santo e Isaac 2012).

De acordo com o Secretaria de Pesca e Aquicultura de Bragança, o município exporta para várias regiões do país, como o Nordeste e Sudeste, além de prover grande parte do consumo do estado do Pará. Além disso, o município está em primeiro colocado na exportação da espécie Pargo (*Lutjanus purpureus Poey*) do país, com 70% da exportação brasileira.

Então, o nosso município, hoje, nós não temos dados atualizados da colocação do município da produção pesqueira, mas hoje a gente pode dizer que o município produz aproximadamente 8.000 (oito mil) toneladas de pescada ao ano. [...] O nosso peixe como um todo aqui, ele supre o mercado interno do estado e também vai pro Nordeste. Pro Nordeste e até pro Sudeste também, Rio de Janeiro, São Paulo também tem caminhões que saem daqui com pescado. Mas a grande maioria vai pro Nordeste e suprir o mercado interno do Nordeste. O fruto de exportação mesmo aqui é o Pargo (*Lutjanus purpureus Poey*), é a espécie que é mais exportada no município. Chega a, mais ou menos, 1000 (mil) toneladas/ano [...] **70% que nós temos de exportação é da espécie Pargo, só da espécie Pargo.** Nós somos o principal exportador de pargo do país. Cerca de 70% da frota pesqueira de pargo está aqui no nosso município, em Bragança. Além disso, nós somos também o maior produtor de pescado da gó [*Macrodon ancylodon*], de pescada amarela [*Cynoscion acoupa*], e de grude também. Temos uma grande importância nesse mercado (Secretário de Pesca de Bragança, 2021).

<sup>26</sup> “A Associação Rare do Brasil é uma organização da sociedade civil fundada em 2014 no país, com atuação na promoção da pesca artesanal sustentável ao longo da costa marinha brasileira” – <https://www.redeodsbrasil.org/post/associacao-rare-do-brasil>

A Secretaria de Pesca e Aquicultura enfrenta dificuldades para avaliar as características dessa produção pesqueira do município devido à falta de estatísticas de produção para essa região. Essa é uma realidade não apenas local, mas a nível nacional. As informações disponíveis além de serem deficitárias, não diferenciam a produção oriunda da pesca artesanal destinada ao mercado local da produção gerada com a atividade em escala mais comercial-industrial. Apesar da falta de estatísticas pesqueiras oficiais, estima-se que o município possui uma posição de destaque no cenário da pesca artesanal do estado do Pará e do Brasil.

“Hoje a gente está **entre os 10 maiores produtores do país, e estamos entre os cinco maiores produtores do estado**. Eu não posso te dizer em qual colocação nós estamos justamente por esse déficit de estatística que nós temos. Então, a gente só vai poder inferir isso a partir do ano que vem [2022] quando a gente tiver o ano fechado da estatística pesqueira do município” (Secretário de Pesca de Bragança 2021).

Além da importância do município de Bragança na produção pesqueira do estado e do país, vale destacar que a classificação que mais se destaca na realização dessa produção é advinda da pesca artesanal. De acordo com Lutz *et al* (2016) a pesca nesta região pode ser caracterizada em três tipos: a pesca de subsistência, a pesca comercial de caráter artesanal e a pesca industrial. Os autores fazem a seguinte descrição desse tipo de pesca:

As **pescarias de subsistência** são aquelas mais tradicionais, com a produção voltada quase que exclusivamente para o consumo próprio; a **pesca comercial artesanal** que demonstra características sazonais, é parcial ou totalmente exclusiva dos pescadores, sendo a produção destinada aos mercados locais e regionais; as **pescarias industriais** se destacam pelo alto poder de captura, voltada para o abastecimento de mercados regionais e também internacionais, com utilização de barcos de grande potência e que possuem uma autonomia de viagem significativa (ibid:126).

Esta classificação também está relacionada às espécies alvo, pois isso implica no uso de determinada tecnologia de pesca e de embarcação. Nesse sentido, a pesca classificada como industrial, além das características apresentadas acima, tem como espécies alvo a Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), o Camarão e o Pargo (*Lutjanus purpureus* Poey) que possuem grande valor comercial e sua produção é destinada à exportação.

Em contrapartida, a classificação dos tipos de pesca se faz considerando o local e o tempo gasto na captura assim como o tipo de tecnologia empregado – embarcação, materiais de captura, capacidade de conservação e transporte. Segundo ICMBIO (2012), na região bragantina, duas tipologias de pesca se sobressaem: as pescarias de pequena

escala realizada em áreas situadas mais próximas do estuário do rio Caeté-Taperaçú – chamada localmente de pesca artesanal; e a pescaria de grande escala que acontece geralmente em áreas afastadas da costa, em alto mar (ICMBIO 2012:47) – a pesca artesanal/comercial.

A classificação das pescas realizadas no município, contudo, é uma questão controversa porque está baseada principalmente no tipo de tecnologias de captura, ou seja, os tipos de materiais utilizados – redes, tipo/tamanho da embarcação e material que são construídos os barcos – autonomia de deslocamento da frota e capacidade de armazenamento e beneficiamento da produção. A secretaria de Pesca do município considera que não existe pesca de categoria industrial nessa região e sim uma pesca artesanal/comercial que visa principalmente a exportação.

“A pesca de Bragança é artesanal e por poucas embarcações semi-industriais, porque embarcação industrial é aquela que você pesca, bota o peixe pra cima, beneficia, embala e congela. Aqui, nós temos barcos que fazem até o congelamento, que são os barcos frigoríficos que tem aqui, mas não faz beneficiamento. Não os consideramos como uma pesca industrial ainda” (Secretário de Pesca de Bragança, 2021).

Observa-se que um dos critérios apontados nessa distinção centra-se nas etapas de produção. O “beneficiamento” é uma etapa da produção pesqueira realizada por embarcações industriais que possuem estrutura para tal e que não ocorre, conforme o secretário de pesca, no município de Bragança:

“Beneficiamento seria você *viscerar*, filetar, encaixar. O peixe já chega pronto para venda, dentro da embarcação. É como acontece em Itajaí, no Sul do país, no Rio de Janeiro também, no Sudeste, São Paulo também acontece isso: existem barcos, grandes barcos, que fazem todo o processo da linha de beneficiamento do pescado... Aqui eles só pescam e *visceram* a bordo, mas não é o beneficiamento. E vai pro gelo ou vai pro frigorífico. Aí é que vem para as fábricas de beneficiamento, onde ele vai ser filetado, vai ser descabeçado, vai ser retirado as escamas e depois é feito o filé. Na fábrica que é feito isso. Aqui nós não temos embarcações que fazem isso” (Secretário de Pesca de Bragança, 2021).

Assim sendo, considera-se que a categoria principal da pesca na região bragantina é a pesca artesanal/comercial, onde os pescadores unem conhecimento tradicional a etapas da produção de uma pesca semi-industrial, adotando algumas tecnologias pesqueiras utilizadas nas frotas industriais, partindo, porém, “[...] de um vasto e diversificado conhecimento empírico para o exercício da atividade pesqueira” (Maneschky 1993:74).

A pesca artesanal do nosso município, ela é a principal engrenagem dessa máquina da pesca no município de Bragança [...] A nossa pesca artesanal é pesca comercial, artesanal-comercial. É essa frota [artesanal-comercial] que movimenta, que segura a pesca do município, o dia a dia do município. A gente não a considera a nossa pesca como industrial. A gente diz que ela é semi-

industrial-artesanal. Além do que nós não temos barcos com estrutura de metal, de alumínio ou de fibra. A fibra, agora que tá entrando na nossa frota. Aí 95% dos nossos barcos são de madeira. Eles são fibrados, mas é diferente de ter um barco que é feito de fibra. A grande maioria das nossas embarcações, que são aqueles barquinhos de 6, 7 metros que o pescador vai, passa 3 dias e volta, ou então passa 7 dias e volta. Diferente dos barcos grandes que passam 30, 60, até 90, 120 dias no mar (Secretário de Pesca de Bragança, 2021).

Em contrapartida, esta classificação de pesca leva em consideração o tipo de tecnologia utilizada, fazendo uma diferenciação das embarcações de acordo com as técnicas de captura, mas não se considera o tipo de organização da produção, os agentes e os consumidores. Essa pesca que se destina exclusivamente ao mercado externo e realizada por embarcações de médio porte se diferencia da pesca de caráter artesanal (ou de pequena escala, realizada em muitas comunidades pesqueiras do município, a exemplo da Vila dos Pescadores) pelo uso de grandes redes de pesca, pelo tamanho da embarcação, capacidade de armazenamento do pescado, dentre outros exemplos.

De acordo com Nascimento *et al* (2016),

A pesca artesanal [ou de pequena escala] destaca-se também por abranger vários apetrechos e técnicas na dinamização dos processos produtivos, por meio do emprego de um arcabouço de conhecimentos sobre o meio natural (estações do ano, safra das espécies alvo, oportunidade de captura) peculiar aos pescadores locais” (Nascimento *et al.* 2016:s/p).

Por seu elevado potencial pesqueiro se verifica nessa região uma grande atividade de pescadores artesanais das comunidades locais e de outros municípios (Lutz *et al* 2016) que fazem a pesca em caráter artesanal sem, contudo, possuírem as tecnologias de pesca e embarcações que se comparem aos utilizados na pesca artesanal/comercial, sendo estes os mais prejudicados pela diminuição das safras e os principais interlocutores dessa pesquisa.

## **1.2 A pesca na Vila dos Pescadores.**

Segundo a lei 11.959 de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, a categoria artesanal ou de subsistência refere-se à pesca “praticada com fins de consumo doméstico ou escambo, sem fins de lucro e utilizando apetrechos previstos em legislação específica” (Lei 11.959 de 2009). A categoria artesanal/comercial, por sua vez, caracteriza-se dessa forma “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (ibid.).

Na comunidade alvo desse estudo, o processo de produção da atividade pesqueira ainda se caracteriza como pesca artesanal, seja pelo tamanho das embarcações<sup>27</sup>, do material utilizado para a captura do pescado e pelo sistema organizacional do grupo, estabelecido ainda por relações de parentesco e vizinhança e mantido através da ajuda mútua, em caráter de compartilhamento e reciprocidade.

Alguns pescadores relatam que por vezes já utilizaram apetrechos de pesca emprestados de parentes ou de vizinhos com quem mantém amizades ou relações aproximadas. Rabetas ou redes de pesca, que não estão sendo utilizadas pelo proprietário, podem ser emprestadas a um parente próximo ou a um outro membro da comunidade que, por algum motivo, não tem condições de adquirir os meios necessários para a pesca e precisa deles para a sua subsistência.

Diferente do que estabelece a Lei 11. 959 de 2009 sobre a pesca de subsistência, observou-se que na comunidade esta categoria dificilmente é exercida exclusivamente para fins de consumo. Em geral, até os que pescam com tecnologias mais simples visam a comercialização ainda que a produção e o retorno financeiro sejam menores se comparados a pesca artesanal/comercial. Pode-se dizer que ambas as categorias são exercidas em caráter de complementaridade. Consoante Cunha e Almeida esclarecem, atualmente, os grupos considerados tradicionais dificilmente estarão longe da lógica mercantil: “Se as definirmos como populações que estão fora do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia” (Cunha e Almeida 2017:268).

Na narrativa do sr. Lázaro, pescadores de camarão que realizam a atividade na beira da praia o fazem para comercializar aos atravessadores e/ou as pousadas e restaurantes locais. Um outro exemplo são os pescadores aposentados, que apesar de possuírem uma renda mensal fixa, relatam ainda pescar para contribuir com o ganho e ajudar na alimentação. Apenas um dos pescadores aposentados disse exercer a pesca apenas para consumo.

Pergunta: O senhor ainda trabalha na pesca ou já é aposentado?

Antonio: “Sou. Mas eu ainda pesco pra comer” (Antonio, 66 anos).

Com relação à pesca artesanal/comercial, os pescadores que exercem essa categoria trabalham em regime de parceria com os donos das embarcações ou a partir do

---

<sup>27</sup> Não foram realizadas entrevistas precisas sobre o tamanho de cada embarcação existente na comunidade. Segundo a Secretaria de Pesca de Bragança, o tamanho das embarcações na comunidade chega a, no máximo, 7 metros. Norteando-me pelo estudo de Abner Dias Sales, Ivan Furtado Junior e Francisco Carlos Alberto Fonteles Holanda (2021) e considerando as observações que fiz em campo, corroboradas pelas imagens presentes neste trabalho, pode-se considerar que a maioria das embarcações na comunidade são as Rabetas (pequenas canoas motorizadas) e os Barcos de Pequeno Porte.

financiamento feito pelos atravessadores e donos de empresas pesqueiras, que custeiam seus apetrechos de pesca e, quando necessário, sua locomoção – para outros polos pesqueiros para desembarcar na Vila dos Pescadores – com a condição de serem os principais compradores da produção deste pescador.

“O atravessador compra o material de pesca pra ter o direito de comprar o produto que ele captura com aquele material” (Lázaro, 64 anos).

Cabe esclarecer que tanto o pescador da pesca artesanal/comercial quanto o pequeno pescador estão sujeitos ao atravessador. Na comunidade ele é uma figura necessária no processo de produção da pesca. Além de custear algumas despesas do pescador local é também o facilitador no processo de comercialização do pescado para os centros urbanos, intermediando desde o desembarque até a venda, seja para os comerciantes locais (Feira Livre de Bragança), seja para as empresas de pesca locais e/ou de outras regiões ou para a exportação.

A relação do pescador com o atravessador também se estabelece devido a muitos pescadores não terem condições financeiras de obter determinados apetrechos de pesca ou embarcações por conta própria. Esses materiais demandam um custo constante com manutenção seja para o combustível, para remendar uma rede, consertar os barcos e etc., situação que necessita de um retorno financeiro adequado para suprir tais gastos e que nem sempre está de acordo com a realidade financeira do pescador local, tornando este dependente do atravessador para financiá-lo.

“O marreteiro [atravessador] ele supre de mantimentos o pescador. Ele precisa comprar o combustível, ele precisa comprar algum material pra alimentação, ou material de pesca. Aí já é o marreteiro que compra pro pescador, pro pescador pagar ele com a produção. E isso é o que prende, é o que acaba prendendo o pescador na mão do marreteiro” (Elder, 37 anos).

Com relação à pesca realizada pelas mulheres, referidas localmente como pescadoras e/ou marisqueiras, a pescadora Dayana faz parte do grupo que realiza a *pesca na beira*, ou próximo a praia, trabalhando junto com seu marido. A sra. Maria, esposa do sr. Domingos, conta que trabalhava com redes e na pesca de curral, nos currais que pertenciam a eles. Entretanto, parou após se aposentar e em razão de problemas de saúde.

“Eu trabalhava com ele direto. Eu trabalhava de curral, de rede pra tirar camarão, pescando ali na beira. De curral eu trabalhei muitos anos de curral. [...]

“Desde o ano retrasado que eu não pesquei mais. Eu já era aposentada antes. Aí eu comecei a sentir umas dores no joelho que eu não tenho muita firmeza nas pernas” (Maria Benedita, 65 anos).

Segundo a Colônia de Pescadores de Bragança (Z-17), a categoria marisqueira é utilizada para se referir às mulheres que capturam mariscos tanto do manguezal como do

estuário, a exemplo do mexilhão (ou sururu) (*Bivalvia*), camarão, caranguejo, siri. No entanto, algumas marisqueiras realizam a pesca, como a Dayana (citada acima), que pesca com rede de emalhe (caiqueira) junto ao seu marido. Entretanto, na categoria utilizada pelo Estado, elas são todas intituladas como marisqueiras.

“Quem são as marisqueiras? São as mulheres que trabalham com mariscos. O que é marisco? É camarão, é sururu, é caranguejo, é o turu. Tem umas também que pescam na beirada, às vezes com o marido delas, uma agarra uma rede daqui, agarra dali, pega camarão” (Cariolano, Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

Esta categoria na colônia de pescadores é um meio de assegurar às mulheres das comunidades pesqueiras acesso aos direitos e benefícios reservados a elas perante órgãos do governo, como aposentadoria, seguro saúde, auxílio maternidade e etc., mesmo que realizem tanto a pesca como a mariscagem (Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

“Mas olha, aonde é que a lei ampara a mulher do pescador? Principalmente em comunidade de praia. Por exemplo: o marido vai se preparar pra ir pra pesca, quando ele chega de lá (não o pescador do grande, aquele pequeno), aí quando ele chega, o que ela vai fazer: ela vai cuidar do peixe; é ela que vai pegar aquela roupa dele toda suja e vai lavar, vai tecer uma rede, aí ela já se encaixa como marisqueira” (Antônia Ramos, presidente da Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

De acordo com sr. Lázaro e à Colônia de Pescadores do município, elas são consideradas marisqueiras de forma representativa perante o governo. Mas como explicado pelos representantes da Colônia, toda mulher que vive nas comunidades pesqueiras locais e/ou mulheres de pescadores artesanais são consideradas pescadoras, pois mesmo que não realizem a pesca propriamente dita, contribuem no processo de produção da atividade, como tecer uma rede ou fazer reparos, contribuir no conserto dos apetrechos de pesca, ajudar na despesca, fazer o preparo do peixe para a família, etc. Compreende-se, portanto, que a mulher do pescador artesanal faz parte do processo de produção e é considerada pescadora ou marisqueira mesmo que não vá para o mar.

### **1.3 Tipos de Pescarias e espécies predominantes.**

Os tipos de pescarias, as técnicas e os materiais adotados por pescadores e pescadoras artesanais variam de acordo com a espécie que pretendem capturar e os locais aonde se realizará a captura. Elas também refletem a disponibilidade dos recursos pesqueiros (Mesquita e Isaac-Nahum 2015), sendo este fator determinante para a utilização de algumas dessas técnicas.

Há uma classificação das pescarias de acordo com o local onde são exercidas. Alguns pescadores atuam em áreas situadas próximas à praia, sendo essa pesca denominada localmente de “*pesca no canal*” ou “*pesca na beira*”. Na figura 24 observa-se pescadores e pescadora indo realizar a “*pesca na beira*”.



Figura 24 – A caminho da “*pesca na beira*”. Fonte: a autora 2022.

A quantidade e variedade de espécies capturadas nas pescarias “*do canal*” é menor se comparada as pescarias realizadas mais afastadas da costa, por pescadores artesanais embarcados. Contudo, como dito anteriormente, a produção de ambas as categorias visa a comercialização, mesmo que em níveis diferentes. De acordo com Sr. Lázaro, a maioria dos pescadores “*do canal*” pescam com redes malhadeira ou armadilhas fixas, como o curral. Lutz *et al* (2016) corroboram destacando ambas as categorias como as principais utilizadas na comunidade.

Dentre as características que diferencia o “*pescador embarcado*” do pescador que realiza a “*pesca na beira*” ou “*dentro do canal*” estão o tempo de permanência no mar/estuário e o local aonde realizam a atividade. Enquanto o primeiro fica cerca de uma semana no mar de fora (ou até 10 dias, como no caso dos pescadores de Pescada Amarela), o *pescador da beira* retorna à comunidade no mesmo dia. “Diferentemente dos embarcados, esses são pescadores que saem para o mar, mas que ‘dormem em casa’, realizando uma pesca de incursões diárias (Adomilli 2009:101).

Um outro fator sobre os tipos de pesca na comunidade se refere ao cenário de mudanças das tecnologias pesqueiras no qual pescadores e pescadoras locais estão,

inevitavelmente, inseridos. Essa situação interfere tanto no acesso aos recursos pesqueiros quanto nas safras de determinadas espécies.

Situação semelhante foi identificada por Francisca Miller (2014) na comunidade São Miguel do Gostoso, no Rio Grandes do Norte (RN). A autora destacou que as tecnologias da pesca artesanal utilizadas por pescadores locais também estavam inseridas “em um contexto de mudanças” frente a modernização desses instrumentos.

A introdução de produtos industrializados em substituição a produtos naturais, no âmbito da pequena produção pesqueira, tais como o motor a óleo, em substituição ao a vela e aos remos como meio de propulsão, a rede de espera confeccionada industrialmente, em substituição à tecida manualmente [...] sinalizam para uma situação de mudança no âmbito da tecnologia pesqueira artesanal” (Miller 2016:s/p).

Na Vila dos Pescadores, há um paralelo à situação encontrada por Miller em São Miguel do Gostoso, em 2014. A introdução do motor a óleo diesel fez com que a maioria dos pescadores passassem a adotar essa tecnologia para facilitar, acelerar e aumentar a produção pesqueira, visto que as canoas a vela demandam um tempo maior de ida e volta do mar e não alcançam grandes distâncias do litoral; e a substituição das redes tecidas com algodão por redes tecidas com fios de nylon (Maneschy 2016).

Maneschy identificou que entre os anos 60 e 70 as linhas usadas para tecer as redes de pesca “[...] eram confeccionadas por eles mesmos, com fio de algodão” (1993:61). Os moradores usavam as cascas de uma árvore extraída do mangue, o tinteiro (*Laguncularia racemosa*) para a fabricação da tinta onde eram mergulhadas as linhas de algodão, como forma de aumentar a sua resistência no momento da pesca.

As cascas eram deixadas de molho em recipientes por cerca de três dias, quando então podiam mergulhar os instrumentos até aderir bem. Posteriormente, tinham de coloca-los para secar ao sol (ibid:62).

Com as novas tecnologias de pesca, esse processo de fabricação de redes com fios de algodão – e usando a tinta do tinteiro para tingir as linhas de algodão – foi abandonado, pois os pescadores passaram a utilizar o náilon, por ser mais resistente, mais fino e transparente, dificultando que os peixes o vejam, sendo capturados com mais facilidade (Maneschy 1993).

Sobre as técnicas de pesca inseridas na categoria artesanal, a autora identificou que os tipos de pescaria que se destacavam na Vila dos Pescadores eram a pesca de *curral*, a pesca de *linha*, a pesca de *rede de lance* e as *tapagens de igarapé*. De 2008 a 2011, Lutz *et al* (2016) apontaram que essas formas de pescaria ainda ocorrem na comunidade, com destaque para

[...] os currais, que são armadilhas fixas e confeccionadas pelos próprios pescadores, até as redes a deriva de mais de 2,5km de comprimento. Entre os tipos de rede existem as de arrasto como o puçá que normalmente é conduzido por dois pescadores durante a maré baixa; rede de cerco, onde o cardume é circundado pela rede e capturado de uma só vez, até a tapagem, onde a rede é fixada na “boca” dos canais de maré, ou na saída de pequenas enseadas, podendo ou não ser apoitadas (fixadas ao fundo). As redes do tipo malhadeira, são denominadas de acordo com o tipo de peixe que capturam, como a gozeira (que captura pescada-gó e bandeirado), caiqueira (caíca e pratiqueira), serra (peixe-serra e cação) e tainheira (tainha) (ibid:127).

As redes do tipo malhadeira foram as que mais presenciei sendo utilizadas durante a pesquisa de campo e de acordo Maneschy (1993), Roberto Espírito-Santo e Vitória Isaac (2012) e Lutz *et al*, estas “são as artes de pesca mais utilizadas nas pescarias” (Espírito-Santo e Isaac 2012:37). No tópico sobre a caracterização do *locus* da pesquisa, é possível observar nas figuras a presença desses tipos de rede em vários locais da comunidade, seja na frente das casas quando os pescadores estão tecendo ou fazendo reparos ou nos portos de desembarque.

Atualmente, elas são confeccionadas com fios de náilon “em variadas espessuras de fio, abertura da malha e comprimento” (ibid:36) e em formato retangular. As redes, em geral, são tecidas pelos próprios pescadores, no qual determinam o comprimento, a abertura da malha e os demais acessórios, como as boias e cordas. O tamanho, os acessórios e a maneira que são inseridos dependem da espécie que se pretende capturar; no entanto, por vezes, um tipo de rede pega mais diferentes espécies, como se observa na figura 25.

Dentre as diferentes formas de se utilizar as redes de emalhe, nos relatos dos pescadores e pescadoras (e corroborado por Espírito-Santo e Isaac 2012), se destacam na comunidade: a rede de arrasto (ou puçá), a caiqueira, a gozeira, a pescadeira, a rede de lance, rede de cerco, serreira e tainheira.

| TIPOS DE PESCA COM REDES DE EMALHE. | ESPÉCIES ALVO   | LOCAIS DE PESCA   |
|-------------------------------------|---|---|
| Redes de Cerco                      | Pratiqueira; Camarão; Bandeirado.   | Pesca em água baixa, fazendo o cerco do cardume, colocada nas croas do rio ou do mar.                                 |
| Redes de Arrasto                    | Camarão.  | Pesca na beira da praia, com maré baixa. Em geral, dois pescadores puxam a rede, um em cada ponta, e fazem o arrasto. |
| Tapagem                             | Bagre; Tainha; Mero; Pacamã (ou Pacamão); Pescadinha; Camorim (ou Robalo).    | Pesca nos igarapés, fazendo uma espécie de barreira.  |
| Gozeira                             | Pescada-Gó; Bandeirado; Corvina; Peixe-Pedra; Peixe-Serra.                    | Pesca no canal (dentro do estuário).  |
| Caiqueira                           | Caíca (Caíca e Pratiqueira); Sardinha (quando estas são de um tamanho maior). | Pesca nos bancos de areia (também chamados de "croa").  |
| Sardinheira                         | Sardinha.   | Pesca na beira da praia ou no canal (dentro do estuário).   |
| Malhadeira ou Pescadeira            | Pescada Amarela   | Pesca em águas mais profundas, em geral, por pescadores artesanais/comerciais (embarcados).                           |

Figura 25 – Tipos de pesca com redes malhadeiras utilizadas pelos pescadores artesanais da Vila dos Pescadores. Fonte: Espírito-Santo e Isaac 2012; Lutz *et al* 2016; e Sr. Lázaro (pescador/aposentado, 54 anos) 2022.

### 1.3.1 A Pesca de Curral

Um outro tipo de pescaria comum na região é o curral de pesca. Os currais são armadilhas fixas (Figura 26), construídas em madeira extraídas de árvores do manguezal.

Os currais de pesca constituem um tipo de armadilha fixa construído com cercas de madeira, geralmente extraídas do manguezal (*Laguncularia racemosa* e/ou *Avicennia germinans*), com entrada em forma de “V” que direciona os peixes para o seu interior, aprisionando-os (Nascimento *et al* 2016:s/p).

[...] com cerca de 20 a 30 metros de extensão [o curral] ... possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixamar, ficam aprisionados, quando então os pescadores vão proceder a despesca (Maneschky 1993:59).

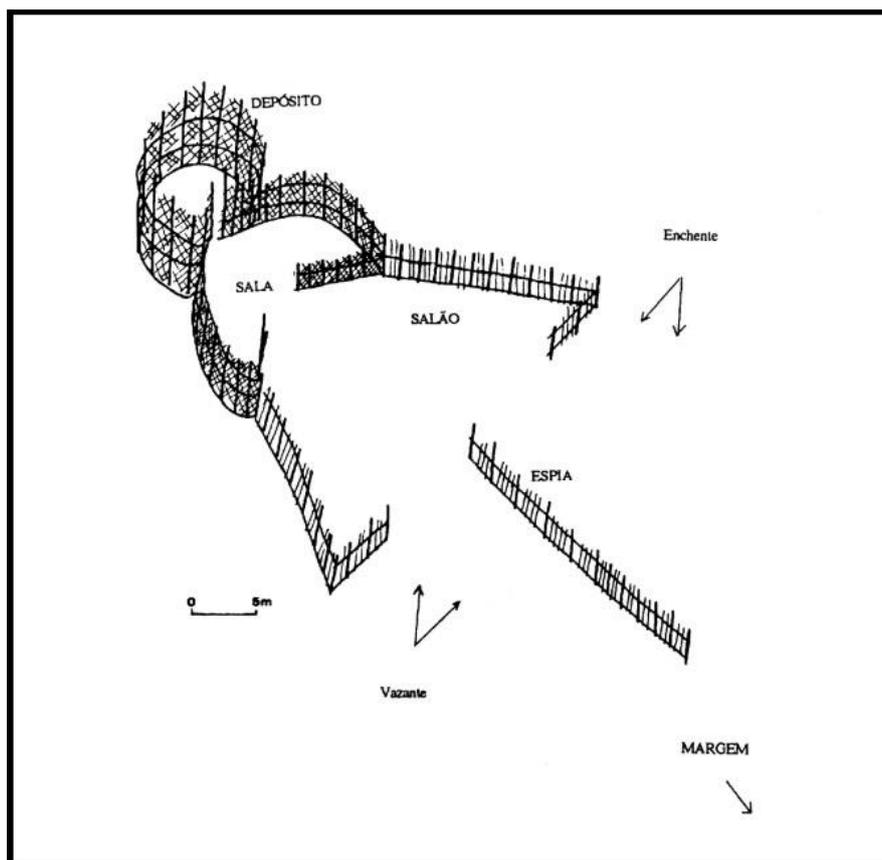


Figura 26 – Esquema de um Curral de Pesca do tipo Enfia-Coração. Fonte: Maneschy 1993.

Maneschy (1993) destaca que à época de sua pesquisa a madeira usada para a construção dos currais era retirada da natureza, de forma livre pelos moradores da comunidade. Contudo, com a criação da RESEX Mar de Caeté-Taperaçú em 2004 e implementada somente em 2005, ficou proibida a retirada de madeira do mangue para construir os currais de pesca. Esse é um dos fatores que pode ter contribuído para a redução no número de currais na comunidade.

De acordo com o Sr. Lázaro, atualmente toda madeira retirada do manguezal, seja para a construção de currais ou outros fins, precisa de autorização prévia do ICMBIO, através do conselheiro responsável pelo polo.

“Pros currais eles tiram a madeira, a gente dá uma liberação pra eles. Eu sou conselheiro do ICMBIO do Polo de Ajuruteua. Aí eu faço a autorização, levo pro gestor, aí ele assina. Aí ele vai rezando a quantidade de material, de vara. Porque o curral aqui, ele leva dois tipos de mourões: que é o da *caixa*, que a gente chama, que tem a rede; e o da *espia*. E aí tem a *vara de cinta*, que é a grossa; e tem a de *espia* que é pregada a fina na grossa” (Lázaro, 64 anos).

A fala de seu Lázaro é corroborada por Nascimento *et al* (2016) quando menciona que “as madeiras usadas são oriundas das florestas de mangue adjacentes as vilas: tinteiro (*Laguncularia racemosa*), siribeira ou siriúba (*Avicennia germinans*) e o mangueiro (*Rhizophora mangle*)” (ibid: s/p). Contudo, o corte da árvore mangueiro está proibido

pelo ICMBIO, por esta ser responsável pelo fornecimento de alimento aos caranguejos do manguezal. Sua retirada interferiria na cadeia alimentar da comunidade pois este crustáceo também é um meio de subsistência para os moradores e moradoras locais. Assim, somente utilizam a madeira da siriúba e do tinteiro (Figura 27).



Figura 27 – Madeiras para a construção do curral (na beira do porto). Fonte: a autora 2022.

Os pescadores que pescam de curral são chamados de curraleiros. Na construção de um curral é necessário mais de uma pessoa para levantar a cerca (Figura 28). Esse processo é feito por membros do grupo de parentesco do pescador ou de outros pescadores da comunidade.

O funcionamento adequado dessa armadilha, depende de um conhecimento especializado sobre a natureza, como os movimentos da maré, direção dos ventos, o ritmo da água na subida e baixa da maré, o período de enchente e vazante e etc. a fim de determinar o melhor local para a construí-lo (Nascimento *et al* 2016). Essa responsabilidade cabe aos pescadores mais experientes (em geral, os mais velhos) que já atuam na pesca há um longo período e possuem maior conhecimento sobre o ambiente. A percepção e relação íntima do pescador para com o meio ambiente marinho e terrestre é fundamental para o sucesso na construção do curral e na captura do pescado.



Figura 28 – Construção de um curral de pesca na Vila dos Pescadores. Fonte: Eliza Dias 2015 *apud* Nascimento *et al* 2016: s/p.

A diminuição das safras das espécies mais rentáveis comercialmente interferiu nesse processo de construção. De acordo com o Sr. Domingos, que é curraleiro, o retorno financeiro da comercialização do pescado capturado se tornou inviável para financiar a construção dessa armadilha: “Às vezes ainda pescó. Trabalho mais de curral. Agora esse ano foi ruim de peixe. Muito ruim” (Domingos, 73 anos).

O sr. Lázaro estima que existem cerca de 06 ou 07 currais na comunidade, embora antes houvesse um número maior. Segundo ele, essa redução no número de currais deve-se a dificuldade na pesca e a diminuição da quantidade de peixes capturados em cada pescaria, tal como relatado acima pelo Sr. Domingos.

“Olha, agora, se eu não me engano, só tem 6 ou 7 currais aí. Porque esse ano não teve safra, e como não teve safra o pessoal tiraram logo a rede, desmontaram. Tem um senhor bem aqui, um primo meu, Luís Melo, ele tem 5 currais. Quando era na safra da Gó, eles abriam 4 e ficava só um, porque tinha muito. Agora, se ele tivesse 10 currais, todo fechado, não tinha problema, porque não tem mais peixe” (Lázaro, 64 anos).

Na fala supracitada percebe-se que a construção do curral diminuiu devido a diminuição da safra das espécies mais visadas pelos pescadores. Em outro momento, ele relata que essa situação de depreciação dos estoques de determinadas espécies pode estar relacionada ao surgimento de novos instrumentos de pesca ou pelo avanço tecnológico de alguns, como o sonar utilizado por algumas embarcações para encontrar os cardumes com maior facilidade.

“Antes tinha pouco material de pesca, agora tem de tudo. Aí pega mais peixe, e se pega mais, espanta. E tá diminuindo, cada vez mais diminuindo (Lázaro, 64 anos).

A crescente variedade de instrumentos caracterizada pelo Sr. Lázaro como “materiais de pesca” é, em sua maioria, utilizada pelas indústrias e empresas pesqueiras, no qual também financiam a pesca artesanal/comercial, possibilitando uma maior capacidade de captura se comparado ao pescador que pesca *na beira* ou *no canal*. Essa modernização tecnológica da produção atrai uma quantidade maior de pescadores e empresas de pesca para os principais polos pesqueiros do estado do Pará, como Bragança, gerando uma sobrepesca e, por conseguinte, uma pesca insustentável e redução desses estoques. É a isto que se refere o Sr. Lázaro: “aí pega mais peixe [...]. E tá diminuindo...”.

Quando ele fala que “espanta”, compreende-se que, devido a captura frequente por embarcações da pesca artesanal/comercial, além de gerar uma diminuição das espécies, os cardumes começam a rumar para outros locais, impactando principalmente no pequeno pescador.

Lutz *et al* ratificam ao mencionarem a região “vêm sofrendo com a diminuição de muitos estoques pesqueiros cujas pescarias artesanais de pequena e larga escala tem atuado intensamente” (ibid:126). No “complexo da Vila dos Pescadores”<sup>28</sup> as principais espécies desembarcadas são: Pescada-Amarela (*Cynoscion acoupa*), Gurijuba (*Sciades parkeri*), Pescada-Gó (*Macrondon acylondon*) e Goete (*Cynoscion jamaicensis*) – essas duas últimas caracterizadas popularmente pelos moradores apenas como Gó – “e uma diversidade de bagres da família Ariidae como a uricica-amarela (*Cathorops spixii* Agassiz, 1829), e o bandeirado (*Bagre bagre* Linnaeus, 1766) (Espírito-Santo, 2002)” (Lutz *et al* 2016:126-127).

Observou-se que na localidade, a Gó é a mais citada pelos pescadores artesanais dentre aquelas que mais sofreram com a diminuição das safras. Considera-se que ela é a principal espécie capturada pelos pescadores “*do canal*”, de dentro do estuário e sua produção visa especialmente o comércio local, alto consumidor dessa espécie.

Pergunta: Aqui, qual é o peixe que vocês mais vendem, o principal peixe da região?

Lázaro: “É a Gó. [...] É o peixe mais procurado. O prato predileto da Vigia é a Gurijuba. Soure é a Sarda e assim por diante. Cameté é Mapará, e aqui é a Gó. Você chega em qualquer pousada dessa, qualquer restaurante, você vai pedir: ‘eu quero um P.F [Prato Feito] de Gó’. Na hora sai”.

<sup>28</sup> Termo citado no texto de Lutz *et al* no qual inclui o desembarque na Vila dos Pescadores, na Vila do Bonifácio e a ponte do Furo Grande.

Pergunta: Quais são as espécies que mais dão aqui na região?

Manoel: “Dentro do rio [estuário], a maioria mais é Gó. Na época da safra”.

Por ser abundante na região, torna-se a espécie com maior probabilidade de ser capturada pelos currais. Conforme Espírito-Santo e Isaac (2012) a espécie mais capturada por essa armadilha de pesca no estuário bragantino é a Pescada-Gó – a Gó – (*Macrondon ancylondon*), correspondendo a um total de 71% dessas armadilhas (ibid:39). Ou seja, se há uma diminuição no estoque desse peixe, a construção dessas artes de pesca fica comprometida, reduzindo a comercialização e o retorno financeiro, levando os curraleiros a construírem menos currais ou a diminuírem o seu tempo de uso, visto que há um alto custo para a manutenção e construção desse tipo de armadilha.

“De primeira, aqui era fartura no curral. Dava toneladas e toneladas que os curral abriam de Gó. Agora, pra dar uma tonelada de Gó no curral, ixé, não sei quantos anos não deu mais. Quando a gente faz curral todo ano... esse ano não foi bom de peixe de curral, não tiremo nem o dinheiro que a gente gastemo” (Dayana, 30 anos).

“Porque, que nem a Gó, antes nós tinha curral aqui, eu trabalho tem tempo de curral com meu pai, meu pai morreu e eu fiquei trabalhando. Dava muita Gó e agora você não arruma uma pra comer” (Domingos, 73 anos).

“Esse ano não teve safra, os curraleiro não tiveram produção. Aqui enche de Gó na época da safra, só que nessa região esse ano não teve. [...] Aí no caso do curral não tem a reprodução pra retribuir a despesa.” (Cariolano, Colônia de Pescadores de Bragança – Z17, 2022).

Nos relatos acima percebe-se que a construção e a utilização do curral estão intimamente ligadas à safra da Gó, demonstrando ser a espécie predominante na captura realizada pelo pequeno pescador, sobretudo os que residem na comunidade Vila dos Pescadores e circunvizinhas. Se não há safra dessa espécie, o curral diminui a sua captura gerando um prejuízo ao curraleiro, como no caso do sr. Domingos e da pescadora Dayana, obrigando esses profissionais a buscarem outros meios para garantir a sua subsistência.

Estudo realizado por Nascimento *et al* entre os anos de 2014 e 2015 (publicado em 2016) sobre o curral de pesca na Vila dos Pescadores demonstrou a preocupação dos curraleiros com relação a continuidade dessa arte de pesca para os anos seguintes devido às novas tecnologias de pesca adotadas pelas embarcações maiores e, por conseguinte, a superexploração dos recursos pesqueiros (Nascimento *et al* 2016). Nesse sentido, percebe-se que essa preocupação mencionada pelos autores era de vital importância para estudos mais aprofundados, visto que essa situação já está ocorrendo na comunidade atualmente.

### 1.3.2 Acordo de gestão da pesca da sardinha *versus* a “pegação”.

Na Vila dos Pescadores a pesca da Sardinha (*Cetengraulis edentulus*) tem sido uma atividade importante para a subsistência das famílias locais. Contudo, nos últimos 10 anos a captura desta espécie tornou-se fator de conflito envolvendo pescadores locais, pescadores de fora e compradores, devido a sua extração insustentável. Para entender esses conflitos descrevo brevemente os fatores que levaram a essa situação.

A Sardinha é uma das espécies que antes encontrava-se em abundância nessa área da costa paraense, e que faz parte de uma cadeia trófica que torna essa região um importante polo pesqueiro. Segundo Lutz *et al* (2016) a sardinha é o alimento de várias espécies de peixes maiores, sendo usada como isca para a captura de espécies como o Bagre (*Felichtys marinus*), o Peixe Serra (*Pristis pectinata*), a Gó (*Macrodon ancylodon*), a Pescada-Amarela (*Cynoscion acoupa*), a Corvina (*Argyrosomus regius*), consumidas pelo comércio local. Entretanto, essa pesca é proibida em algumas localidades próximas, como ressaltado na narrativa do Sr. Lázaro, em razão do risco a escassez das espécies que dependem dela para se alimentar.

Na Vila dos Pescadores, a captura da Sardinha foi suspensa em 2020 devido ao fator supracitado. Mas retornou no segundo semestre de 2021. O ICMBIO decidiu, por intermédio do Sr. Lázaro, liberar a “*pegação de sardinha*” – termo local – como uma estratégia de subsistência para alguns pescadores e uma contribuição à renda familiar a partir de sua comercialização.

“Olha, a *pegação da sardinha*, tava proibido pegar sardinha. O ano trasado foi suspensa a *pegação da sardinha*. Ele [coordenador do ICMBIO de Bragança] veio aqui, chamei ele, ele veio, conversamos... Eles pararam de pegar Sardinha, deixa eu ver... fevereiro do ano trasado. Aí, como eu via a demanda – como eu sempre digo pra ele: *eu vejo a necessidade das pessoas daqui, quem sabe da necessidade é quem mora na comunidade* – aí suspendemos a *pegação de sardinha* do ano trasado. Até o dia 15 de setembro do ano passado. E esse dia 15 agora [de 2021] já liberei pra eles começarem a pegar. Não teve safra [de outras espécies] e não tem como esse pessoal sobreviver” (Lázaro, 64 anos).

Quando ele fala que “não teve safra”, se refere às espécies que são rentáveis para o mercado. O “não ter safra” é, na realidade, a diminuição da captura dessas espécies que gera a dificuldade de comercialização, resultando na falta de renda para o pescador e suas famílias. Assim, a extração da sardinha seria uma alternativa de renda para aqueles que não conseguiram resultados satisfatórios com a pesca e/ou com a comercialização de outras espécies.

Em outro momento Sr. Lázaro explica que a pesca da Sardinha, atualmente, fica liberada por seis meses e suspensa pelo mesmo período.

“A pesca da sardinha ela é liberada a partir de 15 de setembro e é embargada mês de março. É suspenso em março e é pra funcionar em setembro ou começo de outubro. Ou seja, é seis meses suspenso e 6 meses pegando. Olha, que nem agora [abril de 2022] já está suspenso, aí vai ser liberado só em outubro. A gente suspende a *pegação* por causa que nessa época a sardinha nova entra e não pode pegar porque mata muita Sardinha pequena. Só pegam a partir de 15 de setembro, começo de outubro porque elas já tão grande, pronta pra pegar” (Lázaro, 64 anos).

Para que essa espécie não seja super explorada, o ICMBIO estabeleceu regras para o tamanho das redes malhadeiras, sendo permitidas redes de 400 metros por cada pescador. O Sr. Lázaro, por meio de sua atuação como conselheiro do Polo de Ajuruteua no Conselho Consultivo da RESEX, propôs o aumento desse limite para 500 metros, por perceber que apenas 400 não eram suficientes para a subsistência do usuário da RESEX.

“É porque tem um limite da *pegação* da sardinha, que é pelo tamanho da rede. O limite do tamanho da rede que tá no acordo de gestão é quatrocentos metros. Quatrocentos metros de rede, se tu for medir assim a braça, dá 120 braça. Como eu achei que foi pouco, [...], eu arredondei pra 500 metros. Já veio gente me dizer que tem gente pescando com 800 metros. Aí o que vai acontecer: ou eles vão respeitar as regras, ou então vai ser embargado, aí pronto. É porque eles não podem pegar a Sardinha nesse tempo que ela está desse tamaninho, óh [bem pequena]. Não serve pra isca. Isso aí é pra eles espinharem os anzóis dos espinhéis, das lanchonas, né. Tem lancha que pega 5.000 (cinco mil) kg pra levar. E no acordo de gestão é pra pegar 1000 (mil) kg por semana. Imagina só. E tem dia que eles pegam 3.000, 4.000 mil kg por dia. A gente já tá botando a mão em cima porque eles estão ultrapassando. Não tem outra maneira. Aí pegou tem que aproveitar, porque se estragar, aí a multa vem, e a multa é feia” (Lázaro 64 anos).

O que se percebe é o descumprimento desse limite, principalmente porque muitos pescadores vendem a Sardinha para as empresas de pesca de Bragança e outras localidades, incluindo para a pesca industrial, que a utilizam como isca. E se ela for capturada ainda nova, antes de chegar a fase adulta, não tem como se reproduzir, correndo o risco de entrar em extinção.

Desde a primeira conversa com o pescador Domingos, foi abordado o assunto da pesca da sardinha que relatou a situação com certa chateação:

“Eu até disse pro pessoal, eles pegam muita sardinha pra vender. Vocês sabem que sem a gente comer, não vive [...]. Sai de 10 toneladas de sardinha por dia dessa praia. Isso era pra ter embargado. E até os pescadores fiel, eles tão achando difícil agora o pescado de sardinha... E sustentar a família. Na época do meu pai, a gente pegava sardinha no *furo*, e tratava e nós comia e dava pra nós viver” (Domingos, 73 anos).

Sua esposa, a Sra. Maria contribui estimando que diariamente saem mais de 1000 (mil) kg de sardinha da comunidade, capturadas com redes que possuem mais de mil metros de extensão. Essa prática contraria os acordos de gestão firmados com o ICMBIO. Tanto a sra. Maria quanto o sr. Domingos avaliam que este tipo de pesca pode

comprometer a sobrevivência de outras espécies e que são importantes para o pescador local e à produção pesqueira da região.

“Sai é de 1.000 kg, 600, 700 kg, todo dia. Todo dia. Essa sardinha faz é falta. Entendeu? Porque ela é a comidinha do peixe. Nós que pescamo aqui na *beira*, do que nós vamo viver? De que nós vamo arrumar um peixinho pra comer? Aí vai se acabando. Fizeram uma reunião, o pessoal do ICMBIO aí, que era pra pescar só [com] 500 metros [de rede]. Mas eles não respeitam, é [rede] de 1000 metros. É um monte de sardinha que é puxado com rodo. É só aqui que eles pegam, em Pirabas eles não pegam” (Maria, 65 anos).

[...] Eu sou contra a *pegação* de Sardinha. Eu disse pro João aqui, eu sou contra, sabe porquê? Você sem comer, você não vai viver. Verdade? Então, a comida do peixe é a sardinha. E sai de 10 toneladas de Sardinha por dia aqui e isso aí faz é falta pra nós. Ela é a isca” (Domingos, 73 anos).

Se o estoque da sardinha diminuir no estuário, as espécies que se alimentam dela se direcionam para outras localidades em busca desse alimento, interferindo na cadeia alimentar não apenas dos peixes que predam a sardinha, como também a do pescador artesanal. Principalmente daqueles que realizam a pesca em áreas situadas mais próximas à praia. Nesse sentido, um dos pescadores relatou em detalhes sobre essa situação da pesca da sardinha que ele associa a alguns fatores:

“Eu pesco todo dia. Pesco o dia inteiro. Pesco de *gozeira*. Tenho rede 35, tenho *caiqueira*, tenho a rede 50, tenho *pescadeira*, tenho tarrafa. Meu trabalho é esse: pescar. Pego gó, pego bandeirada, pego peixe-pedra. Temos o birrete, tem o café-amargo, temos a corvina, a pescada, tralhoto que é mais fácil de pegar. A sardinha, que é a principal isca dos peixes, é presa fácil dos pescadores. Hoje é o peixe mais valorizado, mais perseguido no momento. Essa também é uma preocupação pra nós” (Zeca, 54 anos).

Os pescadores locais têm uma percepção muito clara sobre a situação limite que alcançaram os estoques das principais espécies capturadas para comercialização e dos fatores que causaram esta escassez. A pressão sobre uma espécie como a sardinha, faz com que não haja tempo para que os cardumes alcancem a fase adulta.

“Esse ano não tivemos safra por causa da pesca [predatória] da sardinha. Muitos pescadores se queixam da pesca da sardinha, muitos são *mordidos*<sup>29</sup>, invocados porque não tem marreteiro pra todos os pescadores e a principal isca tá ameaçada, tá sendo caçada em excesso. Toneladas e toneladas todo dia sai do porto. Ela é presa fácil, é um peixe muito fácil de pegar. No momento tem muito e quando ela vem, ela vem pra desovar. Ela é caçada em excesso, ela não desova. As que se salvam vão embora. Esse ano nós não tivemos safra. Quando ela vem novamente, é uma surpresa, é miudinha, pulando. É muito peixe em cima. Ou melhor, *era*. Esse ano nós não tivemos esse privilégio de vê-las, né. Porque nós não tivemos safra, falta de peixe” (Zeca, 54 anos).

Este problema é acentuado pelo fato de os pescadores não possuírem infraestrutura para armazenar a produção ou para transportar o peixe até os mercados

---

<sup>29</sup> Enraivecidos, chateados.

consumidores. Além disso, dependerem dos intermediários, os *marreteiros*, os quais, por sua vez, também tem capacidade limitada de absorver a produção. Então quando há uma oferta maior do que a capacidade de compra dos *marreteiros*, às vezes o peixe não é vendido e acaba estragando. Outro problema relacionado à comercialização diz respeito ao pagamento da produção que é vendida aos *marreteiros* que não pagam ao receber a produção.

“Então, não temos marreteiro pra todos os pescadores. É muito pescador de sardinha e pouco comprador. Quando o barco vem, o excesso de barco grande, vem comprar no porto, muitos vão pegar e às vezes se estraga na beira e eles jogam fora porque não tem marreteiro suficiente. Então muitos ficam reclamando. Houve até um ano, o ano retrasado, 3 anos atrás [2019], que tocaram fogo na lancha de um marreteiro, cheio de sardineira. Quando foi de noite, era um fogarel na lancha do cara. Tudo por causa da sardinha. Muitos se revoltaram, venderam suas redes, dizendo que não iam mais pescar sardinha. Muitos colocavam 2 reais [o quilo] na sardinha, aí já vinha outro na frente e já oferecia 1 real a sardinha. Isso causou uma confusão.

Eu larguei de pegar sardinha por causa disso: demoravam muito a pagar a gente e depois começaram a escolher de quem iam comprar. Eles compram e despacham pras barcas grandes. As barcas estão tudo lá dentro, tá cheio de barca lá no Porto. Cada barca enorme, barca que pega 20 toneladas de sardinha. É de pesca industrial, espinheira, que é só pro Norte. Todo tipo de peixe” (Zeca, 54 anos).

“Vem muita gente comprar a sardinha de carro, aí uns vem de carro, outros vem de barco, aí as pessoas já trazem a sardinha lá da beirada, onde vende pra eles, aí já abastece e vão embora. Aí os barcos vêm por aqui e já deixa lá na beira mesmo. A sardinha chegou, entregou aí pros caras que compram, aí já passa pros barcos, outros já passa pros carros, é assim” (Antonio, 66 anos).

Estudo realizado por Lutz *et al* (2016) para analisar a variação do volume da produção pesqueira dessa região considerando fatores tecnológicos e ambientais, a partir de dados dos desembarques realizados na Vila dos Pescadores, identificou uma cadeia de intermediação que compõe a atividade de comercialização do pescado:

Os desembarques pesqueiros [...] envolvem uma grande quantidade de atores sociais como o pescador, patrão de pesca (o que normalmente financia a pescaria), o marreteiro (atravessador), o caminhoneiro e o consumidor final, culminando num arranjo complexo de interações comerciais e sociais ainda carentes de informações (Braga, Espírito Santo, Silva, Giarrizzo & Castro, 2006 *apud* Lutz *et al* 2016:127).

Portanto, trata-se de uma grande cadeia de intermediação com relações complexas envolvendo pescadores locais que, ao final, tem grande repercussão no tipo de pesca que é realizada nesta região. Os pescadores sentem os efeitos desta pesca predatória e estão cientes de que a situação alcançou um ponto limite e que é preciso pensar alternativas para reverter essa situação.

Considerando-se que já foi implementado um sistema de gestão da pesca visando alcançar a sustentabilidade dessa atividade, em especial a pesca da sardinha que é a espécie que está na ponta mais frágil da cadeia alimentar, torna-se necessário pensar em estratégias para que as regras que foram elaboradas envolvam pescadores e pescadoras locais e órgãos ambientais, como o ICMBIO.

“Muitos pescadores são contra a pesca predatória da sardinha. O ICMBIO veio aí e deu ordem pra que os pescadores pescassem apenas com 400 metros de rede. Só que o ICMBIO se afasta e eles [pescadores] enchem a canoa e vão com 1.500 metros. Quando chegam, o barco tá tudo cheio, chega tá branco em cima. Aí, os barcos [maiores] vêm comprar também, né, porque a empresa é rica. Eles mesmo, os donos de barco, alegam que o ICMBIO não é nada e que eles podem comprar o ICMBIO, o IBAMA, porque a empresa é rica. Aí todo mundo se cala, já que o ICMBIO não faz nada, colocar essa leizinha... Eu chamo de lei mixuruca, porque como pescador eu vejo que isso tá errado. Então é difícil, é difícil. O pescador não pode fazer nada, apenas se calar e ver o que tá acontecendo com a nossa principal isca. Ela tá ameaçada. Se esse peixinho desaparecer o que será do pescador? Na minha opinião, a gente tem que preservar esse peixe, é uma pesca que deveria ser proibida por causa disso. Se não tiver safra pra nós [da sardinha], o pescador passa sufoco. Teve um ano que nós esperemos a sardinha nova e ela chegou já grande. E não tinha peixe. O pescador passava o maior sufoco nessa praia” (Pescador I)<sup>30</sup>.

Em contrapartida, há aqueles que defendem a continuidade da pesca da sardinha por ser uma pesca que gera renda em épocas em que a pesca de outras espécies está difícil devido à escassez do recurso.

“Agora [outubro de 2021] a gente tá pegando sardinha. Aí, quer dizer, que é bom por uma parte, porque por uma parte o peixe tá ruim, mas aí entrou a safra da sardinha, quer dizer que é bom pra pessoa. Aí por uma parte é bom. E quando não desce nada, se não desse nada. Aí, quer dizer, se não tinha o peixe, [e se] não tinha a Sardinha, aí era ruim. Mas graças a Deus, se não tem a safra do peixe, mas tem a safra da Sardinha, aí, quer dizer, é aonde a pessoa pode sobreviver” (Antonio, 66 anos).

Nesse sentido, percebe-se que há um conflito entre aqueles que não querem mais a pesca da sardinha, mas que já são pescadores aposentados e que vivem também da sua aposentadoria, e aqueles que pescam a sardinha para comercializar e contribuir com a renda familiar. Compreende-se que a comercialização dessa espécie é utilizada para suprir a falta de safra de outras espécies, contudo, a sua captura pode ser uma das razões dessa mesma diminuição.

Importa esclarecer que a comercialização de tal espécie dificilmente é feita para consumo próprio e a maioria dos compradores são do centro urbano de Bragança ou de outras regiões que mantêm a captura da sardinha proibida.

---

<sup>30</sup> A identidade desse pescador foi ocultada como forma de proteção por conter falas que podem ser mal interpretadas pelos órgãos gestores da RESEX.

Essa Sardina, eles não vendem nem aqui, é pra Bragança. São pescador de espinhel desses barcos grande [pesca industrial]; ou é pra Boa Vista, Pirabas, Vigia. Tudo pra levar [e usar] essa sardina como isca (Domingos, 73 anos).

Salinas não tem *pegação* de sardinha, Pirabas não tem que é proibido. Augusto Corrêa não tem porque queimaram a rede todinha dos pescadores de sardinha [...] Só tá tendo em Bragança porque eu to vendo a necessidade [dos pescadores] (Lázaro, 64 anos).

Compreende-se que muitos pescadores são influenciados a intensificar a pesca da sardinha por atravessadores e empresas de pesca de Bragança que oferecem maior financiamento e retorno financeiro àqueles que obtiverem melhores resultados na produção da sardinha, gerando, por vezes, conflitos na relação entre os pescadores e pescadoras da comunidade e com alguns atravessadores, como relatado por Seu Zeca, anteriormente.

Em contrapartida, a pesca da sardinha é também uma alternativa de renda diante da dificuldade de realizar a pesca de outras espécies, causada, principalmente, pela concorrência com pescadores de outras regiões cuja atuação está relacionada à escassez de pescado e configura uma situação de competição que dificulta a subsistência de alguns moradores. Esse é um dos motivos pelo qual a pesca dessa espécie ainda é permitida na localidade.

## CAPÍTULO II – *KIAL*: UMA CATEGORIA ÊMICA.

Antes de adentrar na descrição do que, de fato, pode ser compreendido como *kial* é necessário esclarecer que as informações obtidas sobre essa categoria tomaram forma a partir de conversas com os membros da comunidade. Não há, portanto, nenhum texto publicado até o presente momento que fale sobre essa categoria especificamente com tal nomenclatura. Por isso, decidi considerá-la como uma categoria êmica, sendo sua conceituação estabelecida muito mais pelos próprios indivíduos do grupo do que por teorias antropológicas ou pelas minhas observações. Contudo, por ser uma prática que se estabelece como uma instituição da comunidade, algumas dessas teorias podem ajudar em sua compreensão.

O *kial* é uma prática social que se caracteriza pelo ato de pedir (e receber) peixes na beira dos portos da Vila dos Pescadores (e Vila do Bonifácio) no momento do desembarque, realizada por membros da comunidade em geral. Uma das explicações mais objetivas sobre essa prática foi dada pela Gleice em uma de nossas conversas:

“*Kial* é o peixe ganhado na beira do porto” (Gleice, 30 anos).

Fazer *kial* é pedir e ganhar o peixe sem dar nada em troca por isso, ou recebê-lo de algum pescador em retribuição a determinada ajuda no processo do desembarque, seja ajudando a retirar os apetrechos de pesca de dentro do barco ou a colocar o pescado nas caixas para levá-los aos veículos dos atravessadores ou em qualquer dessas atividades que ocorrem na chegada dos pescadores aos portos (Figura 29). Assim, quando se ouve alguém falar que o peixe é de *kial*, podemos compreender que aquele pescado foi ganhado/adquirido através desses processos, sem que seja pescado pela pessoa que o recebeu ou comprado.

Na fala do Sr. Lázaro, a explicação é a seguinte:

“Aqui, não vou dizer que vou pedir um peixe, eu digo ‘me dá um *kial*?’. O significado do *kial* é que você não paga nada. Como se fosse uma barganha” (Lázaro, 64 anos).

Seu Lázaro conta que a história do surgimento desse nome veio de um antigo morador da comunidade chamado Antonio Martins, conhecido pelo apelido de “Passarico”. Antigamente, as pessoas que pediam o peixe, eram chamados de “vassoureiros”, fazer “vassoura”, era o que a comunidade entende atualmente como fazer *kial*.

“*Kial* era quando tinha as pescarias de zangaria, e quando as pessoas iam pra zangaria, pro lanço de zangaria, tinham as pessoas que não participavam da turma da pescaria da zangaria e iam ‘vassourar’ peixe, ia fazer ‘vassoura’,

diziam ‘vassourar’. E aí, foi criado esse nome de *kial* por um senhor que era encarregado de uma turma de zangaria. O nome dele é Augusto Martins, mais conhecido por ‘Passarico’. Então, esse *kial* foi inventado por ele. Quando os ‘vassoueiros’ chegavam lá, que eles estavam despescando, colhendo o peixe da zangaria, aí ele gritava ‘*kiiaaalll*’. Não era mais ‘vassoueiro’, eles já estavam fazendo *kial*. Então esse nome foi criado por pescadores, essa barganha. E a origem saiu desse senhor. E ficou esse nome de *kial* aqui pra gente. Então como não se trata mais de ‘vassoueiro’, é ‘*kialzeiro*’, quando a pessoa vai fazer *kial* chama-se ‘*kialzeiro*’” (Lázaro, 64 anos).



Figura 29 – Sr. Lázaro (abaixado) ajudando no desembarque do peixe de seu genro, enquanto o carro do atravessador aguarda ao lado. Fonte: a autora 2021.

Por diversos momentos, me perguntei o porquê de pescadores doarem parte de seu pescado para os que pedem se poderiam vendê-lo a fim de obter maior retorno financeiro. No trabalho de Maneschky (1993) é possível ter uma compreensão para tal questionamento. A autora explica que os pescadores, no momento da despesca, contavam com a colaboração, além da família, de demais membros da comunidade onde, ao final do processo, além da divisão do lucro, também era feita a partilha de uma parte dos peixes para contribuir na alimentação daqueles que estavam doentes, com dificuldades financeira, ou que não podiam ir pescar por falta de alguns dos meios de produção; ou até mesmo quando o rendimento na pesca de alguns deles não era bom.

Essa situação pode ser compreendida como uma ajuda mútua entre os indivíduos do grupo e se estabelece a partir de relações de parentesco e/ou de amizade (ibid:123) no qual ainda hoje se faz presente na comunidade, e onde há uma responsabilidade moral/social que perpassa pelo sentimento de solidariedade com aqueles que, por motivos pessoais, não podem exercer a atividade, criando relações de reciprocidade a partir de práticas (como o *kial*) que não foram “totalmente suplantadas pelas relações mercantis” (Nascimento e Denardin 2017: 01).

Por mais que Maneschy não fale especificamente do *kial*, a doação de peixes citada por ela pode ser entendida como prática fundante dessa categoria êmica. Outros relatos explicam o “fazer *kial*” a partir da perspectiva da troca. Contudo, desde já, se faz necessário esclarecer que a maneira como o *kial* é explicado pelos interlocutores/as está muito além da lógica da troca, que poderia ser entendida como a simples “permuta de objetos” (2011:30).

“Tem umas *kialzeiras* [mulher que faz *kial*], que já tem uma ideia e dão fruta, fazem suco, **tipo uma troca**. Levam alguma coisa, beiju, farinha, essas coisas, e recebem o peixe” (Sadrak, 29 anos – grifo meu).

“Quando era o período que eles estavam lavando o barco, essas coisas, o D. [marido] vinha, ajudava, trazia a rede [malhadeira] pra eles. Ajudava de alguma forma. Trazia suco, isso e aquilo outro. Então, quando chegava da pescaria, o peixe do D. tava garantido. Ganhava era caixada assim de peixe. Aí deixava em casa, dava pros pais dele. Se ele quisesse, ele vendia. Só que ele nunca foi de vender, então ele dava mesmo. Mas assim, **era uma via de troca**, sabe. Tem gente que vem *de fora* nesse período da safra mesmo. Quando a gente teve a safra mesmo [a safra em abundância], vinha gente de fora trazer manga, que tu encontra lá na cidade. Eles traziam caixadas e davam pra eles” (Gleice, 30 anos – grifo meu).

Percebe-se que fazer *kial* não é apenas “pedir o peixe”, mas há uma relação de troca contida nessa prática, onde aquele que pede leva algo para retribuir aos pescadores que doam, ou realizam a troca a partir de algum tipo de ajuda (exemplificado no segundo parágrafo desse capítulo). Assim, como explica Gleice “isso já não deixa a pessoa se sentir envergonhada de estar ganhando o peixe. Ou seja, é uma ajuda mútua” (Gleice, 30 anos).

Eric Sabourin (2011) esclarece que a ajuda mútua se difere da simples relação de troca, pois implica “laços sociais, sentimentais e simbólicos”. Na comunidade, a doação de peixes se faz, principalmente, para aqueles que estão mais necessitados. De forma subjacente, o pescador que doa entende que todos estão sujeitos a enfrentarem dificuldades em algum momento, inclusive ele, principalmente porque o acesso ao recurso pesqueiro é incerto, dependente de muitos fatores que fogem ao controle do/da pescador/a. A partir dessa lógica, ocorre a doação de peixes, e com isso, o *kial*.

“[...] A pessoa que dá, tem um bom senso, entende e dá o peixe pra pessoa, não vende” (Lázaro, 64 anos).

No relato acima, o laço sentimental exposto por Sabourin é entendido pelo que seu Lázaro chama de “bom senso” do pescador que doa, que entende a necessidade daquele que pede, e dá o peixe ao invés de vender. Nesse sentido, o *kial*, abarca tanto a ajuda mútua, a solidariedade quanto a lógica da troca sem, contudo, se limitar – ou ser explicado apenas – por ela.

Evandro Cardoso Nascimento e Valdir Frigo Denardin (2017) reafirmam: “o valor produzido na reciprocidade reside mais no ato que no resultado material, já o valor produzido na troca está no objeto” (ibid. 2017: 423). Assim, o *kial* trata-se de uma instituição social que está além da troca – ou que coexiste com ela – e que reafirma os valores, os preceitos, os ideais da vida em comunidade, reforçando a relação de reciprocidade dessa prática.

Um outro fator sobre essa categoria é que nem sempre o peixe do *kial* será destinado diretamente ao consumo doméstico e/ou familiar. Em determinados momentos, ele também é comercializado. Tanto Sadrak quanto Gleice explicaram que a finalidade do peixe ganhado depende de cada pessoa e de sua necessidade ou interesse, que não há uma regra:

“Fica a critério da pessoa. Pra quem tá sem renda, ele faz a venda e passa a ser o marreteiro. No último desembarque que fiz *kial*, tirei 170 reais. E nem foi uma quantidade grande, foi só um *kialzinho*” (Sadrak, 29 anos).

“Sem falar que quando tu pega o peixe aqui do pescador, já tem alguém ali na frente te esperando pra comprar. Por isso que tem os *kialzeiros*. Muitos *kialzeiros* levam pra casa, mas outros vivem disso, é uma renda. Quer ver ganhar dinheiro com *kial* é quando se dá [tem afinidade] com os barqueiros tudinho, né. Ganha dinheiro. Tipo, se tu é o barqueiro, a pessoa que te conhece chega e pergunta: ei, Adriana, me dá uma peixe aí? Aí tu vai lá, e não vai dar só 1 peixe, tu dá uma sacola. E uma sacola daquela média dá no mínimo uns 5 kg [de peixe]. Aí ele [o *kialzeiro*] já vai ali, vende e vai com outro [barqueiro] e pede: ei fulano, me dá um peixe aí? Aí o fulano também não dá só 1 peixe; e nisso eles vão vendendo e tirando um dinheiro” (Gleice, 30 anos).

Como se pode observar, alguns *kialzeiros* acabam tornando-se, temporariamente, atravessadores quando comercializam o peixe que recebem.<sup>31</sup> Sadrak também explica que essa maneira de fazer o *kial* a partir de uma relação de troca e para a comercialização é moderna. Antes, bastava pedir: “Esse que faz a troca é o *kialzeiro* moderno, porque antes eles só vinham pedir mesmo” (Sadrak, 29 anos). Gleice ratifica:

“Esse ‘*kialzeiro* moderno’ faz o *kial* que é pra vender. O antigo era só pra comida, pra boia mesmo. Eles chegavam e falavam: me dá o da boia aí?” (Gleice, 30 anos).

Essa situação de fazer o *kial* para comercializar reflete a dificuldade na atividade pesqueira a qual muitos moradores da comunidade enfrentam. A diminuição das safras de espécies mais rentáveis no mercado acaba por influenciar essa situação, principalmente

---

<sup>31</sup> Considerando que muitas vezes, os pescadores que dão o peixe não são os donos do barco e também não são os que financiam a pescaria, cheguei a questionar ao Sadrak se não havia problema para o pescador e/ou barqueiro doar esse peixe que em algumas situações seriam de outra pessoa. Mas ele explica que uma parte da pescaria pertence ao pescador, pois é fruto do seu trabalho, do seu esforço, mesmo que não seja ele quem financiou a produção ou o dono do barco. E que o peixe do *kial* é doado dessa parcela do pescador. Só não pode ser doado aquele peixe que já foi pesado, mas o restante, não há problema.

para os pescadores que pescam na beira, àqueles que não têm acesso ao mesmo nível de tecnologias pesqueira do pescador que trabalha nas embarcações maiores.

Maneschy (1993) chama a atenção para uma situação relatada por pescadores durante a sua pesquisa, quando estes afirmaram que antigamente havia uma abundância de peixes, no qual podiam ser capturados nas pescas realizadas em áreas próximas à *beira*. Além disso, havia “menos moradores, permitindo que entre eles fosse mais difundida a prática de doarem peixes como uma ajuda àqueles que não tinham, por alguma razão, arranjado o alimento” (ibid:61).

Em outro momento, Sadrak confessou que por estar desempregado, algumas vezes adotou a prática de fazer *kial* para suprir as dificuldades financeiras. Também afirmou que com a diminuição das safras isso tem se tornado comum a alguns moradores: “Tem pessoas que é praticamente uma profissão já, né, o *kial*” (Sadrak, 29 anos).

Acredito que essa prática de doação de peixes seja recorrente em comunidades e grupos pesqueiros artesanais, porém, com nomenclaturas diferentes. Na narrativa do Sr. Lázaro, observa-se que a doação de peixes ocorre em portos e litorais de outras comunidades pesqueiras do estado.

“Tem vários outros lugares que têm, que nem Vigia, que é ‘arroz’ que chamam, que é o mesmo sentido, não comprar, é pedir, fazer o ‘arroz’; pra Bagre tem outro nome (Lázaro, 64 anos).

Em entrevista ao Sr. Cariolano, um dos representantes da Colônia de Pescadores de Bragança (Z-17), ele relata que não conhece o termo *kial*, mas no porto da Feira Livre de Bragança, no centro urbano, usa-se o termo “cabrita”. Fazer “cabrita” seria pedir o peixe para o pescador que chega no porto, no momento do desembarque.

“O que eu escuto é a ‘cabrita’. O cara diz: ‘eu vou já fazer uma *cabrita* lá na beirada’. Chega lá, o cara dá o peixe e a gente diz: ‘ah, ele fez uma *cabrita*’. [...] Aqui na beirada [no porto de Bragança ao lado da Colônia] eles fazem isso. Chega lá no porto, pede o peixe, o cara dá. Pronto! Fez uma ‘cabrita’” (Cariolano, representante da Colônia de Pescadores Z-17).

Infere-se que a ajuda mútua, o compartilhamento dos recursos pesqueiros é recorrente em comunidades e grupos pesqueiros artesanais, onde a organização social ainda se mantém por relações de parentesco e/ou amizade e parceria, dentro de um contexto de reciprocidade. Maneschy (1993) considera que, na Vila dos Pescadores, “a ajuda mútua é também uma condição de reprodução social, o que os leva a determinadas práticas de colaboração que são essenciais a sua manutenção” (ibid:122).

A explicação sobre o *kial* se fez necessária por ser uma instituição da comunidade que se estabelece, principalmente, a partir da atividade pesqueira artesanal. Nesse sentido,

pode-se dizer que o “fazer *kial*” está relacionado com a pesca e depende dela para a sua continuidade. Contudo, segundo alguns pescadores e pescadoras, essa prática está sendo impactada devido a sobrepesca e a diminuição das safras. A lógica é: se não há recurso pesqueiro o suficiente para manter aquele que realiza a atividade, menos ainda haverá para aquele que pede o peixe. Ou seja, a doação é diminuída, influenciando na dinâmica organizacional do grupo – no qual terá que adotar outros meios de sobrevivência – e, por conseguinte, em elementos de sua tradição reforçando a hegemonia do mercado capitalista, como será visto no capítulo IV.

### **CAPÍTULO III: “[...] AGORA TEM ESSAS COISAS E NÃO TEM PEIXE” – IMPACTOS SOBRE A ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NA VILA DOS PESCADORES.**

Os povos e comunidades pesqueiras, diferente de outros grupos, possuem características próprias, pois seu território se estende para o mar. É dele que os indivíduos tiram seu sustento e o de sua família; é nele que algumas relações são firmadas e reafirmadas; é (também) nele que ocorrem conflitos, disputas e tensões. Além disso, possuem aspectos culturais e simbólicos próprios. Seu tempo de trabalho e rotina também são regidos pelo mar. Todos esses aspectos próprios das comunidades pesqueiras são afetados quando um deles sofre interferência.

Os estudos sobre as comunidades pesqueiras artesanais do litoral brasileiro citados na introdução deste trabalho mostram que alguns fatores de impacto sobre esses grupos vêm se repetindo ao longo dos anos. Em sua maioria, são eventos que se originam externos a essas comunidades e atuam com forte influência sobre elas, gerando uma reorganização social dos moradores locais para se adequar ou lidar com as injunções do processo de mudança, o que nem sempre é positivo.

A fala que nomeia o título dessa dissertação e parte do título desse capítulo é a narrativa de uma pescadora, já aposentada, Sra. Maria, no qual explicava sobre a abundância de peixe que existia na região antigamente, quando ela ainda pescava. No momento de nossa conversa, ela falava sobre as várias coisas que eles não possuíam naquela época e que tornavam o processo de produção mais trabalhoso e a rotina diária mais difícil. Contudo, havia uma maior piscosidade de determinadas espécies no estuário, como a Gó. Atualmente, eles possuem materiais que foram trazidos à comunidade tanto pela modernização das tecnologias pesqueiras, como pela maior inserção do mercado a comunidade e dos moradores ao centro urbano de Bragança pela construção da estrada. Essa situação os apresentou a outros meios que facilitaram a produção pesqueira e a vida pessoal (como itens para a casa exemplificados por Dona Maria no relato a seguir). No entanto, isso ocasionou uma forte concorrência pesqueira e impactou a piscosidade do estuário, dificultando as safras e interferindo na vida do pequeno pescador e na comercialização do pescado.

“Aí nessa pancada, nesse curral, era uma média de 7h, 8h a gente ia lá, dava uma redada dentro do curral, era 300 e poucos kg, mas era Gó, não era esses peixe desse tamaninho, era Gó que não escondia de jeito nenhum. Aí o que a gente fazia com aquela Gó? A gente levava logo pra Bragança, era marezada. Quando não, ia retalhar: retalhava todinho, lavava, salgava...; esses paus dessa

casa, telha, essas coisas foi tudo de levantar curral que dava muito peixe. Era peixe. A gente vendia em arroba, era 15 kg uma arroba a gente chamava, vendia barato. Nesse tempo era muita fartura e não tinha nada: não tinha um guarda roupa, não tinha uma cama, não tinha nada. Na verdade, o guarda louça era um paneiro, que eu fui criada assim. Hoje em dia não. Hoje em dia tem guarda-roupa, tem cama, tem televisão, mas... [mas não tem peixe]" (Maria, 65 anos)

Em comunidades pesqueiras do sul e sudeste do Brasil observa-se, a partir dos textos de Furtado (1981) e Diegues (1983), que as tecnologias pesqueiras foram as primeiras a sofrerem mudanças pelo plano de modernização do cenário pesqueiro brasileiro, resultado dos incentivos fiscais a partir de 1970. Isso repercutiu em outras regiões brasileiras, como mostra as pesquisas de Furtado (1987) em Marudá e de Maneschy (1993) em Bragança, com ênfase na Vila dos Pescadores.

Ambos os estudos revelam as mudanças no contexto sociocultural e econômico da atividade pesqueira, o resultado da expansão das tecnologias de pesca e da malha rodoviária, o avanço do turismo e a injunções desse cenário de mudanças sobre a organização social dos grupos pesqueiros artesanais do litoral do Pará.

Um propulsor dessas mudanças foi a “expansão do sistema rodoviário” que interligava a capital do estado às demais regiões do sul e sudeste, e a melhoria das rodovias estaduais (Maneschy 1993:39), no qual tiveram forte influência na transformação da atividade pesqueira artesanal.

Com a facilidade de acesso de outros municípios ao litoral bragantino, houve um aumento da inserção das tecnologias pesqueiras na região e, por sua vez, da quantidade de pescadores e empresas de pesca que desejavam investir na produção de pescado do município. “Ampliava-se, assim, a demanda, face a possibilidade de atender mais rapidamente ao mercado de Belém e de outros centros urbanos em crescimento” (ibis:40).

De acordo com a autora, as mudanças que afetaram a vida dos/as moradores/as da Vila dos Pescadores estão associadas, em grande parte, à construção da rodovia PA 458 nos anos 1980 como parte de um projeto do governo do Estado para incentivar a atividade turística na região, e aos incentivos fiscais, que além do centro sul do país, se estenderam para a região norte, dando subsídios para empresas de pesca atuarem na região.

O projeto da Rodovia PA 458 teve como fulcro inicial o fechamento da estrada de ferro Belém-Bragança, resultando em uma crise econômica no município bragantino (Oliveira e Henrique 2018). O Governo do Estado, a fim de alavancar a economia de Bragança, optou pela construção de uma Rodovia que interligasse o litoral aos centros

urbanos do município e da capital, com o objetivo de impulsionar a atividade turística pela facilidade no acesso à praia de Ajuruteua.

A construção da rodovia iniciou em 1973 e foi finalizada somente em 1991, ano de sua inauguração oficial. Com a facilidade e rapidez do acesso via terrestre em comparação ao fluvial, houve um aumento do fluxo de turistas para o litoral bragantino, provocando uma interação mais frequente entre moradores e visitantes (vindos do centro de Bragança, da capital e de outras localidades), e fazendo surgir novos interesses e necessidades nos sujeitos endógenos, em questões de saúde, educação, vestimentas, etc. (Maneschy 1993; Oliveira e Henrique 2018).

### 3.1 A sobrepesca

Um dos principais fatores de mudança após a construção da rodovia sobre a pesca artesanal, conforme as narrativas locais, foi o aumento da concorrência pesqueira, seja por pescadores artesanais de localidades próximas e/ou pela frota industrial, que já contava com a modernização e a diminuição e/ou isenção dos impostos do setor pesqueiro no país e no estado. Atrelado a isto, também houve uma crescente inserção de agentes sociais da produção pesqueira, a exemplo do atravessador (marreteiro). Maneschy cita que esses fatores “acarretaram em grande intensidade de pescarias no litoral” bragantino (Maneschy, 1993:44).

Essa intensificação da atividade na região é definida pelos pescadores e pescadoras locais como “sobrepesca”, que se refere tanto ao aumento de pescadores no local como à captura excessiva dos estoques pesqueiros, influenciando nas safras de determinadas espécies.

Eu considero, assim, os fatores mais relevantes nesse sentido, a queda mesmo da produção normal, **devido a muitos pescadores, muitos barcos de pesca, que a gente chama de sobrepesca, né. A captura acima do sustentável.** E isso vem acontecendo ao longo de todos esses anos anteriores e tá refletindo cada vez mais nos outros anos” (Elder, 37 anos).

A sobrepesca se destaca nas narrativas dos interlocutores/as como um dos principais fatores que impactam a piscosidade do estuário, resultando na diminuição das safras. Para alguns, como o Sr. Manoel, a construção da PA 458 teve grande influência sobre essa situação. Conforme seu relato, anteriormente, havia maior abundância de pescado e não precisava lançar a rede várias vezes para capturar o peixe. Atualmente, contudo, com a rodovia há maior concorrência e, por conseguinte, menor piscosidade.

“Eu fui pescar mais um sobrinho meu, nós demos 3 lances de rede, a canoa quase não aguenta de Tainha. Acho que tá com uns 25 anos. Nessa época tinha muito peixe. Agora não. Agora pra matar um peixe desse tá meio difícil, mas muito. Porque nessa época era diferente. Depois que abriu essa estrada pra cá pra Ajuruteua, aí o peixe diminuiu pra nós aqui dentro rio [estuário]. Por causa que é muita gente que pega nessas cabeceira dali dos outros rios, até esse mesmo nosso aqui.

Na época que não tinha essa estrada, aí não vinha essa quantidade de gente. Aí aparece gente de tudo quanto é canto” (Manoel, 62 anos).

Ele também explica que antes a frequência com que ia pescar era menor, pois em apenas uma ida ao mar obtinha um alto volume de pescado, diferente do contexto atual, onde precisa ir, em média, duas vezes ao dia para obter resultados satisfatórios.

“Eu não pescava mais, pescava menos. Porque nessa época dava mais peixe, né. E agora não, agora dá menos. Pra arrumar 20 kg de peixe, 30 kg tem que dá umas duas viagens” (Manoel, 62 anos).

Conforme Diegues (1983), a sobrepesca veio a se tornar uma difícil realidade para o litoral sul do Brasil, principalmente entre o findar da década de 1960 e início de 70, onde a exploração do camarão por empresas pesqueiras foi altíssima devido ao seu alto valor mercadológico. As empresas pesqueiras o exploraram, com a contribuição da modernização dos instrumentos de pesca, sem nenhuma preocupação com a diminuição dos estoques. Segundo o autor, a captura do camarão foi tão intensa que os estoques diminuíram significativamente, obrigando algumas dessas empresas a migrarem para outras regiões, como o Norte e Nordeste (principalmente).

No relato da pescadora Dayana, há cerca de 10 anos o cenário da pesca local começou a mudar e a ficar mais difícil devido ao aumento da quantidade de embarcações na região que interferem, especialmente, na produção de quem não atua na pesca embarcada, como ela, que realiza a pesca de curral e com *rede de cerco* – a espécie Pratiqueira (*Mugil curema*), também chamada de Caíca.

“Uns 10 anos pra cá começou a mudar. Porque de primeira, não tinha tanta embarcação como tem agora. É espinheleiro, é gozeira, é serreira, é pescadeiro, arrastão... tudo. E de primeiro não. Era pouco, e todos que iam dava bacana, não vinham na sola [sem nada ou com poucos peixes]. Agora, se a gente for nós tudinho, nem todos pegam” (Dayana, 30 anos).

O Sr. Lázaro enfatiza ao relatar que antes da estrada a piscosidade no estuário era maior e com menor concorrência. Ele também cita a criação de vários instrumentos de pesca (que anteriormente não existiam ou não eram utilizados na região) como fator de impacto a piscosidade da área.

Pergunta: E antes da estrada era mais fácil a pesca?

“Era, como o pessoal diz, mais farto, porque não tinha esse monte de embarcação, a demanda era menos, né. Tudo era mais fácil, tinha muito peixe.

E agora, já não tem mais o peixe pra pegar, eles já estão pegando a comida do peixe [sardinha] pra se manter”.

Pergunta: Mas tudo isso mudou por causa da estrada?

“Não, não, é por causa da demanda da pesca é muito forte, principalmente aqui no Norte, né. Aí tem tudo quanto é tipo de material de pesca. Cada material é pra devorar uma espécie de peixe. Olha, que nem a pescaria do espinhel, que eles pegam, eles levam a isca, eles pegam a Gurijuba, eles pegam a Corvina, eles pegam a Urutinga, eles pegam a Pescada, eles pegam o Cação, e assim por diante. Um tipo de material de pesca, que é o espinhel. Aí vem o Pargo, agora já inventaram de pescar Pargo de espinhel, e era só de munzuá”.

Em outro momento, ele novamente comenta a sobrepesca e o aumento dos materiais de pesca.

[...] De 10 anos atrás pra cá, tinha muito pouco os utensílios de pesca, os materiais de pesca, eram poucos. Agora tem muito, é de todo jeito. Vai começar pelo pargo, né. De primeiro, o pargo ele era pescado manual. Agora não. Agora o pargo ele é pescado de 3 tipos: é de munzuá, é de espinhel e é manual também. Então, o espinhel não existia pra pescar o pargo, hoje em dia já existe. Então isso aí vai impactar muito aqui. Cada tecnologia que eles vão inventando, que o ser humano inventa, aí vai se tornando mais difícil. Porque quando eu pescava, ninguém tinha navegador, nós não tinha bússola, a gente não tinha rastreador na nossa embarcação [...]. Hoje em dia, não. Tem navegador, tem rastreador [...]. E vai diminuir, cada vez mais que eles vão inventando a tecnologia, inventando aparelho sofisticado pra atrair o peixe, pra saber aonde tá o peixe, aí é claro que vai diminuir. Então, como diz os antigos: de onde se tira que não se bota só espera acabar” (Lázaro, 64 anos).

Observa-se que a sobrepesca na região é relativa à variedade de materiais de pesca que foram surgindo a partir dos investimentos tecnológicos que objetivam o aumento na produção. Com a modernização do setor pesqueiro, é possível capturar várias espécies com apenas um tipo de material, ou como veremos no relato a seguir, chegar a locais mais distantes do que era possível anteriormente, fatores que refletem, sobretudo, na produção do pequeno pescador, que utiliza recursos e materiais com capacidade reduzida de captura se comparados a da frota comercial e/ou industrial.

“Quando eu comecei a participar com meu pai, quando eu entendi ver ele pescando, acho que, se tinha um ou dois barcos motorizados, eram muito. Todos eram canoa a vela e a remo. E quando chegava, por exemplo, a época da safra da Gó, mês de abril, maio e junho, eles pescavam 3, 4 dias na maré de quarto, né, que a gente chama, maré de lança. E o resto da maré a gente não pescava. Aqueles 3, 4 dias era suficiente pra manter a pescaria, ganhar o sustento. [Vender e também consumir?] Isso, isso. Era, vamos dizer assim, era mais ou menos equilibrado o trabalho da pescaria. **Com a chegada das embarcações motorizadas e conseqüentemente do aumento do tamanho de rede e do material de pesca**, e essa pescaria se constituindo um pouquinho mais fora [mais distante da costa], **aí a gente já começou a perceber a diminuição da produção**” (Elder, 37 anos).

Nas narrativas acima é unânime o impacto da concorrência pesqueira e do aumento dos materiais de pesca sobre a diminuição das safras. A safra da Gó, exemplificada pelo Elder, mais uma vez é citada como espécie que sofreu com as

mudanças desse cenário. Além disso, compreende-se que esse “equilíbrio” citado por ele demonstra que a produção era o suficiente tanto para o consumo quanto para a comercialização, diferente da realidade atual que obriga alguns pescadores e pescadoras a passarem mais tempo pescando para alcançarem o retorno financeiro necessário ou a buscarem meios alternativos para contribuir com a renda familiar.

Essa situação de sobrepesca mencionado pelos interlocutores/as se assemelham a outras regiões do litoral brasileiro. No município de Arez, estado do Rio Grande do Norte (RN), os pescadores e marisqueiras das comunidades de Patané e Camocim relataram que a diminuição dos recursos pesqueiros na região era relativa ao aumento do número de pescadores (Silva e Miller 2019). No município de São José do Norte, Rio Grande do Sul (RS), pescadores artesanais embarcados das comunidades pesqueiras do litoral foram compelidos “a permanecer mais tempo no mar” devido à escassez dos recursos pesqueiros, resultado da concorrência com a pesca predatória na região (Adomilli 2009: 100).

Outro fator de impacto advindo das inovações tecnológicas é a fauna acompanhante capturada por materiais da pesca predatória. Ou seja, nos arrastões, utilizado por grandes embarcações para a captura de camarão, também leva outras espécies que posteriormente serão descartadas por não terem grande valor no mercado. Esse fator impacta a pesca do pescador que depende exatamente dessa fauna acompanhante para a sua subsistência.

“Os arrastões daquelas grandes empresas de Belém, a Pina, SeaPesca, a Primar, eles arrastam, né. Aí eles pegam camarão e a Gó graúda e algum peixe que eles aproveitam, o miúdo eles jogam fora. Quer dizer, quem perde nisso é a classe média baixa, porque não tem recurso. Tipo assim, 40 toneladas, eles vão arrastar, mata o peixe, o camarão rosa eles trazem e aproveita. Quer dizer, eles tão acabando, eles tão devastando com a pesca. Aí não vem, porque a reprodução da Gó é pra lá pro Amazonas, pro Norte, tem água salobra onde a Gó se reproduz, aí eles vão arrastar o peixe e não vem pra cá. Vai faltar pra cá” (Lázaro 64 anos).

“O arrastão não tem aquela meta deles vim com tudo e arrastar e levar. Peixe de todo tamanho vai. Aí eles vendem mais o grande do que o pequeno, que como realmente eles diziam: ‘ah, a gente pega essas gózinhas que dá aqui no curral e a gente bota tudo fora’. Então faz falta pra gente que o que a gente pega é essas gózinha no curral. Aí pra criar, pra dar de novo, num dá, porque já morreu” (Dayana, 30 anos).

John Cordell (2001), em seu estudo no litoral da Bahia, menciona que os recursos pesqueiros locais foram impactados, dentre outros fatores, em sua maioria, pelo crescimento da atividade da pesca de caráter industrial na região, realizada a partir de técnicas consideradas predatórias.

Esses arrastos de camarões competem com os territórios e equipamentos de pesca artesanais, frequentemente causando danos irreparáveis a esses últimos, particularmente na época de reprodução das espécies, durante as quais pescadores artesanais e indústrias competem pelo mesmo espaço de trabalho (Cordell 2001:12).

Ainda segundo o autor, um dos propulsores para o aumento desse fluxo pesqueiro foi a modernização dos instrumentos de pesca juntamente com a facilidade de acesso ao litoral, impulsionado pela construção de estradas que o interligavam à capital, Salvador, e à região Sul do país (ibid.).

As inovações tecnológicas adotadas, sobretudo, pelas embarcações artesanais/comerciais com maior poder de captura, foram menções frequentes nas conversas com os moradores da Vila. Dentre elas além do arrastão, outra técnica de pesca considerada predatória, mas que se mantém em uso, é a rede apoitada. Em entrevista à Colônia de Pescadores de Bragança, o Sr. Cariolano destaca que a invenção e a grande utilização da rede apoitada levou muitos pescadores locais a adotarem essa técnica por não terem condições de concorrer com ela a partir de outros meios.

Porque os maranhenses, os cearenses inventaram uma pescaria. Como é a pescaria? É a rede apoitada. Então assim, quando esse pessoal [com rede apoitada] invadiu essa área aqui, que o IBAMA não tomou nenhuma providência, então eles tiveram que fazer também. E é o que eles fazem. Aqueles que podem fazer isso, fazem” (Cariolano, Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

Outro interlocutor a considerar esse método de pesca como contribuinte a diminuição das safras foi Elder, técnico da Secretaria de Pesca de Bragança, morador da comunidade e pescador. Para ele, a rede apoitada não permite que os peixes cheguem à região, sobretudo a Gó, considerada a principal captura dos currais e dos pescadores “*do canal*”.

“Mas também tem um outro fator que veio com esse incremento de tecnologia na pesca, que foi o seguinte: no início das embarcações motorizadas, não se pescava com uma técnica que a gente chama hoje, de rede apoitada, não sei se alguém lhe falou isso. Porque a rede, ela fica fixa no fundo através de âncoras. A cada duas planagens de rede eles colocam uma âncora. Então, quando eles lançam a rede na água ela fica fixa, uma barreira fixa. E isso, no nosso entendimento, isso causa muito impacto também. Até porque fica só esperando o peixe” (Elder, 37 anos).

Pergunta: E pega qualquer tipo de peixe?

Elder: “É, no caso, ela é específica para Gó, Peixe Pedra e Corvina, ou outras espécies, mas pega tudo, o que passar ali e der pra malhar, ela pega. E antes não. Antes a pesca era com a rede à deriva. A gente jogava a rede, a rede ia na vazante e voltava na enchente. E tirava. Agora não, ela fica fixa lá. Eles tiram, mas só que ela passa 3, 4 horas lá pescando direto. E todos os barcos pescam assim hoje. Aí você já imaginou quantas barreiras não tem?!”.

Todas essas narrativas demonstram que a sobrepesca é uma realidade enfrentada atualmente pelos pescadores artesanais da comunidade que impacta diretamente nas safras das espécies consideradas mais rentáveis para o pequeno pescador. Por mais que haja outras espécies bastante valorizadas no mercado, como o Pargo e a Pescada Amarela, para o pescador e pescadora que realizam a atividade dentro do estuário, a Gó é a espécie que se sobressai, seja na captura pelas redes de emalhe, seja pelos currais de pesca. A safra dessa espécie, no entanto, tem sofrido diminuição devido às diversas técnicas de pesca existentes e a grande variedade de embarcações de pescadores na região.

Essa Gó que você vê aqui é tudo Gó de rede apoiada que vem de fora (Cariolano, Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

Essa situação parece influenciar não apenas na economia local, como interfere e modifica os aspectos socioculturais do grupo, a exemplo do *kial*, e pode ser considerada um propulsor para a extração da sardinha, com o propósito de suprir a necessidade do pescador que não obteve bom rendimento na época das demais safras. Em alguns casos de conflitos na pesca artesanal, as comunidades de pescadores buscam meios de proteger o seu território e conservar os locais de pesca, como é o caso da criação das RESEX Marinhas. Contudo, nem sempre a implementação dessa UC é o suficiente para resolver a dificuldade no cenário pesqueiro.

### **3.2 A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú e o seu papel para a pesca artesanal local.**

A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) no país, principalmente na região Amazônica, foi marcada por um cenário de diversos conflitos e mudanças no uso do território, frente ao interesse mercadológico de grandes empresários, fazendeiros, órgãos privados e públicos, ocasionando, conseqüentemente, transformações nos aspectos socioculturais, econômicos e ambientais da vida das comunidades que viviam e faziam uso desses espaços.

Manoela Carneiro da Cunha ressaltou que esse panorama conflituoso foi intensificado pela luta dos seringueiros no estado do Acre, na década de 1980, que buscavam direitos fundiários sobre parte da floresta amazônica frente as explorações que visavam lucrar com a comercialização da terra e do que ela oferecia, sem considerar as formas de organização social dos grupos que ali viviam (Cunha 2017). Ademais, vale destacar, essas situações decorreram da luta pelos direitos e territórios indígenas, a partir

da década de 1970, iniciando a uma série de reivindicações de outros grupos de minoria social.

Os conflitos dos seringalistas que atingiram níveis extremos de tensão como a morte do líder dos seringueiros, Chico Mendes em 1988, foram o fulcro inicial para a criação da primeira Reserva Extrativista no Brasil, a RESEX do Alto Juruá, no estado do Acre, em 1990.

Algumas situações de conflitos são passíveis de encetar e/ou estimular a união de determinados grupos que se veem ameaçados por injunções externas, mesmo que internamente estes mesmos grupos possuam divergências entre si, sendo passíveis de acarretar mudanças tanto no âmbito do grupo quanto nas articulações externas por parte do governo.

Reagindo à invasão de fazendeiros e especuladores que viam nas terras do Acre uma nova fronteira para enriquecimento fácil, criou-se a partir de 1977 uma rede de sindicatos rurais que, aliada à ação da Igreja, foi o canal da resistência dos seringueiros à expulsão e à destruição da floresta da qual tiravam seu sustento, para ceder espaço às pastagens e aos bois (Cunha 2017:274).

Um exemplo da mudança de articulação externa foi que, dez anos após instituir a RESEX do Ato Juruá, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), implementado pela Lei 9.985 de 2000 que “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” do país (SNUC, 2000). Por Unidade de Conservação entende-se:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC 2000).

Nesse contexto as RESEX estão inseridas dentro da categoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável onde objetiva: “[...] compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”; ou seja, permitir que as populações que fazem uso desse território e que construíram a partir dele o seu contexto histórico, formando sua identidade, cultura, modos de organização social, continuem a se reproduzir socialmente nesses locais e extraindo recursos para a sua subsistência, sem que haja uma exploração desordenada da natureza. No caso das RESEX Marinhas, esse uso se estende para os mares, rios, lagoas, estuários, etc. Uma concisa revisão sobre:

Como características gerais, as RESEX representam áreas de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas, são geridas por um Conselho Deliberativo, permitem o uso sustentável dos recursos naturais e a

implantação de estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e possuem Planos de Manejo onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, entre outros aspectos. Nesta categoria de unidade de conservação também é permitida a visitação pública e a realização de pesquisas científicas (Abdala, Saraiva e Wesley 2012:1).

Em 2007, ainda em busca da proteção e conservação do ambiente e proteção dos grupos pertencentes às várias categorias incluídas no termo “povos da floresta” – como assim eram chamados os grupos sociais que foram incluídos na atual categoria “povos e comunidades tradicionais” –, foi criado o Decreto 6.040, afim de contribuir com a Lei 9.985 de 2000. O referido decreto instituiu a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT” e menciona a categoria Povos e Comunidades tradicionais, no Inciso I do Art. 3º, como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040 de 2007).

Essas duas normas da legislação brasileira, em suma, possuem como principal objetivo estabelecer a conservação dos territórios e de seus respectivos usuários (SNUC 2000) e as formas de organização desses grupos, seja em âmbito social, cultural, econômico e ambiental (Decreto 6.040 de 2007).

A apresentação desse contexto de mudanças no âmbito das comunidades tradicionais é importante para compreender os grupos pesqueiros que se encontram, até certa medida, em situações semelhantes de injunções e impactos, levando a criação de uma nova categoria de RESEX, no qual também foi elaborada a partir de fatores que geram impactos e transformações nesses grupos, motivo pelo qual este trabalho foi elaborado.

As Reservas Extrativistas na categoria de RESEX Marinha ou REM surgiram como uma segunda categoria de RESEX, com o intuito de proteger não apenas as florestas e seus grupos sociais, mas parte dos territórios marinhos, de rios, mangues e estuários e os moradores e usuários desses espaços, com suas culturas, modos de organização social, políticas e economias próprias dos grupos que subsistem das águas da região.

A primeira dessa categoria foi a RESEX Marinha de Pirajubaé, situada em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Criada em 1992 pelo Decreto Nº 533, foi também a primeira instituída fora da região Amazônica (Ribas e Zuculoto 2012). No estado do Pará, de acordo com Nascimento e Nascimento (2020), a primeira Reserva Extrativista

Marinha surgiu a partir das reivindicações dos moradores do município de Soure, com foco nos pescadores e tiradores/catadores de caranguejo que estavam em conflito com usuários de outros municípios que utilizavam no território técnicas de pesca predatórias e ameaçavam o extrativismo local e a pesca artesanal. Assim, diante dessas reivindicações, em 2001, oficializou-se, pelo decreto s/nº de 22 de novembro do mesmo ano, a Reserva Extrativista Marinha de Soure, primeira desta categoria no estado.

A percepção dos pescadores artesanais e caranguejeiros frente as ameaças externas de exploração dos seus territórios, incluindo os projetos imobiliários e de desenvolvimento, a pesca industrial e/ou predatória e o turismo, e ainda pela criação da RESEX Marinha de Soure, motivou pescadores artesanais de outros municípios do Pará a buscarem legitimar os seus espaços de subsistência, resultando na criação dentre outras, da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu<sup>32</sup> (figura 30), na qual se insere a referida pesquisa – pelo decreto presidencial s/nº de 20 de maio de 2005.

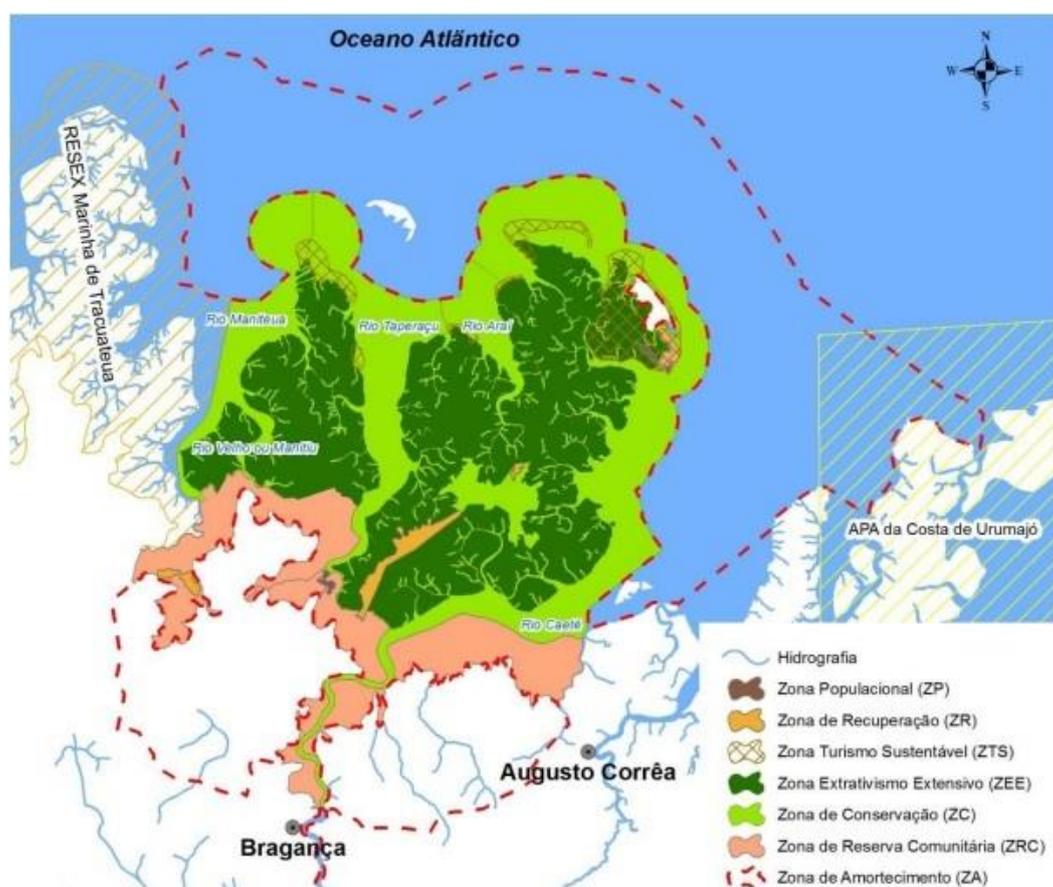


Figura 30 – Área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu. Fonte: Cartilha do Plano de Manejo da RESEX (Saraiva, Abdala e Wesley 2012:13).

<sup>32</sup> A criação da RESEX Mar de Caeté-Taperaçu, segundo Patrícia Silva (2018) contou com o apoio da Universidade Federal do Pará, que realizava pesquisas na localidade e buscava uma forma de proteger o território de manguezal da região, incentivando os moradores das comunidades locais a solicitarem a criação da UC.

A RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú criada em 2005, é resultado de ações coletivas promovidas por moradores/pescadores/extrativistas dessa região visando garantir o acesso ao território e aos recursos naturais, como o peixe e os caranguejos. Estes últimos também são fonte de subsistência para muitos moradores dessa região. A criação dessa Unidade de Conservação (UC) evidencia um processo de mudanças sociais, econômicas e ambientais que ocorreu nesta região desde os anos 1980 e que afetou a atividade pesqueira como um todo (Maneschy 1993; Oliveira e Henrique 2018).

Patrícia Silva (2018) destaca:

A necessidade de proteger seus territórios, tão ameaçados pelos processos crescentes da urbanização, de especulação imobiliária, de turismo e pelas pressões da pesca industrial, pode ter contribuído para o pescador artesanal buscar na Reserva Extrativista Marinha uma modalidade de proteção socioambiental, que assegure seus direitos históricos de acesso ao mar e aos recursos pesqueiros numa relação de equilíbrio com os ecossistemas com os quais convive (Silva 2018:posição 485 de 2458).

Na citação de Patrícia Silva destacam-se como fatores de modificação de comunidades pesqueiras o turismo, a especulação imobiliária e a pesca industrial. Este último com ênfase nas comunidades pesqueiras. Nascimento e Nascimento (2020) mencionaram a pesca predatória como um fator que contribuiu para a criação da RESEX de Soure, enquanto o turismo e a especulação imobiliária estão fortemente ligados no que se refere às regiões litorâneas do Brasil, devido ser uma das principais opções de lazer por seus atrativos naturais (como a praia/o mar) e pelo alto valor comercial da terra no mercado imobiliário.

Observou-se que tanto no contexto da criação das Reservas Extrativistas quanto das UC e das RESEX Mar, estão presentes diversas pressões e conflitos entre as comunidades usuárias desses territórios frente a um desenvolvimento estabelecido aos moldes da sociedade urbana e do sistema capitalista que vai de encontro aos saberes e lógicas organizacionais próprias desses grupos.

No caso das comunidades pesqueiras, esse cenário enseja mudanças nos grupos de pescadores que afetam as suas relações individuais, o seu tempo de trabalho e de lazer, a sua organização e reprodução social, engendrando novas formas de relacionamento e de produção da atividade pesqueira artesanal.

A própria criação das RESEX Marinhas faz parte desse processo de mudança, no qual é capaz de interferir na relação do pescador e pescadora artesanal com o seu ambiente, pois é estabelecido um controle sobre o uso do território dessas áreas protegidas

pelos moradores e usuários. Situação que não era vivenciada por esses atores sociais anteriormente.

Mesmo em face de normas e restrições visando a conservação desses espaços, no entanto, nem sempre a implementação das RESEX Marinhas é capaz de impedir a sobrepesca ou o avanço da especulação imobiliária e do turismo, como observado na fala do representante da Colônia de Pescadores de Bragança ao enfatizar que a RESEX não consegue impedir a pesca predatória, sendo ineficaz a sua implementação no que tange a proteção dos recursos pesqueiros.

“Eles vieram criando essas RESEX justamente pra ajudar a organizar e fiscalizar pra não deixar destruir o manguezal, por exemplo, a pesca aqui, pra não deixar a rede apoitada, pra ajudar o IBAMA a fiscalizar, pro pessoal não fazerem as pescaria predatória, não ter rede fora dos limite de malha, pra ajudar nesse negócio e criaram a RESEX. [...] E no fim não resolveram nada, né. Trouxeram barco pra fiscalizarem e ao invés de fiscalizarem o pessoal que tavam lá fora [...] ia aqui pra perto, ficava aí perseguindo o pessoal que entravam de lá, prendendo rede sem necessidade e foi o que aconteceu. Não tem fiscalização. E quando tem a fiscalização é aqui na beirada, pra perseguir aqui na beirada, quem chega, não é pra ir perseguir o cara que tá fazendo a pesca predatória lá fora” (Cariolano, Colônia de Pescadores de Bragança Z-17, 2022).

Percebe-se, portanto, que há uma deficiência na fiscalização realizada pelos órgãos responsáveis no que se refere a pesca, pois conforme explicaram alguns interlocutores/as, muitas práticas predatórias ocorrem fora do estuário, longe da costa, o que torna essa fiscalização mais difícil, de acordo com o secretário de pesca do município de Bragança.

É perceptível que mesmo dentro da comunidade a fiscalização é deficitária. Algumas técnicas de pesca como a utilização do timbó (espécie de veneno lançado na água para atordoar o peixe e facilitar a sua captura), proibida na região, a pesca de “bater pau” e de rede apoitada – consideradas predatórias – continuam a ocorrer na comunidade pois não há uma inspeção mais detalhada pelo ICMBIO.

“Alguns pescadores ainda apoitam a rede, eles ainda apoitam. Eles não são prudentes, eles são imprudentes, na maioria das vezes. Tem o timbó que é proibido, mas as vezes eles fazem isso, né. Tem outra pescaria (não é apoiar) que eles botam a rede e vão cutucar, que eles chamam a pesca de bater pau. Aí, pra você ter uma ideia, tem muitos locais que, pra você ver ali [ele mostra uma parte da praia] antes era um poço muito grande, aí eles começaram a apoiar, a bater pau e hoje em dia é uma ilha. Secou tudo (Lázaro, 64 anos).

Conforme outras falas do Sr. Lázaro, a RESEX melhorou a vida na comunidade e a fiscalização funciona. Contudo, é perceptível no próprio relato acima, que algumas técnicas de pesca proibidas pelo ICMBIO ou consideradas perniciosas ainda são exercidas por alguns pescadores locais, contrariando os limites impostos pelo órgão

gestor para a conservação do território e proteção das comunidades que vivem nele/dele. E a diminuição de algumas espécies mostra que a implantação da RESEX não impediu a pesca predatória e sobrepesca.

Além disso, parece haver uma falta de relação dialógica entre os interesses e necessidades dos moradores e usuários desses espaços com órgãos responsáveis pela RESEX, pois como explicou ainda o representante da colônia de pescadores, os usuários que exercem as supracitadas técnicas de pesca o fazem para manter o seu sustento, por não encontrarem outros meios que supram as suas necessidades ou por não possuírem condições financeiras para realizar outras atividades.

#### **CAPÍTULO IV: TRADIÇÃO, MODERNIDADE, MUDANÇA: UM OLHAR DE COMPLEMENTARIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO.**

Quando nos debruçamos sobre o contexto de comunidades tradicionais pesqueiras, observamos que o conhecimento desses grupos é adquirido, em parte, pela percepção que possuem sobre a natureza e o ambiente em que vivem, atrelado aos ensinamentos das gerações anteriores, obtido no meio familiar e/ou em interação com outros membros do grupo. Luênia da Silva e Francisca Miller (2019) consideram que:

Para a maior parte desses pescadores, o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Atrelados a esses aspectos, eles bem conhecem o ambiente onde trabalham, quer seja o mar, as marés, os manguezais, os rios ou as lagoas (MPA, 2013)” (Silva e Miller 2019:97).

Manuela Carneiro da Cunha (2017) e Mauro Almeida esclarecem que o conhecimento tradicional é, dentre tantas outras formas de conhecimentos, uma maneira de “entender e agir sobre o mundo” de determinados grupos e, que por sua vez, não se encontra estático ao longo dos anos, mas se renova e se adapta às circunstâncias que lhe são apresentadas no decorrer da vivência e de acordo com a percepção e temporalidade de cada comunidade (Cunha e Almeida 2017:294).

Os autores explicam que, em comparação ao conhecimento científico, realizado a partir de conceitos pré-estabelecidos, o conhecimento tradicional se baseia pelo uso das percepções (tal qual apontado por Lúcia Helena Cunha 2013), no qual passa por um “processo de investigação” (Cunha e Almeida 2017:294-295) sendo experimentado, testado, colocado em prática conforme o interesse e o discernimento dessas sociedades. Neste tipo de conhecimento, alguns aspectos podem ou não ser modificados, alterados, ressignificados segundo o contexto no qual estão sendo praticados.

Muito mais do que algo congelado no tempo, conhecimentos tradicionais também vivem em constante modificação. Firth (1971), em sua análise sobre o processo social de uma comunidade agrícola, destaca que frente a fatores de mudança tais sociedades precisam se reajustar e reformular o seu processo organizativo conforme as necessidades que surgem. Contudo, “tem de manter uma certa orientação para os valores que até então ocuparam um lugar importante em seu esquema de motivações” (ibid:99).

Diegues (2008) menciona como fator indispensável do saber tradicional a interdependência que esses grupos têm com o ambiente onde vivem, no qual passa a ser “um elemento importante na relação entre populações tradicionais e natureza”, pois é nele que esses grupos habitam, de onde tiram seu sustento, onde constroem suas relações e se

reproduzem socialmente (ibid:85), além de partir desse conjunto os simbolismos, crenças e o imaginário que permeiam a vida dos indivíduos desses grupos.

A construção do conhecimento tradicional de grupos pesqueiros, todavia, difere das demais sociedades tradicionais por envolver não apenas o espaço terrestre, mas o espaço aquático. Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2013) destaca que esses conhecimentos partem de uma relação com a tríade “terra-mar-céu”, gênese da construção da percepção do ambiente e dos aspectos sociais, culturais, econômicos, religiosos, etc. dessas sociedades. É no espaço aquático, por exemplo, que estreitam as suas relações de trabalho, de onde tiram seu alimento principal e pelo qual, também, determinam o que Cunha (2000) chama de tempo natural.

“Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território aquático é muito mais vasto que para os terrestres [...]” (Diegues 2008:85). Contudo, diferente dos grupos tradicionais que desenvolvem atividades na terra – e podem ter seu território protegido, até certa medida, pela criação das RESEX –, para os “povos do mar”, as alterações em um desses dois territórios (o das águas e o da terra) os deixa ainda mais vulneráveis com relação às mudanças, principalmente porque no mar, por exemplo, não há como demarcar um espaço e/ou conservá-lo a partir das RESEX<sup>33</sup> da mesma forma que se faz em terra.

Um outro ponto sobre a tradição das comunidades de pescadores artesanais é que ela se vale de novas formas de conhecimento que decorrem da modernidade, contudo, não deixam de ser um conhecimento tradicional, pois “a tradição se repõe na modernidade em suas diversas formas, como presença e como ausência, como ser e não-ser, já que elementos do passado permanecem e se atualizam no presente” (Cunha 2013:08).

O próprio *kial* pode ser um exemplo dessa articulação entre tradição e modernidade. Antigamente, pedia-se o peixe sem dar nada em troca com o objetivo de consumo próprio; atualmente faz-se *kial* tanto para consumir quanto para vender, e o peixe pode ser pedido ou trocado. Mas ambas as formas de realizar essa prática se caracterizam como uma instituição de ajuda mútua e reciprocidade entre moradores de uma mesma comunidade. Lúcia Helena considera que essa articulação entre tradição e modernidade parte de uma relação de complementaridade (ibid.).

---

<sup>33</sup> Quando conversei com o secretário de pesca do município de Bragança, ele relatou a dificuldade que o ICMBIO e o IBAMA têm de fiscalizar todo o território da RESEX Mar de Caeté-Taperaçú. E quando questionei sobre uma fiscalização no espaço aquático, ele relatou que mesmo havendo, elas não são suficientes para conter todas as infrações que algumas embarcações cometem e para cobrir todo o espaço marinho e do estuário de uma vez.

Coloca-se, assim, a necessidade de construir o novo fundado, porém, em elementos da tradição, que em combinação com os processos modernos, transforma o passado em elemento ativo; de outro lado, a modernidade não deve ser encarada meramente em sua face destruidora – em recombinação com a tradição ela também se pode transformar em tempo de criação (elemento positivo) (ibid:08).

Tal qual no conhecimento científico (Cunha e Almeida 2017), no conhecimento que se baseia pela tradição há aspectos que são passíveis de serem modificados e/ou abandonados conforme as novas demandas do grupo e o que lhes for apresentado pela modernidade. Firth aponta que sempre há mudanças ocorrendo no decorrer do processo das ações dos indivíduos desses grupos. Ele ressalta ainda que algumas modificações podem “[...] surgir da entrada de novos fatores no meio social, fatores esses que oferecem novas oportunidades ou impõem novas formas de proteção” (Firth 1971:99).

Na Vila dos Pescadores, vários fatores de mudanças na comunidade e na pesca artesanal partiram da entrada de diferentes conhecimentos, práticas e modos de organização social, levando-os a uma reconfiguração dos aspectos locais. Maneschy destaca, por exemplo, que o rol de interesses dos sujeitos endógenos foi modificado com a chegada de turistas e a partir da construção da Rodovia PA 458, criando-se novas necessidades de consumo (Maneschy 1993). A dificuldade da pesca artesanal na região e a diminuição das safras refletem um cenário de superexploração dos estoques pesqueiros iniciado nas regiões sul e sudeste do país.

De acordo com Diegues (2008), alguns aspectos podem ser mais suscetíveis de mudança do que outros. Algumas respostas das sociedades tradicionais, como “as atividades de produção, troca, comercialização” (ibid:78) podem ser consideradas as que mais sofrem transformações. O autor explica que outros aspectos como as “atividades econômicas de subsistência, as tecnologias e a organização social”, estão na base da formação dos aspectos socioculturais de comunidades tradicionais.

Minha crítica a essa perspectiva é que, por mais que alguns elementos culturais sejam mais fáceis de serem mudados comparados aos outros, ainda assim, as atividades de subsistência dos pescadores, por exemplo, quando colocadas sob pressão por novos processos organizativos advindos do mercado urbano-industrial, modificam a organização social desses grupos tradicionais e podem alterar seus aspectos socioculturais como um todo, em suas várias esferas. O que nos faz entender que **todo o contexto desses grupos estará suscetível às mudanças**. Todavia algumas terão maior visibilidade e/ou acontecerão com maior rapidez, ao passo que outras demoram e só poderão ser vistas e percebidas no decorrer do tempo e em convivência mais aprofundada com esses grupos.

Atualmente, a modernidade – e as mudanças que decorrem dela – é apresentada às comunidades pesqueiras com uma rapidez cada vez maior comparado a outrora. Essa situação vem a tornar-se um problema do ponto de vista de pescadores e pescadoras artesanais quando estes não possuem meios e recursos necessários para acompanhar o fluxo de transformações e modernização.

No texto de Maneschy (1993) algumas etapas do processo de produção da atividade pesqueira na Vila dos Pescadores foram abandonadas devido a chegada das novas tecnologias de pesca, a exemplo de alguns recursos utilizados na construção do curral ou a fabricação de tintas para as redes de pesca (citados ambos no capítulo I deste trabalho).

Dentre as técnicas tradicionais de conservação dos recursos pesqueiros que foram, em parte modificadas, está a *salga* do peixe que permitia a sua conservação para fins comerciais. O processo de organização do trabalho da *salga* entre os pescadores da Vila era realizado em caráter familiar e/ou em conjunto com outros pescadores. O peixe, assim que chegava, era salgado e colocado sob o sol para secar, aumentando o tempo de produção. Entretanto, nem todos os peixes serviam para o comércio por seu alto grau de perecibilidade, sendo estes distribuídos entre os membros da comunidade para contribuir com a alimentação.

Com as instalações das empresas de gelo no município de Bragança, a conservação do pescado passou a utilizar caixas com gelo. “A introdução do gelo no transporte do pescado certamente trouxe algumas alterações no processo de trabalho, na medida em que os pescadores ficavam em parte liberados de salgar e secar os peixes” (Maneschy 1993:38). Em decorrência disso, a atuação da família e de outros moradores foi diminuída, alterando a interação entre o grupo. Ademais, como o peixe saía direto para o gelo, tudo que chegava era vendido, obrigando aqueles que dependiam dos peixes que sobravam a buscar outros meios para conseguir sua alimentação.

A construção da Rodovia PA 458 que interliga o município de Bragança a Ajuruteua também impulsionou um aumento do número de atravessadores que, atualmente, mantém caixas de gelo em carros pequenos e caminhões de pequeno porte (Figura 31) –, geralmente pertencente a empresas de pesca locais e de outros municípios.



Figura 31 – Atravessadores (marreteiros) em carros pequenos e caminhões esperando o desembarque.  
Fonte: a autora 2022.

Tanto no processo de fabricação das redes de algodão quanto no processo de salga, as relações estabelecidas e estreitadas a partir dessas atividades foram afetadas. Não há mais, segundo os pescadores e marisqueiras, redes fabricadas em algodão, pois elas eram mais frágeis e menos duráveis, além de demandar um tempo maior para a sua fabricação. A salga do peixe, segundo Sadrak (29 anos, ex pescador), só existe, vez ou outra, quando o pescador utiliza o peixe para consumo ou quando não possuem condições financeiras para comprar e manter uma caixa de gelo própria.

Assim, percebe-se que na Vila dos Pescadores, mesmo com a modernização das tecnologias de pesca, não são todos os pescadores que têm acesso a elas, pois demandam um valor monetário que nem sempre pode ser custeado pelo pescador e/ou pescadora artesanal. Por esse motivo, muitos desses atores recorrem aos financiamentos dos atravessadores/marreteiros, que detém uma maior capacidade para custear os meios de produção da pesca.

Um outro exemplo de modificação impulsionado pela construção da Rodovia está na figura do “atravessador do atravessador”: são moradores da comunidade com carrinhos de madeira (Figura 32) que transportam o pescado desembarcado na ponte para os marreteiros que ficam a espera fora da ponte devido a sua largura ser insuficiente para manter todos os veículos. Nos relatos da Gleice, algumas dessas pessoas fazem da referida função o seu meio de obter renda, de onde tiram o seu sustento pela falta de outras opções.



Figura 32 – “Atravessador do atravessador” (homem à direita, de blusa azul, esperando o desembarque do peixe para levar aos atravessadores/marreteiros). Fonte: a autora 2022.

Percebe-se que não apenas a comunidade (e seu processo de produção) se integra ao mercado, como também o mercado se insere na comunidade estabelecendo novas regras de gestão do tempo, do processo de produção, interferindo nas relações de reciprocidade e nos interesses, desejos e reprodução social dos moradores.

Portanto, mesmo em caráter de complementaridade com a tradição, a modernidade pode ser perniciososa à organização social das comunidades pesqueiras artesanais se estas não forem financeiramente capazes de usufruir delas e/ou se não houver políticas públicas e de incentivo que deem aos pescadores e pescadoras artesanais condições de acesso às tecnologias pesqueiras e a outros meios que garantam a sua (re)produção.

Essa situação da falta de incentivo e de políticas públicas fica evidente nas narrativas de alguns interlocutores. A partir das análises de minhas observações, um dos questionamentos que surgiram foi o porquê daqueles sujeitos continuarem morando na comunidade e vivendo da pesca mesmo diante das dificuldades, com as safras escassas, com a falta de um retorno financeiro adequado que supra as necessidades desses atores e se não há políticas de incentivo a sua reprodução social. Na conversa com o Sr. Zeca, compreende-se, em parte, essa questão:

“Às vezes não tem saída pra capital [Belém], estudei pouco pra arranjar outro tipo de trabalho. Aí ele fica pescando aqui mesmo no lugar” (Zeca, 54 anos).

Vale destacar que dos 10 interlocutores dessa pesquisa, apenas 02 possuem a escolaridade do Ensino Superior, e 01 o Ensino Médio completo. Os demais têm apenas o Ensino Fundamental e alguns nem o concluíram, sendo essa uma realidade comum entre os pescadores e pescadoras locais. O Sr. Manoel (figura 33) relata que começou a pescar aos 12 anos para ajudar a sua família a sobreviver, impedindo que se dedicasse aos estudos devido ao tempo que passava pescando.

Eu pesco desde 12 anos. Quando meu pai faleceu eu tava com 12 anos. Aí mamãe ficou com os filho. E agora pra sustentar? Quando ele faleceu, eu tava pequeno. Não sabia de nada, não. Na época, era diferente de agora, né. Agora, tem colégio pra tudo quanto é canto, né, tem colégio. E na época não tinha. Tinha, mas tinha um e que as professora era pouca. Aí, nessa época, eu não estudei, aí eu fui pra pesca com meu irmão mais velho. Aí nós fomos batalhar, eu mais ele, o mais velho. De lá pra cá, desse tempo até agora, eu não parei de pescar. Direto. Todo o tipo de pescaria eu sei fazer, todo o tipo” (Manoel, 62 anos).



Figura 33 – Pescador Manoel. Fonte: a autora 2021.

Nota-se que o motivo pelo qual ele começou a pescar foi a dificuldade financeira que se apresentou a sua família quando seu pai, também pescador e o principal provedor da família, faleceu. Então ele se viu obrigado a trabalhar com seu irmão para conseguir o seu sustento e de seus demais familiares, tornando difícil conciliar a pesca com a escola formal, limitando a sua atuação em outras formas de trabalho que exigem o conhecimento dessas escolas.

Faz-se importante frisar que quase todos os pescadores e pescadoras começaram a pescar entre 12 e 14 anos, na maioria das vezes em companhia de algum familiar, fosse para ajudar com a renda da casa ou apenas para acompanhar e aprender o ofício, ou começam ajudando no desembarque (Figura 34). Essa realidade parece ir além da Vila dos Pescadores, pois na narrativa do Sr. Cariolano, representante da Colônia de Pescadores, a sua vida na pesca também começou nessa idade e, conforme ele explica, esse cenário é visto tanto em outras regiões do estado paraense como em demais grupos do litoral brasileiro.



Figura 34 – Meninos dentro do barco ajudando no desembarque. Fonte: a autora 2022.

A pesquisa de Miller (2019) corrobora com a narrativa do Sr. Cariolano. Nas comunidades pesqueiras de Patané e Camocim, situadas no estado do Rio Grande do Norte (região Nordeste do Brasil), a autora aponta que “tanto meninos quanto meninas começam a pescar e a coletar mariscos desde muito cedo nas mencionadas comunidades” (Miller 2019:101).

A pesca artesanal é uma atividade que não exige alto nível de escolaridade para aqueles que a exercem, tanto é que mais de 50% dos interlocutores das comunidades de Patané e Camocim possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto, e o número de analfabetos correspondeu a 47% do total de entrevistados (ibid:102).

Considerando que muitos pescadores passam dias no mar e a época das safras não obedece ao tempo do relógio e nem o estabelecido pelas escolas formais, a continuidade desse tipo de ensino fica comprometida. A pesca e as safras dependem do tempo natural: do clima, das fases da lua, do nível de chuvas (Cunha 2000) que podem ou não modificar a cada ano, a cada período. Com a dificuldade financeira de muitas famílias que dependem de uma atividade sazonal, como a pesca, o trabalho e a subsistência tornam-se prioridades, refletindo na capacidade produtiva dessas pessoas, dificultando manter as atividades escolares e as da pesca, levando-os a precisar escolher por aquela que irá atender de imediato as necessidades básicas suas e de seus familiares.

Essa diminuição da capacidade produtiva atrelada a escassez do pescado e a vulnerabilidade das famílias, como a do Seu Manoel na sua época de infância, leva muitas crianças e jovens a deixarem o ambiente escolar e priorizar a atuação na atividade pesqueira.

No segundo semestre de 2021, foi apresentado o projeto intitulado EDUCAPESCA voltado para a educação de Jovens e Adultos do setor pesqueiro da região

bragantina, articulando o tempo da atividade na pesca com o tempo da escola formal. O projeto iniciou em 2022 e visa, além de promover a escolaridade desses atores, contribuir para a sua regularização profissional<sup>34</sup>.

A criação desse projeto é uma forma de oportunizar a profissionalização dos pescadores e proporcionar-lhes outros conhecimentos a fim de poderem atuar em áreas distintas caso desejarem. Contudo, por ser um projeto recente e em fase inicial, ainda é difícil dizer se irá contribuir para a melhoria financeira do pescador/pescadora diante da dificuldade da pesca, o que poderá ser tema para estudos futuros.

Um outro fator apontado por Lúcia Helena Cunha (2013) mostra que em qualquer esfera da vida natural e social há fatores que alteram o curso desses contextos sem que se possa ter controle total sobre eles. Ela destaca que as “desordens criadoras” são aquelas que atuam sobre a reordenação da vida sociocultural dos pescadores artesanais os influenciando a criar novas formas de agir sobre o mundo, a fim de dar continuidade a sua reprodução social. São desordens comuns da vida social e da natureza.

Na Vila dos Pescadores, por exemplo, todos os anos nos períodos que ocorrem as grandes marés de acordo com as fases da lua<sup>35</sup>, é comum que a água do mar invada a comunidade, como se pode ver na figura 35. Tal situação pode ser considerada como uma desordem criadora, citada por Cunha (2013), pois levou os moradores a ajustarem as suas residências (feitas em madeira ao estilo palafita, como visto no tópico de caracterização desse estudo) para suportar os períodos de enchente enfrentados pela comunidade anualmente.

---

<sup>34</sup> “No ano do centenário do Educador Paulo Freire a Prefeitura Municipal de Bragança por meio da Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca e da Secretaria Municipal de educação em parceria com o IFPA e o grupo pesquisa GUEAJA – UFPA apresenta ao Conselho Municipal de Educação (CMEB) o projeto Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional – EDUCAPESCA – voltado para a escolarização/alfabetização de pescadores (as) e marisqueiros(as) do Município de Bragança-Pa. O Projeto visa promover a oferta, o acesso, a permanência e continuidade da escolarização, de modo flexível e compatível com a realidade dos trabalhadores(as) do setor pesqueiro, bem como a profissionalização e a regularização desses profissionais. A proposta atende também a agenda 2030 da Organização das nações Unidas (ONU) através do objetivo do desenvolvimento sustentável - ODS4 que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e ainda promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos(as), bem como é uma estratégia de cumprimento das metas 09 e 10 do Plano Municipal de Educação” (Site da Prefeitura de Bragança, Pará: <https://braganca.pa.gov.br/projeto-educapesca/> ).

<sup>35</sup> Há meses, a exemplo do mês de março, em que esses níveis são maiores, quando o nível do mar e dos rios atinge o seu pico. Contudo, em alguns anos, segundo seu Zeca e seu Lázaro, o nível maior das águas pode ser em fevereiro ou abril.



Figura 35 – Aumento do nível da maré, por volta das 17h, no mês de dezembro, 2021. Fonte: arquivo pessoal 2021.

Outro tipo de desordem citado pela autora é de caráter destruidor. Ela toma como exemplo a escassez de recursos pesqueiros nas comunidades aonde realizou suas pesquisas. Esse mesmo exemplo está presente em quase todas as narrativas dos pescadores e pescadoras desse estudo, sendo o principal motivo para o desenvolvimento dessa pesquisa.

[...] a escassez dos recursos com a diminuição dos estoques pesqueiros gerados pela sobrepesca ou métodos inadequados; a dependência ao intermediário que conduz a exploração dos ganhos de produção do pescador, com preços variados e abaixo da sua produtividade, o que não permite sua construção histórica como produtor autônomo; a pressão dos recursos pela pesca industrial ou empresarial que produz impactos ambientais de grande monta no território da pesca artesanal; a expansão do turismo e da urbanização levando à redefinição ou descaracterização das formas de sociabilidade e estilo de vida tradicional [...] (Cunha 2013:07).

Essas desordens destruidoras são, em sua maioria, resultado da rapidez com que o mercado consumidor se modifica e tornam-se possíveis ameaças a continuidade das comunidades pesqueiras quando não articuladas à sua lógica organizacional. Pela falta de uma dialogia entre tradição e modernidade, mostram a face incisiva desta mesma modernidade, reafirmando a hegemonia dos grandes centros urbanos sobre a cosmovisão

própria dos grupos pesqueiros, se sobrepondo ao conhecimento tradicional e colocando em xeque o seu bem estar e a sua riqueza de saberes.

Um exemplo dessa particularidade própria das comunidades pesqueiras se reflete pela sensação de liberdade advinda do trabalho na pesca artesanal que não é comum no sistema de trabalho mercantil orientado pelo “tempo do relógio” (Cunha 2000:101). O Sr. Domingos, ao ser questionado se pensa em se mudar para onde alguns de seus filhos moram (centro urbano de outros municípios), responde:

“Não, não. Aqui a gente vive liberto, né” (Domingos, 74 anos).

Essa liberdade relatada por Domingos pode ser explicada por Lúcia Helena Cunha (2000) ao fazer uma análise das diferenças entre o tempo natural e o tempo mercantil, ambos presentes na pesca artesanal. Nas narrativas dos pescadores de Barra da Lagoa, na Ilha de Santa Catarina, observa-se que mesmo o trabalho nesta atividade sendo difícil e sem um retorno financeiro fixo mensal, há um sentimento de liberdade caracterizado tanto pela ausência da figura do chefe quanto pela desobrigação em cumprir um horário pré-determinado por outra pessoa como garantia para o recebimento do salário, como afirmado pelo Sr. Lázaro:

“Aqui é melhor de que um empregado, porque ele vai a hora que ele quer, não tem patrão pra demitir. Não. Ele vai a hora que ele quer” (Lázaro, 64 anos).

No regime capitalista, os trabalhos são articulados por contrato ou carteira assinada, onde o funcionário está sujeito às ordens do empregador, gerando no trabalhador uma certa obrigação diária. Na comunidade, semelhante ao estudo de Cunha (2000), apesar da dependência do atravessador, é o pescador quem faz a sua rotina na pesca, além de não estar atrelado a um horário fixo, sendo este determinado pelo tempo natural e seu retorno financeiro estipulado pelo que consegue pescar, produzir – às vezes mais, às vezes menos. E embora o produto do seu trabalho nem sempre seja o suficiente para comercializar, ele pode servir para a sua alimentação e de sua família.

Assim sendo, a despeito da inserção da modernização na Vila dos Pescadores, é possível notar que há uma vontade de permanecer na comunidade, vivendo e subsistindo da atividade pesqueira artesanal. Alguns dos pescadores são aposentados e recebem uma renda fixa, mas não deixam de pescar, pois além de contribuir com a alimentação, a atividade pesqueira é parte do seu saber tradicional, uma maneira de ser e estar no mundo.

Se a lógica organizacional do grupo, no entanto, estiver sobre pressão das desordens destruidoras sem uma base dialógica, em constante recombinação entre conhecimentos tradicionais e modernidade, o que ocorrerá será a contínua

marginalização, subjugação e exploração desses grupos e de seus conhecimentos tradicionais, engendrando novas formas de poder por parte do mercado consumidor urbano industrial em sua contínua busca por lucratividade.

#### **4.1. A diminuição das safras e suas implicações para o *kial*.**

No capítulo III, foi explicado sobre a sobrepesca e como ela influencia na diminuição das safras. Essa redução do recurso pesqueiro tem implicações especialmente para a cadeia produtiva do pescador artesanal que usa tecnologias mais simples se comparado as embarcações com poder de captura maior. Contudo, a diminuição das safras também interfere no contexto sociocultural dos moradores da Vila dos Pescadores e em suas instituições sociais, como demonstra ser o caso da realização do *kial*.

Conforme exposto no capítulo II, o *kial* é uma categoria êmica que tem como base a doação de peixes por pescadores no momento do desembarque. A lógica central do *kial* – a ajuda mútua, o compartilhamento, a relação de reciprocidade – ainda permanece, no entanto, sua dinâmica e os interesses que permeiam essa prática foram modificados ao longo dos anos, resultado da maior inserção com o mercado e as dificuldades na pesca.

Atualmente, faz-se *kial* também para a comercialização. O pescador, quando chega do mar, não pescou apenas o que será vendido para o atravessador, mas reservou uma parte dessa pescaria para o consumo próprio, para comercialização direta ou o que escolher. É dessa parcela que sai o peixe para o *kial*. No entanto, o que pretendo retratar aqui é: se o resultado da pesca não foi bom, ainda haverá essa doação de peixes?

Conforme percebi da narrativa de alguns interlocutores/as, a resposta é que se não há uma safra que supra a necessidade de quem realiza a pesca, a doação do peixe pode ficar comprometida, interferindo na reprodução social desses moradores e levando a mudanças significativas no grupo.

“Que nem quando a gente vai pescar, uma comparação, se a gente matar um paneiro de Pratiqueira [*Mugil Curema*], chegar na nossa canoa e alguém dizer: ‘fulano, me venda ou me dê 1kg, 2 kg’, assim, mãe de família, pai de família, a gente diz: não, não vou te vender, leva pra ti comer. Aí, se a gente matar pouco, se eles virem e a gente diz: ‘ah, tem só pra comer’, aí já não passa pra eles” (Dayana, 30 anos).

O *kial* é citado pela pescadora Dayana como um dos aspectos que foi mais afetado na comunidade pela dificuldade na pesca artesanal e pela diminuição das safras. Ela explica que, para aqueles pescadores e pescadoras de dentro do canal o resultado das pescarias nem sempre é satisfatório. E quando isso ocorre, o que eles capturam é

reservado para o consumo, impedindo que possam realizar alguma ajuda aos mais necessitados.

Maneschy menciona que “a manutenção das relações de solidariedade entre os pescadores [...] é fundamental para a reprodução da comunidade” (Maneschy 1993:93) e se essa relação é interrompida ou impedida de ocorrer, os moradores são compelidos a recorrer a práticas que talvez fujam da sua lógica organizacional, ameaçando a continuidade de seu saber tradicional e os deixando ainda mais dependentes da lógica mercantil.

Outro pescador menciona que em sua percepção essa foi uma das práticas que mais sofreu mudanças com as dificuldades encontradas na pesca. Ele relata que a doação de peixes outrora era muito maior, pois o resultado das pescarias era suficiente para comercializar e doar aos demais membros da comunidade. Entretanto, a diminuição de peixes e o aumento da concorrência pesqueira, por vezes, tem impedido que essa prática ocorra, interferindo na alimentação das famílias que necessitam do *kial* para suprir a falta de recurso.

“[...] não fica aquela quantidade grande de peixe desembarcada no porto como era antes. Quer dizer, desembarcava no porto e por mais que a maior parte saísse pra exportação, mas sempre ficava ali uma grande quantidade pra ajudar o povo que tava lá, que precisava, que a gente chama de *kial*, não sei se você já ouviu isso: **que é chegar na beira e pedir um peixe pra comer**. Então, isso ajudava muito as pessoas, principalmente as de baixa renda, de menor poder aquisitivo, que não tinha condições de comprar o peixe; já ia lá e arrumava pra comer. E agora não tem.

Então, hoje, quando eles estão pro mar pescando, se a gente for lá na beirada comprar ou pedir um peixe, dificilmente a gente vai achar. A produção, como está bem pequena, tudo que chega rapidinho sai. Isso eu acho que tem influenciado bastante nessa questão sociocultural da nossa comunidade” (Elder, 37 anos).

Além do *kial*, importa destacar que a relação de ajuda mútua e de reciprocidade que rege tal prática também está sendo afetado. Dayana relata que seu marido e ela, em algumas pescarias, chamavam alguns membros da comunidade para fazer parte do processo de produção a fim de dividir parte do lucro com aqueles que precisavam.

“Assim, como dava bastante peixe nos curral, então a gente convidava assim alguns pessoal da comunidade pra ajudar a gente a utilizar aquele peixe, sabe. Pra aviar ele. Então a comunidade tava ganhando. Tava ganhando. E se o peixe não dá, a gente não tem como pedir ajuda e não tem como a gente ganhar dali. Que a gente depende dali, se ter, a gente tem, se não ter, a gente perde.”

Pergunta: Mas eles ganhavam o peixe?

“Não, o dinheiro que a gente pagava eles. Trazia renda pra eles e pra gente também. Que a gente passava pra outras pessoas, vendia. Como tem pouco peixe, o que a gente arruma nem toda vez a gente dá pra passar. A gente come.

O que Dayana explica é que quando a safra não é rentável, eles utilizam o peixe para consumo próprio, e aqueles que eram chamados a participar do processo de produção, deixam de participar e já não podem compartilhar do lucro devido a redução do recurso nos períodos de safra. Com isso, a relação de ajuda mútua é interrompida, interferindo em um aspecto necessário para a organização da comunidade e evidenciando a precarização das condições de subsistência das famílias por meio da atividade pesqueira artesanal, uma vez que não conseguem gerar renda ou alimento para suprir suas necessidades básicas de consumo.

Raymond Firth (1971) destacou que sociedades camponesas possuem “códigos e valores” nos quais formam a sua organização social e que “consideram profundamente importante” (ibid:103-104). Esses “elementos da organização social” apontados pelo autor estão interligados dentro da lógica de funcionamento dessas comunidades, sendo que uma alteração em um desses elementos é capaz de modificar todos os outros, modificando a sua organização e reprodução social (Firth 1971). Essa situação se assemelha a vivenciada pela Vila dos Pescadores.

As mudanças ocorridas no *kial* e nas relações de ajuda mútua, compartilhamento e reciprocidade estariam, portanto, relacionadas sobretudo às modificações do cenário pesqueiro, afetado por fatores externos, a exemplo da: a) modernização das tecnologias de pesca com maior poder de captura; b) a pressão da frota artesanal/comercial com características de pesca industrial que tem acesso maior às novas tecnologias; c) a redução dos estoques pesqueiros a partir da sobrepesca. Essa situação corrobora à ideia de Lúcia Helena Cunha no qual explica que se não há uma relação dialógica entre tradição e modernidade, esta última continuará a se sobrepor aos interesses e aspectos organizacionais das comunidades tradicionais, reforçando a sua hegemonia sobre esses grupos (Cunha 2013).

#### **4.2 Estratégias de continuidade e resignificação.**

No texto de Sahlins (1997) sobre a resignificação de grupos que fogem a lógica do sistema capitalista, um de seus principais debates é sobre como tais grupos se reorganizam e dão um novo significado ao que é imposto a eles por sociedades culturalmente diferenciadas, principalmente por aquelas que atendem as demandas do mercado urbano industrial.

Na Vila dos Pescadores, essa inserção da lógica capitalista foi impulsionada pela construção da rodovia PA 458 que facilitou a interação entre os indivíduos e contribuiu para a modernização das tecnologias pesqueiras, como já visto anteriormente. Com a pressão dessas novas configurações no cenário pesqueiro, os moradores, pescadores e pescadoras, precisam constantemente pensar em estratégias que garantam a sua nutrição e necessidades básicas a partir dos seus aspectos tradicionais.

Parte dessas estratégias adotadas pelos interlocutores está no uso de recursos do próprio território. Conforme Maneschy (1993) e revalidado por Nascimento *et al* (2016) o principal meio de subsistência na RESEX Mar de Caeté Taperaçú é o extrativismo marinho. Isso significa que além da pesca, os moradores subsistem de outros recursos locais, seja do manguezal ou do estuário, situação reafirmada nas falas de alguns interlocutores/as.

Pergunta: Como vocês, os pescadores em geral, fazem quando as safras estão ruins, para se manter?

Zeca: “Há outros meios, né. Eu pesquei muito de barco aí pra fora, depois eu desisti porque achei que tava muito pesado. Passava muito tempo no mar, chegava e minha esposa ficava reclamando que eu passava muito tempo no mar. Então eu desisti. Aí eu consegui uma canoa mesmo, uma canoa e fui pescar só eu. Aí foi que foi melhor. Melhorou muito pra mim. E é isso, a gente procura de todo jeito, todo meio pra sobreviver. No meu caso, eu tiro Caranguejo, eu tiro Turu pra vender, uma iguaria nossa aqui. Eu tiro Sururú do mangal. Então é isso, a gente faz tudo pra sobreviver”.

Dayana: “A gente pula pra outro ramo, assim como o Ajirú ou o Siri, que é o que a gente vende mais: ou o Siri ou o Ajirú. Agora como realmente os pessoal da Natura tão comprando, aí a gente pula pro Ajirú. Vamos duas, três vezes no dia e tempo da chuva ele dá bacana o Ajirú, dá bastante”.

“[...] Aqui, ele tira o turú, ele vende; ele tira o caranguejo ele vende; ele tira o sururu ele vende; ele faz o carvão, ele vende; ele tira a madeira pra um curraleiro, ele ganha” (Lázaro, 64 anos).

Juntamente com essas narrativas, observei uma ênfase para a coleta de ajirú como estratégia de renda. A comunidade possui um local chamado ajuruzal, espaço onde se encontram as árvores desta fruta. Alguns moradores, sobretudo os que possuem maiores dificuldades financeiras, adotam a coleta de ajirú como forma de trabalho, comercializando esse recurso para a empresa Natura, que o utiliza na fabricação de produtos de beleza.<sup>36</sup> Assim, quando a pesca não traz bons resultados, os pequenos pescadores e pescadoras recorrem a coleta de ajirú para suprir a renda.

---

<sup>36</sup> Não aprofundei as pesquisas sobre a comercialização do ajirú ou a inserção da empresa Natura na comunidade. Soube apenas que já há uma pessoa fixa que compra o ajirú dos coletores e coletoras e repassa para a Natura.

“Na safra do Ajirú tem muito Ajirú, só que não é todos que pegam. Muitos não vão pro Ajirú, deixam para aqueles mais necessitados, né. Eles apanham Ajirú e vendem, vendem ali. A empresa Natura, eles vêm pegar na porta. [...]. Segundo o que eles falaram ali, eles estão usando só o caroço do Ajirú pra fazer esse negócio de creme de corpo e várias outras coisas. Então é isso. Muitos vão pegar pra vender o Ajirú” (Zeca, 54 anos).

“Mas ainda tem [o ajirú], ainda. É demais. Eles vendem muito. Sai aí de tonelada. Os comprador vem direto aí comprar. Tem uma senhora lá na frente que é autorizada só pra comprar o ajirú deles, que eles apanham e aí vão pesando e vão entregando lá pra ela. Nem sei quanto é o kg que eles pagam” (Manoel, 62 anos).

Outros pescadores também relatam que além da coleta do ajirú, também adotam outros meios para continuar a se manter devido à dificuldade na pesca, como limpar o quintal de outros moradores, fazer redes de pesca, ajudar no reparo de demais apetrechos ou de embarcações, ajudar na construção de uma casa, fazer carvão ou recorrer a retirada de lixo orgânico do manguezal (chamado de estrume ou de *cascalho*) para comercializar como adubo aos demais moradores.

“Eu, pra mim sobreviver, eu tinha que tirar estrumo. Estrumo é lixo na beira da pancada, a folha que cai no mangal misturado com uns pedaços pequenos..., eles vêm, aí se ajuntam e vem aquele fino, cai naqueles buracos do ajuruzal, ali na beira da praia e lá fica. O vizinho ali disse que até lixo deu dinheiro esse ano, pau velho, porque o estrumo é pra plantar horta, essas coisas, pra me manter, porque não tinha peixe no mar. E no tempo da safra, em plena safra, que vinha peixe buiando no meio da sardinha, não tivemos nada. [...] É um meio de sobreviver, de manter, comprar despesa.

“Eu também faço carvão pra vender de vez em quando, não toda vez; limpo o cercado dos outros; tudo eu faço pra ganhar dinheiro. É um trabalho honesto, quando se faz honesto, é bacana” (Pescador I).

Importa explicar que a retirada de lixo orgânico (*cascalho*) é proibida pelo ICMBIO, pois como explicou Gleice, a acumulação desse material na beira do manguezal (Figura 36) evita as erosões do solo, causadoras da derrubada de muitas casas dos moradores antigamente. No entanto, se não há uma política que assegure aos pescadores e pescadoras da beira a sua nutrição frente as adversidades impostas pela concorrência pesqueira e pela pesca predatória, tal atividade se torna uma opção de obtenção de renda na busca por garantir o mínimo de dignidade a esses sujeitos.



Figura 36 – Gleice mostrando e explicando sobre o *cascalho*. Fonte: a autora 2022.

Uma das principais preocupações observadas no texto de Maneschy (1993) era se a comunidade resistiria frente a pressão do mercado urbano-industrial sem alterar profundamente seus modos de reprodução social. Contudo, percebe-se que após mais de 30 anos da realização de suas pesquisas, algumas práticas de subsistência baseado no seu conhecimento tradicional ainda persistem, mesmo enfrentando mudanças na organização da produção.

A ressignificação das tecnologias pesqueiras advindas da modernização da atividade é um exemplo dessa continuidade. Mesmo com alterações no processo de produção, os pescadores e pescadoras se apropriaram dos novos materiais de pesca como uma forma de facilitar a realização da atividade sem, contudo, abandonar o seu saber tradicional. A exemplo estão: a motorização das pequenas embarcações que facilitou a ida dos pescadores e pescadoras ao mar (diminuindo o tempo longe da família e da comunidade) e o acesso a locais mais distantes, alguns inacessíveis apenas pela canoa; o náilon, que tornou as redes de pesca mais fortes em oposição ao algodão, o qual demandava um maior tempo de fabricação, era mais frágil e com durabilidade menor.

Na fala do Sr. Domingos é possível perceber a dificuldade que era imposta a eles antigamente e o quanto as tecnologias pesqueiras tornaram o processo de produção e realização da pesca artesanal mais facilitada.

“Naquele tempo era ruim, que era só no sal pra salgar peixe... levava sal daqui pra salgar peixe lá... agora botou gelo, **vai num dia, vem no outro, tudo motorizado... naquele dia era no remo, naquele tempo era só remar.**”

Naquele tempo era difícil. Agora tá fácil, graças a Deus” (Domingos, 73 anos, grifo meu).

Seu Manoel continua a fazer redes de pesca, agora com materiais diferentes dos utilizados anteriormente (Figura 37). E mesmo que não seja mais o autor de todo o processo de fabricação, é possível observar a continuidade de seu saber tradicional nos detalhes da construção desse apetrecho, como a abertura da malha para cada espécie que pretende capturar e o período em que é possível capturá-las.

**“Essa rede, ela pega a Tainha, quando ela tá pequena,** que eles chamam de Ribação. E quando ela cresce grande, eles chamam Tainha Grande. Do mês de maio pra junho ela fica ovada. As ovas dela ficam grandona, aí quando bate tempo de São João, ela se some, ela vai desovar, ela sai fora.”

**“Essa rede aqui já é pra pegar ela nova, quando ela tá menor.** Agora, deixa eu ver, nos tamo em dezembro, né? Aí quando passa pra janeiro, já tem muito peixe que malha nessa rede aqui. Muito mesmo. E aí quando já dá de fevereiro, ela já tá grandona. **Aí ela já malha naquela outra que eu tenho bem ali, malheiro 30. Esse daqui é 25 o malheiro”** (Manoel, 62 anos).



Figura 37 – Sr. Manoel tecendo uma rede de pesca do tipo malhadeira. Fonte: arquivo pessoal 2021.

A inserção de novas tecnologias de pesca (surgidas em vista do mercado consumidor) e/ou do turismo (que faz uso diferente do meio ambiente) contrastam com os modos tradicionais desses grupos, porém a percepção que possuem do ambiente e a sua estreita relação com a natureza continua, resiste e persiste. Assim, em contrapartida ao pessimismo sentimental criticado por Sahlins (1997), os novos instrumentos de pesca foram incorporados ao grupo, levando pescadores e pescadoras a utilizá-los com base em suas próprias formas de organização, em sua própria tradição e conhecimentos, “em seu próprio sistema de mundo” (ibid:54).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Nesta dissertação, procurei compreender as mudanças e dificuldades que os pescadores e pescadoras artesanais da Vila dos Pescadores vêm enfrentando referente a diminuição das safras na região bragantina – reclamação presente e pertinente em todas as narrativas e o fio condutor para a realização desse trabalho.

Cabe ressaltar que o objetivo foi caracterizar esta atividade, identificando os tipos de pescas, as espécies alvo e os impactos que ameaçam a capacidade produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais no intuito de contribuir não apenas para a literatura sobre o tema da pesca artesanal no Pará como para embasar futuros projetos e políticas públicas que apoiem os interesses dos grupos pesqueiros de Bragança e da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú, sendo tais grupos os atores principais na produção da pesca no município.

Busquei demonstrar que a dificuldade enfrentada pela Vila dos Pescadores com relação à pesca artesanal não é particular dessa região, mas se estende por diversas comunidades pesqueiras litorâneas do país, resultado de políticas de desenvolvimento seja no âmbito da pesca (ou não) e que interferem diretamente nesta atividade, como a construção de rodovias interligando os centros urbanos ao litoral.

A pesca artesanal, principalmente a partir da década de 1970, tem sofrido constantes pressões advindas da modernização da tecnologia pesqueira, da sobrepesca, dos projetos de desenvolvimento, da especulação imobiliária e do turismo. Tais situações se estenderam por diversos grupos pesqueiros do litoral brasileiro, incluindo a supracitada comunidade. Além de ser um dos principais portos de desembarque da região bragantina, a Vila dos Pescadores se configura como tradicional segundo a lei 6.040 de 2007, tendo como principal atividade econômica a pesca artesanal e/ou artesanal/comercial, ambas atreladas a lógica do mercado. Ademais, sendo ela parte de uma RESEX, busquei expor como alguns fatores de mudança podem ser perniciosos aos pescadores e pescadoras em seus aspectos socioculturais se não articulados com os interesses desses sujeitos.

A pesquisa se apoiou, sobretudo, no estudo de Maria Cristina Maneschy (1993) em relação às ameaças que a comunidade vem enfrentando há mais de três décadas e nos trabalhos de Diegues que versam sobre as transformações vivenciadas pela atividade pesqueira artesanal ao longo dos anos, juntamente com outras literaturas sobre o tema. Outrossim, utilizei o texto de Lúcia Helena Cunha (2013) para compreender a questão da complementaridade entre a modernização e os aspectos tradicionais do grupo e de

Marshall Sahlins (1997) com a resignificação. Logo, busquei apresentar como esta comunidade tem resistido em face de tais ameaças e modificações e de que forma dão continuidade às suas maneiras próprias de interagir com o ambiente que diferem do modo urbano industrial capitalista.

Foi percebido que a modernização das tecnologias pesqueiras está no início, senão no cerne, desse cenário de mudanças na comunidade. Embora a região Norte tenha sofrido tais modificações de forma tardia se comparado às regiões Sudeste e Sul, os impactos não foram menores, pois ainda hoje as dificuldades impõem uma rearticulação constante dos pescadores e pescadoras da comunidade, que culminam na necessidade de buscar incessantes estratégias de reordenamento da atividade e/ou outros meios para dar continuidade a sua reprodução social.

Inerente a esta situação, as narrativas dos interlocutores da referida pesquisa demonstraram que o principal fator de impacto no cenário pesqueiro local é a sobrepesca juntamente com a pesca predatória e/ou realizada de forma intensiva. Os pescadores apontaram tal fator como o que mais contribuiu para a diminuição das safras, com ênfase para a Pescada-Gó (*Macrondon ancylondon*), considerada a espécie da região, encontrada anteriormente em abundância no estuário e, agora, a que sofre com os impactos dessa concorrência pesqueira e de práticas predatórias de pesca, a exemplo da pesca de arrasto por embarcações de porte maior e da rede apoitada.

Observou-se que a construção da Rodovia PA 458 foi impulsionadora de tais impactos, aumentando a concorrência pesqueira e atraindo empresas de pesca e atravessadores/marreteiros para a localidade. Ademais, a rodovia facilitou a interação dos moradores com outros grupos socioculturais e a inserção do turismo na região, que trouxe consigo a especulação imobiliária.

Nesse contexto de pesca intensiva, a extração da Sardinha (*Cetengraulis edentulus*) foi apontada como fator de impacto na comunidade, por ser realizada sem uma devida fiscalização, embora possua regras impostas pelo ICMBIO para a sua captura – 500 metros de rede para cada pescador. Por ser utilizada como isca, é intensamente capturada entre os meses de setembro e dezembro. Concomitantemente, se tornou uma estratégia de subsistência para os moradores locais frente a diminuição das safras nos demais meses.

Com relação às técnicas de captura, foi percebido que as redes de emalhe e o curral são os mais utilizados pelos pescadores “*de dentro*”. No entanto, a utilização do curral vem sendo afetada devido a diminuição das safras. Por demandar um alto custo na sua

construção, se faz necessário que a produção do pescado supra tanto as necessidades básicas do pescador e pescadora como os gastos com os instrumentos de pesca. E por não haver esse retorno com a pesca de curral, acarreta em prejuízo continuar a construí-lo, obrigando os pescadores a aderirem a outras formas de captura, interferindo em parte de seu saber tradicional, pois como aponta Nascimento *et al* (2016), a construção dessa armadilha baseia-se “nos conhecimentos empíricos adquiridos e repassados ao longo da vida dos pescadores [...] [e] por meio do emprego de um arcabouço de conhecimentos sobre o meio natural [...]” (ibid:s/p).

Como reflexo dos fatores de impacto apontados neste trabalho, foi analisado que a mudança mais significativa se refere a realização do *kial*, considerada uma instituição do grupo, categoria êmica observada nas narrativas dos moradores e prática alicerçada na relação de reciprocidade, de ajuda mútua e no sentimento de solidariedade. Como visto, o *kial* consiste, de forma geral, na doação de peixes na beira do porto no momento do desembarque para os mais necessitados. No entanto, na atualidade, tal prática é exercida também em função da comercialização desse pescado do *kial*, ou sua aquisição parte de uma relação de troca. Essa reordenação de tal prática está intimamente ligada às intempéries do cenário pesqueiro atual (a diminuição das safras, a sobrepesca, a captura predatória, os altos custos dos instrumentos de pesca e etc.).

Assim, com a redução dos recursos pesqueiros, a doação de peixes fica comprometida, interferindo em todo o processo do *kial*. E não apenas haverá insegurança alimentar àqueles que dependem de tal prática para sobreviver, como a própria reciprocidade, fio condutor das relações sociais do grupo, fica ameaçada, tornando os moradores mais dependentes do mercado consumidor.

A ausência de políticas públicas que beneficiem sobretudo os interesses dos moradores da Vila é um fator contribuinte para a dificuldade na pesca relatada por eles e elas. Percebe-se que a política do defeso é voltada para aqueles que capturam a espécie considerada no município a mais valorizada para a exportação: o Pargo, em detrimento de outras espécies capturadas pelo pequeno pescador/a do canal. Tal situação reafirma a supremacia do sistema urbano-industrial sobre as particularidades da comunidade e evidencia uma relação de poder que há muito se apresenta no país quando se trata de grupos pesqueiros artesanais.

Em relação a RESEX, observei que sua implantação não impediu a redução dos recursos pesqueiros pela ausência de um controle adequado quanto a sobrepesca e a utilização de técnicas de pesca predatória. Embora o ICMBIO realize fiscalizações dentro

da RESEX, nos locais de pesca mais afastados da costa, embarcações semi industriais e da pesca artesanal/comercial – com maior poder de captura e pertencentes a empresas de pesca locais e/ou de outras regiões – continuam a utilizar instrumentos que extraem não apenas as espécies-alvo da comercialização como uma grande quantidade de fauna acompanhante posteriormente descartada, sendo esta justamente o recurso do pescador “*de dentro*”.

Faz-se necessário elucidar sobre investimentos que capacitassem ao ICMBIO e ao IBAMA de fazer o controle também dessa pesca de fora, e políticas públicas que deem subsídios ao pescador artesanal de adquirir seus materiais visando uma maior eficiência em seus respectivos exercícios profissionais.

Cabe destacar que, mesmo em face de tantas adversidades impostas pela modernização/modernidade, os pescadores e pescadoras ainda buscam a sua subsistência no extrativismo, como a retirada de caranguejo, de sururu (mexilhão), de turu, de siri e da fruta ajirú a fim de comercializar e suprir suas necessidades e assegurar sua alimentação. Concomitantemente, encontram na retirada do *cascalho* do manguezal e na fabricação de carvão formas de diminuir a falta de recursos pesqueiros, dando continuidade à sua relação ímpar com o ambiente.

Finalmente, tendo isso em vista, procurei demonstrar que a modernização dos instrumentos de pesca e da inserção da modernidade na comunidade não parte de uma relação dialógica com os interesses do grupo, como sugere Lúcia Helena Cunha (2013), pelo contrário, se coloca em uma posição de hegemonia frente aos conhecimentos tradicionais dos sujeitos locais, utilizando cada vez mais o saber dos pescadores e pescadoras como mão de obra barata, seja para o financiamento da captura da sardinha ou na pesca artesanal/comercial (a pesca embarcada).

Em contrapartida, há uma ressignificação por parte dos pescadores e pescadoras frente aos instrumentos de pesca e de outras formas de captura, sendo estes utilizados ainda com base em seu conhecimento e percepção sobre o ambiente. Desse modo, a comunidade persiste e resiste frente às injunções das mudanças, conferindo novos significados às relações e aos objetos, reordenando a sua forma de ser e estar no mundo e suas formas tradicionais de existência, dando um “novo sentido às coisas” (Sahlins 1997), pois como expõe Frederik Barth (2000) “tudo aquilo que é, está continuamente mudando” (Barth 2000:125).

Durante o decorrer da pesquisa, questionei-me muitas vezes e em vários sentidos, fosse sobre as análises que fazia de determinadas informações ou se determinado relato

era um sentimento individual ou algo pensado em grupo. Diante das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 e das limitações que me fizeram não permanecer em campo como gostaria, nem todas as perguntas puderam ser respondidas ou elaboradas com mais profundidade. Percebi, inclusive, que determinadas questões só seriam resolvidas se eu estivesse imersa no convívio com a comunidade, em momentos no qual eu não precisasse perguntar, apenas observar e participar, pois jamais me seriam ditas a partir de um sistema de perguntas pré-elaboradas.

Outrossim, a cada novo campo, novas perguntas surgiram, a cada leitura e releitura, novas problemáticas se apresentavam. Com isso, pude compreender que a pesquisa jamais será concluída, que pesquisar é um ato de continuidade, de persistência, aonde estaremos sempre em busca de respostas que serão novas a cada análise.

Por ora, esse texto é apenas uma parte de toda a problemática enfrentada pela comunidade, orientado pelo olhar de 07 pescadores e 02 pescadoras que não representam o todo, mas fazem parte dele. Assim, é possível que daqui há algum tempo os mesmos dados e relatos aqui apresentados gerem novas análises, presumindo que meu olhar sobre eles esteja mais maduro e afinado. Por enquanto, considerando o contexto atual que pretendi analisar, digo que a atividade pesqueira na Vila dos Pescadores, mesmo frente a tantos impactos, perdura sem se reduzir a uma atividade unicamente econômica, mas como um modo de vida que é continuamente ressignificada, ressemantizada, através de “um olhar que envolve o atrás sem ir para trás” (Cunha 2013:9).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdala, G.; Saraiva, N.; Wesley, F. 2012. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu - Volume II - Planejamento das Unidades. Brasília: ICMBIO.
- Saraiva, N.; Abdala, G.; Wesley, F. 2012. Cartilha do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu. Brasília: ICMBio. 40 p.
- Adomilli, G. K. 2009. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. *Revista Metis: História e Cultura*. Vol. 08, (n: 16), p. 97-119. ISSN Online: 2236-2762.
- Adomilli, G. 2007. Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte - RS. Tese de Doutorado. PPGAS-UFRGS.
- Adrião, D. G. da S. 2006. Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. 1 (2).
- Achutti, L. E. R. 2004. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial.
- Aglio da Silva, G. 2017. Tradição e Atualização: a luta dos pescadores artesanais de Itaipú. XXXI Congresso Alas, Uruguai.
- Alencar, E. F. 2018. Prefácio. In: *Populações Tradicionais, Ambientes Transformações*. (Org.) Segata, J.; Vieira, J. G.; Neves, R. de C. M.; Miller, F. de S. Rio Grande do Norte, EDUFRN. (PDF).
- Barth, F. 2000. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 243.
- Braga, C. F.; Espírito-Santo, R. V. do; Silva, B. B. da; Giarrizzo, T.; Castro, E. R. 2006. Considerações sobre a comercialização de pescado em Bragança, Pará. *Boletim Técnico científico do CEPNOR*. v. 6, n. 1, p. 105 – 120.
- Britto, R. C. de C. 1999. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ. Niterói: UFF, pp. 71-88; 149-173.

Cordell, J. 2001. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. (Org.), Espaços e recursos naturais de uso comum, NUPAUB- USP, São Paulo, SP, Brasil, p. 139-160.

Celestino, E. A.; Alencar, E. F; Villela, L. E. 2021. Políticas de desenvolvimento no Brasil e impactos sobre a pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro. Revista do PPGCS-UFRB-Novos Olhares Sociais. vol. 04, n. 02, p. 85-111.

Contente, A. da C. P. 2013. Bragança: um breve olhar sobre a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú. Amazônica, Revista de Antropologia (online). 2013, vol. 5 (n:3).

Cordell, J. 2001. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: Diegues, A. C.; Moreira, A. (orgs). Espaço e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Nupaub/USP.

Costa, T. O.; Wollmann, C. A. 2016. Eventos de precipitação extrema e impacto meteórico na bacia hidrográfica do Igarapé Cereja, área urbana de Bragança – PA, durante o inverno amazônico de 2014. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, v. esp., p. 51-69.

Cunha, L. H. de O. 2013. Diálogos de Saberes entre Tradição e Modernidade: ordens e desordens. 26º Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia.

Cunha, M. C. da. 2017. Cultura com aspas. São Paulo: Ubu Editora.

CPP – Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. In: (Org.) Tomáz, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. Brasília/DF. 2016. 104p.

CPP – Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil – 2021.

Diegues, A.C. 1999. A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: Revista Etnográfica. Vol. III (2) (pp. 361-375).

Diegues, A. C. 2008. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec.

Diegues, A. C. 1983. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Editora Ática.

Evans-Pritchard, E. E. 2005 *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Ferreira, D. C. G. 2012. De quem é o peixe? Representações do pescador e conflitos em Barra Grande, Piauí. *Anais do Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Teresina, Piauí.

Firth, R. 1971. *Elementos de Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Freire, C. H.; Rachid, P. de S.; Sousa, A. C. B. de.; Tuñas. I. T. C. 2020. O impacto da COVID-19 na exacerbação dos casos de violência contra a mulher: reflexão à luz da literatura. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*. Ponta Grossa, vol. 12, n. 4.

Forman, S. 1970. [Os pescadores de jangada: tradição e mudança na economia camponesa brasileira] Conclusão - The Raft Fishermen: tradition and change in the Brazilian peasant economy, 158. Bloomington, Indiana: University Press for International Affairs.

Furtado, L. G. 2004. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. In: *Conflitos Ambientais do Brasil*. Henri Acselrad (org.) Relume DCumara. Fundação Henri Boll. Rio de Janeiro. pp. 57-71.

Furtado, L. G. 1981. Pesca Artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, nº 79. Belém, Pará. ISSN 0522-7291.

Geertz, C. 2018. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Gluckman, M. 2010. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. Bela Feldman-Bianco (org.) São Paulo: Editora UNESP.

Goldenberg, M. 2020. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 16º ed. Rio de Janeiro: Record.

Ingold, T. 2019. *Antropologia: para que serve?*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Kottak, C. P. 1996. *The structure of equality in a Brazilian Fishing Community*. Tese (Doutorado) – University of Columbia, Columbia, 1966.

Kottak, C. P. 2005. *Assault on Paradise. The globalization of a little community in Brazil*. Mc. Graw-Hill, New York.

Lutz, Í. Lima, W. M. G. de. Gonçalves-Filho, I. A. Cintra, I. H. A. Sila, B. B. 2016. Produção Pesqueira Desembarcada em um estuário do norte do Brasil (Bragança, Pará). Acta of Fisheries and Aquatic Resources. Vol. 4, p. 126-136.

Malinowski, B. 2018. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu Editora.

Maneschy, M. C. 1993. Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA, CFCH.

Maldonado, S. C. 1994. Mestres e Mares. Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo, Annablume editora.

Mauss, M. 2017. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Ubu Editora. [*versão Kindle*].

Mendonça, T. C. de M.; Moraes, E. A. de.; Costa, M. A. M. 2013. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez.

Mendes, J. de S., Gorayeb, A., Machado, Y. L., & Silva, E. V. da. 2014. Os grandes empreendimentos e as comunidades tradicionais: o caso da comunidade de Mundaú - Trairí, Ceará. Revista Monografias Ambientais, 13(3), 3357–3365.

Miller, F. de S. 2014. “Aspectos da mudança social em São Miguel do Gostoso: uma comunidade de pescadores artesanais do Rio Grande do Norte”. In: Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade (org.). Pesca, turismo e meio ambiente. 1. ed. Recife: EDFURPE, p. 107-120.

Nascimento, J. R. do. Et al. 2016. Técnicas e Saberes Imbricados na Arte da Pesca de Curral em uma Reserva Extrativista Marinha da Amazônia. Nova Revista Amazônica. 2016. Vol. 04. N. 02.

Nascimento, T. P. do. Nascimento, J. R. do. Participação social nos processos de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – PA, Brasil. Novos Cadernos NAEA. v. 03, n. 1, p. 129-154, 2020. ISSN 1516-6481/2179-7536.

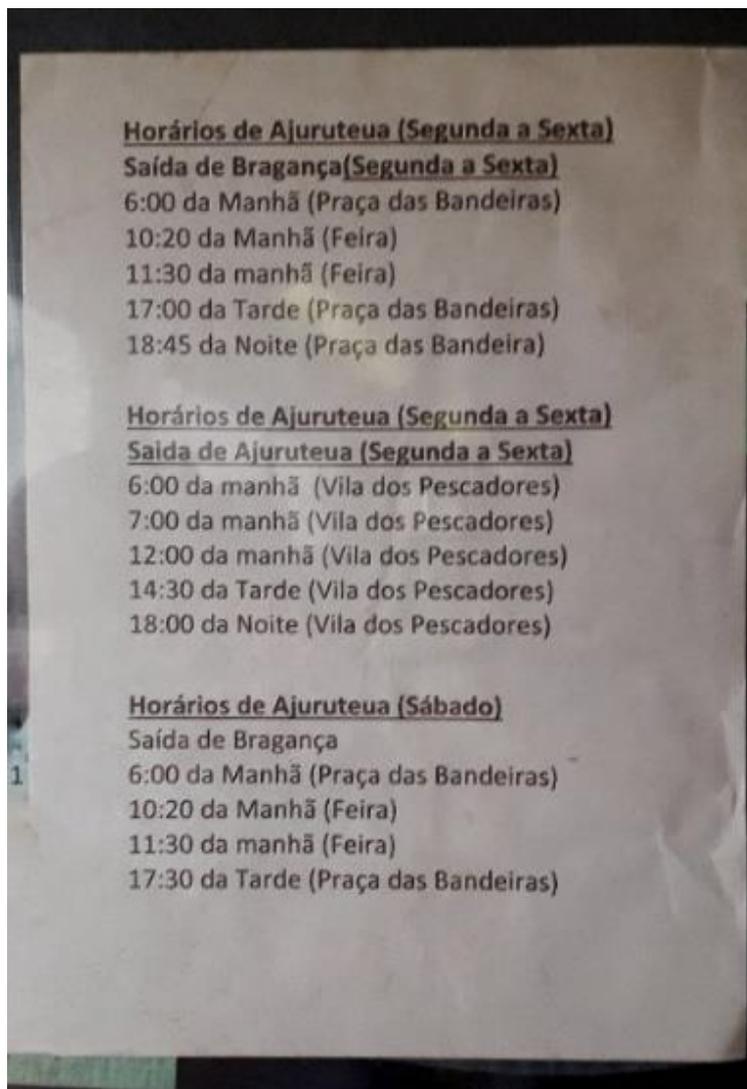
- Nascimento, E. C. do.; Denardin, V. F. 2017. Malhas de reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel – litoral do Paraná. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR*, vol. 40, p. 421-437. DOI: 10.5380/dma.v40i0.47132.
- Oliveira, M. V. C.; Henrique, M. C. 2018. No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteua, Pará. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. (online). vol.25, n.2, abr.-jun. p.497-514.
- Oliveira, R. C. de. 1996. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, vol. 39, (n. 1) pp. 13-37.
- Pereira, M. E. G. de S.; Rosário, T. C. N. do; Moura, H. T. G. de S.; Monteiro, E. N.; Santos, F. J. da S. 2019. Pescadores e suas percepções sobre a pesca em pequena escala: estudo de caso na Vila dos Pescadores, comunidade costeira na Amazônia (Bragança-Pará). In: *Agronomia: elo da cadeia produtiva 6*. Organizadora: Diocléa Almeida Seabra Silva. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, v. 6, p. 44-56.
- Ramalho, C. W. N.; Santos, A. P. dos. 2018. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. Vol. 54 (2) p.256-268.
- Rodrigues, L. C.; Araújo, A. G. P. 2017. Pesca Artesanal e Projetos de Desenvolvimento em Bitupitá, Ceará: os direitos das populações costeiras frente aos interesses empresariais e estatais. *Vivência: Revista de Antropologia, [s. L.]*, v. 1, n. 47, p. 13–31.
- Sabourin, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, 7, maio/ago. 2011.
- Sahlins, M. 1997. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana [online]*. vol.3 (n:1) pp.41-73.
- Sakaguchi, A. K.; Ribeiro, W. de O. 2020. A atividade pesqueira e a centralidade urbano-regional de Bragança/PA. *Formação (Online)*, v. 27, n. 51, p. 177-207.
- Silva, A. P. R. da. 2018. *Identidade e Poder: identificação e relações de poder no território de reserva extrativista*. Curitiba: Appris [versão Kindle].
- Silva, L. K. T. da.; Miller, F. de S. 2019. Pesca Artesanal no Litoral Sul Potiguar: Perfil Socioeconômico, Dificuldades e Perspectivas. *Vivência: Revista de Antropologia*. Vol. 1, nº 53, p. 93-113.

Soares, F. C. e Suzuki, J. C. 2009. Fotografia e história oral: imagem e memória na pesquisa com comunidades tradicionais. V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Sztompka, P. 2005. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Wolf, E. 2003. Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf. Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

**ANEXO I: HORÁRIOS DE SAÍDA DOS ÔNIBUS QUE FAZEM LINHA PARA  
A VILA DOS PESCADORES.**



Fonte: a autora, 2021.

**OBS 1:** Papel informativo colado em um dos ônibus da linha Bragança-Ajuruteua.

**OBS 2:** Todos os ônibus também passam pelo Campo do Meio (atual praia de Ajuruteua).

**ANEXO II: QUESTÕES ELABORADAS PARA OS PESCADORES E  
PESCADORAS.**

|   |
|---|
| 1. Nome?  |
| 2. Idade?   |
| 3. Profissão (ou meio para obtenção de renda)?  |
| 4. Mora há quanto tempo na comunidade?  |
| 5. Pesca desde que idade?   |
| 6. É casado/casada?   |
| 7. A esposa ou marido também pesca?   |
| 8. Tem filhos?  |
| 9. Os filhos/filhas pescam?   |
| 10. Se aposentado/aposentada ainda atua na pesca?   |
| 11. Como está o cenário da pesca aqui na região, dentro no estuário?  |
| 12. Qual espécie está mais escassa, mais difícil de encontrar atualmente e que antes era encontrada com abundância? |
| 13. Há seguro defeso de alguma espécie?   |
| 14. Como fazem para suprir a renda quando as safras diminuem?   |
| 15. O que tem contribuído para a diminuição das safras? Quais principais impactos?                                  |
| 16. Quais mudanças percebe na comunidade devido a dificuldade na pesca?   |
| 17. Há quanto tempo, mais ou menos, percebe essas mudanças?   |
| 18. Como era a pesca antes da rodovia PA 458?   |
| 19. O que mudou após a construção da rodovia?   |
| 20. Quais materiais/técnicas de pesca mais utilizam aqui na comunidade?   |
| 21. A pesca antes (antes da rodovia e da modernização dos instrumentos de pesca) era mais fácil ou mais difícil?    |
| 22. O que diferencia a pescadora da marisqueira?  |
| 23. O que é o <i>kia</i> , fazer <i>kial</i> ?  |
| 24. Quem faz o <i>kial</i> ?  |
| 25. A implantação da RESEX melhorou a atividade pesqueira?  |
| 26. Como era a pesca antes da RESEX?  |
| 27. Há fiscalização aqui na região com relação a pesca?   |

**ANEXO III: ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE PESCA E  
AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, DANILO GARDUNHO.**

|  |
|--|
| 1. Como está o cenário da pesca na região bragantina?  |
| 2. O que é esse "beneficiamento" do qual você fala?  |
| 3. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a geração de emprego no cenário da pesca artesanal bragantina. |
| 4. A maioria desses pescadores artesanais são da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú?                                |
| 5. O porto da Vila dos Pescadores está entre os principais do município?   |
| 6. Gostaria que você me falasse da sobrepesca.   |
| 7. Quais os tipos de pesca industrial, há vários tipos?  |
| 8. Você tem uma ideia de quanto é a renda desse pescador artesanal?  |
| 9. Sobre a pesca industrial, em alto mar, não tem um controle?   |
| 10. Desse quantitativo da pesca artesanal, o quanto vem somente do porto da Vila dos Pescadores?                 |

**ANEXO IV: ENTREVISTA COM A COLÔNIA DOS PESCADORES DO  
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (Z-17).**

|  |
|--|
| 1. Quantos pescadores do município de Bragança são cadastrados na Colônia?   |
| 2. Quantas pescadoras?   |
| 3. Quantas marisqueiras?   |
| 4. Desse total, quantos pescadores e pescadoras são da Vila dos Pescadores?  |
| 5. Houve aumento ou redução no número de associados/as? Por que?   |
| 6. Como a senhora/o senhor classificaria a categoria de pescadora e de marisqueira? Há diferenças entre ambas aqui no município de Bragança?                                     |
| 7. Se sim, quais são essas diferenças?   |
| 8. Há seguro defeso de quais espécies de peixes?   |
| 9. Qual a idade mínima dos pescadores da Vila para se cadastrar na Colônia?  |
| 10. Quais os principais tipos de embarcações há na Vila dos Pescadores cadastrados na colônia?   |
| 11. Como está o cenário da pesca no município de Bragança comparado a antes da criação da RESEX?   |
| 12. Houve uma maior preservação dos estoques pesqueiros após a implantação da RESEX?   |
| 13. O que mudou com relação ao acesso aos materiais de pesca nesse período?  |
| 14. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos pescadores/as com relação ao acesso a recursos?  |
| 15. E com relação à comercialização?   |
| 16. Quais as principais reclamações deles e delas?   |
| 17. Quais os principais impactos que a pesca artesanal sofre atualmente com relação a captura e ao estoque pesqueiro das espécies comercialmente mais rentáveis?                 |
| 18. Quais mudanças ocorreram na atividade pesqueira depois da construção da Rodovia PA 458?  |
| 19. E depois da implantação da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu?  |
| 20. Quais os principais petrechos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais (aqueles que pescam dentro do canal) e pelos pescadores artesanais/comerciais (os embarcados)? |
| 21. Quais os tipos de pesca que são realizados na comunidade Vila dos Pescadores?  |
| 22. A senhora/o senhor já ouviu falar no <i>kial</i> ?   |